

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Junho de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1072 • Director: Carlos Brito

**Álvaro Cunhal
na Covilhã**

**Atenção ao perigo
da nova revisão
constitucional**

Págs. 19 a 21



A violência policial não calou o protesto dos utentes da Ponte 25 de Abril e o Governo teve que ceder

FOTO LUSA

CAVACO NÃO PASSOU NA PONTE

Se as propostas do PCP tivessem sido aceites, ter-se-iam evitado grandes prejuízos e um jovem não teria sido baleado

Os protestos, as razões e as reacções nas págs. 4 a 7

Eleições, sistemas e prestidigitadores eleitorais • Artigo de Luís Sá

Pág. 18

GRÂNDOLA: Não nos lixem! *Reportagem por Henrique Custódio*

Págs. centrais

As paixões pelo Futebol

Artigo de Carlos Rabaçal

Pág. 23

A guerra da sucessão na Cimeira de Corfu

Pág. 13

Editorial O protesto, o êxito e as lições



As manifestações da Ponte 25 de Abril levam o Governo a recuar

RESUMO

22
Quarta-feira

O Governo decide vender em hasta pública 21 espaços militares, incluindo o Forte da Graça, em Elvas, considerado como "obra ímpar" da arquitectura militar da época, justificando com a "política de modernização das infra-estruturas militares" ■ Continuam os protestos contra os aumentos da portagem da Ponte 25 de Abril. Os automobilistas, sem parar de buzinar, efectuam os pagamentos com notas de cinco e dez mil escudos ou com as moedas mais pequenas. Três camiões atravessam a ponte para Lisboa em marcha muito lenta, agravando a contestação ■ A Rússia assina a Parceria para a Paz ■ A ONU aprova a proposta francesa de uma intervenção militar no Ruanda.

23
Quinta-feira

O Governo demitiu o governador Miguel Beza e o vice-governador Bagão Félix do Banco de Portugal, nomeando António de Sousa para o lugar do primeiro ■ Ramos Horta espera que Timor participe na reunião inaugural da Cimeira dos Países de Língua Portuguesa e que "Timor-Leste venha a beneficiar do estatuto permanente de observador" ■ Eleições na Bielorrússia para escolher o primeiro presidente ■ Forças militares francesas iniciam a operação "Turquesa", entrando no Ruanda 100 a 200 homens em veículos de transporte e apoiados por helicópteros ■ Nelson Mandela anuncia que está disposto a servir de mediador na guerra civil angolana.

24
Sexta-feira

Depois de vários camiões bloquearem a Ponte 25 de Abril em sinal de protesto contra o aumento da portagem em 50%, a polícia de choque da GNR avança e carrega sobre quem protestava, acabando por ferir dez pessoas, encontrando-se um deles em estado grave. As autoridades agridem à bastonada e a pontapé um indivíduo isolado, embora este não tenha reagido. Os agentes agem da mesma forma com os populares que, dos morros que ladeiam a estrada, lançam pedras sobre os policiais ■ Tentativas de bloqueio das estradas em Sintra, Vila Franca de Xira e junto ao nó de Alverca ■ O PSD acusa o PCP e o PS de conivência com os manifestantes da ponte. O PCP responde: "Não tem dignidade. São declarações provocatórias" ■ Álvaro Cunhal, na Covilhã, faz análise da política nacional e balanço das eleições europeias ■ Início da Cimeira Europeia de Corfu, na Grécia ■ Ocorrem violentos combates em Kigali, entre o exército governamental e os rebeldes da Frente Patriótica Ruandesa ■ Inauguração da décima edição do festival cinematográfico FestTroi.

25
Sábado

Vigésimo aniversário do Centro de Informação e Divulgação Amílcar Cabral ■ Ocorrem duas cargas policiais sobre cerca de 400 manifestantes motociclistas da Ponte 25 de Abril, provocando 10 a 15 feridos, um dos quais em estado grave. Cavaco Silva considera que os incidentes foram provocados por "agitadores profissionais",

alguns dos quais "conhecidos dos jornalistas como membros do Partido Comunista" ■ O jornal New York Times anuncia que os Estados Unidos continuam a preparar uma eventual intervenção no Haiti ■ A acusação pública indonésia pede três anos de prisão para dois activistas timorenses que, no ano passado, durante uma cerimónia que assinalava a anexação de Timor-Leste pela Indonésia, hastearam uma bandeira da resistência.

26
Domingo

Os protestos na ponte continuam, agora apenas com o "buziño" ■ Álvaro Cunhal, respondendo às acusações do primeiro-ministro sobre o alegado envolvimento do PCP nos acontecimentos da Ponte 25 de Abril, salienta que "Cavaco faz como Salazar, a PIDE e os fascistas no tempo da ditadura, que acusavam sempre os comunistas por contestarem a política do Governo" ■ Eleições presidenciais na Ucrânia ■ O Primeiro-Ministro do Japão demite-se ■ Depois de nove freguesias repetirem o boicote às eleições europeias, o socialista Fernando Moniz torna-se eurodeputado ■ Apesar do veto inglês na cimeira de Corfu a Jean-Luc Dehaene, este vai manter a sua candidatura à presidência da Comissão Europeia ■ A comissão de inquérito governamental à chacina de Hebron conclui que o único culpado é Goldstein, inocentando o Governo israelita e o exército.

27
Segunda-feira

Ferreira do Amaral anuncia abolição da portagem da Ponte 25 de Abril durante Julho e Agosto, "descontos de quantidade" para quem mais a utiliza e redução para 70% para as motos em todas as portagens ■ O PCP, depois de uma carrinha sua ter sido detectada a distribuir panfletos na zona da ponte, acusa o Governo de pretender "consagrar uma espécie de apartheid cívico e político" em relação aos seus militantes e simpatizantes ■ Início da greve na CP às horas extraordinárias ■ São aprovados os 18 princípios específicos do pacote de reconciliação nacional em Angola sem alteração ■ A CGTP prevê mais manifestações de protesto semelhantes à da Ponte 25 de Abril, chamando ainda a atenção para o desemprego e a desertificação no Alentejo.

28
Terça-feira

O PSD/Madeira quer reabrir as investigações sobre o SIS e apresenta uma proposta à Assembleia Legislativa Regional ■ Apesar do recuo do governo no caso da Ponte 25 de Abril - e segundo uma sondagem DN/Marktest - a maioria dos habitantes da Grande Lisboa e do Grande Porto mantêm a exigência da abolição da portagem ■ Camionistas espanhóis entregam uma carta ao embaixador de Portugal, em Madrid, manifestando solidariedade com os colegas portugueses ■ Pyongyang e Seul chegam a acordo sobre a realização de uma cimeira entre os chefes de Estado das duas Coreias. O encontro deverá ter lugar entre 25 e 27 de Julho na capital sul-coreana ■ A Conferência Constitucional, mandatada para elaborar a base de uma democracia durável na Nigéria, adia os trabalhos até 11 de Julho.

O protesto, o êxito e as lições

O vasto movimento cívico de protesto contra o aumento da portagem na Ponte 25 de Abril obteve uma primeira vitória e forçou o Governo a um indisfarçável recuo.

É claro que a portaria que estabeleceu o escandaloso aumento de 50 por cento não foi revogada, o Governo não alterou a filosofia das portagens nem do seu aumento, designadamente no caso da Ponte 25 de Abril, parecendo sobretudo querer adoçar-lhe o pagamento.

Mas o alargamento, ao mês de Julho, do regime que já vigorava no mês de Agosto, prefazendo dois meses sem pagamento da portagem, a redução da taxa para os veículos de duas rodas, a prometida "substancial" redução do aumento a pagar pelos grandes utilizadores da ponte, por razões habitacionais e profissionais, e outros descontos de quantidade, constituem ganhos que não podem deixar de representar um importante incentivo ao prosseguimento da luta pela abolição total do aumento, como um importante passo para a abolição total da portagem.

Esta primeira vitória, que inequivocamente se pode registar, só foi possível pela extraordinária envergadura e determinação do movimento de protesto, não só na sexta-feira do grande bloqueio, mas nos quatro dias que o antecederam e nos dias seguintes, apesar das cargas policiais, da presença ostensiva e intimidatória das forças de segurança, das multas, dos processos, das provocações.

Foi esta rara unidade e combatividade do movimento popular que pôs em evidência a insustentável posição do Governo, impedindo-o de prosseguir na aventura repressiva em que já tinha embarcado e forçando-o a recuar.

Assinale-se que o Governo cometeu um primeiro grande erro quando pretendeu impor o aumento de 50 por cento de uma portagem que só por si suscita o generalizado repúdio dos utentes, que entendem justamente que a ponte já está paga há muito tempo. Ainda por cima, quis fazê-lo num ano em que os salários, os vencimentos e as pensões tiveram aumentos nulos ou na maior parte dos casos tiveram quebras reais.

O Governo agravou o primeiro com um segundo erro ao vir explicar por intermédio do ministro das Obras Públicas (visto como o detestado sím-

bolo da injustiça) que o aumento se destinava a contribuir para os gigantescos investimentos já acordados com empreiteiros privados tanto na ponte actual, como na nova ponte, confirmando que a estes outros aumentos se seguirão, eternizando as portagens, em valores cada vez mais elevados.

O autoritarismo e a prepotência com que o Governo pretendeu fazer aplicar a odiosa portaria, longe de conter a contestação, exasperou o descontentamento dos utentes, transformando-o num gigantesco movimento de protesto, dos mais impressionantes que se têm realizado entre nós, de há muitos anos a esta parte, tanto pela amplitude, como pelas formas de luta.

Importa a propósito salientar que a exasperação e o descontentamento

Foi esta rara unidade e combatividade do movimento popular que pôs em evidência a insustentável posição do Governo, impedindo-o de prosseguir na aventura repressiva em que já tinha embarcado e forçando-o a recuar.

que o movimento da Ponte 25 de Abril exprime com tanta energia tem, naturalmente, que ver com o repúdio da portagem, mas radica em causas mais profundas, que são a degradação das condições sociais e as crescentes dificuldades materiais da população laboriosa, a que pertence a grande maioria dos utentes.

O aumento da portagem funcionou como uma fâsca que ateou o descontentamento e o transformou num grande protesto.

O Governo não mediu este clima social e político, mas é nele que deve pôr os olhos, em vez de andar a inventar "agitadores profissionais", "conspirações" e "insurreições", como fez ridiculamente o Primeiro-Ministro.

Em matéria de violação da legalidade democrática e constitucional é também o Governo que deve ser sentado no banco dos réus.

Os acontecimentos da Ponte sobre o Tejo são muito reveladores de como a estabilidade apregoada por Cavaco Silva se transforma rapidamente, às suas mãos, na estabilidade do cassete e dos disparos policiais.

No caso presente, o Governo acabou por recuar perante o majestoso movimento de protesto, mas deve registar-se que iniciou e esteve tentado

a prosseguir uma escalada repressiva de consequências imprevisíveis.

O país inteiro pôde presenciar (e esse foi um mérito das reportagens das rádios e televisões, que cumpre salientar) como, para aplicar uma portaria de duvidosa constitucionalidade, o Governo fez um uso abusivo e desproporcionado das forças de segurança, que lhe é proibido pela Constituição,

As imagens do espancamento do ex-fuzileiro Duarte Simões por vários policiais e das cargas bárbaras sobre os motociclistas, bem como o grave ferimento do jovem Luís Miguel Figueiredo, baleado durante um ataque da polícia, ficam a simbolizar a violência e o abuso de poder por parte do Governo no uso das forças de segurança.

Nesta matéria, se o Governo já não inspirava confiança, depois do que se passou na ponte a situação agravou-se. É isto que é preciso não esquecer.

O que torna especialmente graves e anacrónicas as tentativas do Governo e do PSD de responsabilizarem os comunistas pelos acontecimentos da Ponte 25 de Abril, é que o PCP nunca escondeu o seu apoio empenhado a este grande movimento de protesto popular.

Através da acção política geral e da iniciativa no terreno institucional, o PCP orgulha-se de, no exercício dos seus direitos constitucionais, ter estado desde a primeira hora ao lado do movimento dos utentes apoiando e incentivando a sua luta.

Os ataques aos comunistas vindos das bandas governamentais relevam, no entanto, de concepções discriminatórias anticomunistas e tresandam aos tempos da ditadura fascista.

Saliente-se, porém, que tal como o recurso à violência policial, o recurso ao anticomunismo também não dividiu nem paralisou o movimento.

Esta é mais uma lição para o Governo e para quantos, incapazes de competir com os comunistas na defesa dos interesses do nosso povo, procuram denegrir as suas posições através da calúnia e da suja exploração dos preconceitos.

O que se torna claro é que o país teria sido poupado aos actos de violência e brutalidade policiais, que puseram pelo menos uma vida em risco, e a prejuízos e transtornos incalculáveis para o viver das populações, se as propostas apresentadas pelo PCP nomeadamente na Assembleia da República, tivessem sido ouvidas e aceites a tempo.

É esta outra lição que fica para o futuro.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L1, 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7^ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Henka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

"O valentão do mundo ocidental"

O título da peça do irlandês John Synge que está em cena no Teatro da Malaposta - "O valentão do mundo ocidental" - aplica-se muito apropriadamente ao ministro Ferreira do Amaral, o da portaria do aumento da portagem da Ponte 25 de Abril.

Sua excelência não se limitou a congeimar e fazer publicar a sinistra portaria do aumento de 50 por cento, procurou aplicá-la recorrendo à chantagem, à ameaça e ao uso da força, mas teve que recuar perante a determinação do protesto popular.

Na passada quinta-feira, já com quatro dias de contestação e generalizada, o ministro sentenciou ameaçando que: ou havia o aumento de 50 por cento ou "não haveria caminho-de-ferro na ponte actual, nem nova ponte" ou havendo estas "não haveria mais obras públicas em Portugal até ao fim do século."

No fim da tarde de sexta-feira, depois do bloqueio provocado pelo impressionante movimento de protesto cívico e já verificadas as violentas cargas policiais, ainda o

ministro declarava, ao ser perguntado se pensava recuar: "não, de maneira nenhuma", acrescentava que aquele aumento era indispensável "e que consideraria irresponsável qualquer governo que recusasse na aplicação de uma tal medida".

A intransigência do ministro provocou derramamento de sangue, vários feridos, um jovem gravemente afectado na sua integridade física, ampla mobilização de forças policiais que se entregaram a actos inadmissíveis de violência e intimidação, a desestabilização da vida de muitos milhares de cidadãos, a perda de muitas centenas de milhar de horas de trabalho.

Agora vem o mesmo ministro, num indisfarçável recuo, reconhecer que os utentes "tinham razão em algumas queixas" e a grande dimensão do descontentamento, anunciando o alargamento ao mês de Julho do não pagamento da taxa e várias medidas para adoçar a aplicação do aumento que quer manter.

Mas quem é que paga ao país e às populações todos os prejuízos, arbitrariedades,

atropelos e desestabilizações provocadas pelas autoridades?

É claro que o responsável por tudo isto é acima de tudo o Governo colectivamente considerado e em especial o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, que deu plena cobertura à portaria e a outras iniciativas do ministro das Obras Públicas, à intervenção violenta das forças especiais da GNR e que tentou ensaiar, sem êxito, uma provocatória manobra de diversão, no estilo da ditadura fascista, tentando responsabilizar o PCP pelos aspectos mais desagradáveis dos acontecimentos.

Não deixa, no entanto, de ser muito significativo ver o, até há pouco, vitorioso ministro das auto-estradas, transformado no derrotado ministro das portagens, fazendo o triste papel de um novo "valentão do mundo ocidental".

É uma imagem do Governo, o abatimento que transmitiu na televisão.

E não vai ficar por aqui...

■ Carlos Brito

Uma proposta indecente

O semanário Expresso, um órgão de comunicação social insuspeito de nutrir simpatias pelos trabalhadores, inseriu na sua última edição um artigo em que, sob o sugestivo título de "Emprego: uma proposta indecente", comenta as alterações à legislação laboral que a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) apresentou no Conselho Permanente da Concertação Social para "inverter o rumo dos acontecimentos". Alterações que, como reconhece o articulista, "poderão lembrar aos trabalhadores o regresso a regimes de trabalho ultrapassados pela História".

Na realidade, abrangendo matérias tão vastas e sensíveis como a lei da greve, a organização do tempo de trabalho, o regime jurídico do contrato de trabalho a tempo certo, a polivalência, o regime de cessação do contrato de trabalho, a retribuição, as férias, feriados e faltas, o lay-off; fazendo recuar os ponteiros do relógio, em muitos aspectos, para o dia 24 de Abril de 1974; as exigências da CIP con-

figuram no seu conjunto uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores.

Não passa também despercebida a coincidência no tempo desta posição do grande patronato com uma nova campanha governamental em torno da "flexibilização laboral" - leia-se "mais despedimentos e mais precarização do trabalho" -, com a ridícula proposta "europeia" do Primeiro-Ministro de "criação de emprego" e com o seu afã de ver aprovado um "pacto social" até ao final do século.

Por isso e apesar do período estival, a hora não pode deixar de ser de esclarecimento, de mobilização e de luta.

A luta da Ponte 25 de Abril aí está a apontar o caminho.

O Governo e o grande patronato semeiam ventos? Pois colheirão tempestades!

■ Edgar Correia

Uma ideia essencial

Confirmando e desenvolvendo sinais já existentes, é de prever que o extraordinário movimento popular de protesto contra o aumento das portagens na Ponte 25 de Abril venha a suscitar um vasto e diversificado conjunto de reflexões, designadamente em torno das suas características e do seu significado mais profundo na actual conjuntura da vida nacional.

É natural, é desejável e é, em termos gerais, positivo que assim aconteça.

Consideramos, entretanto, que não é cedo nem é tarde para, desde já, atalhar em relação a duas defeituosas linhas de interpretação e análise que, estreitamente correlacionadas, se vão desenhando em algumas apreciações.

A primeira, que é mais clássica, consiste em mobilizar argumentos e ângulos de análise no sentido de obscurecer a quem realmente cabem as vitórias e as derrotas, designadamente através do truque de, para efeitos do recebimento

das «lições» ou «advertências» dadas por esta movimentação popular, amalgamar e irmanar «a situação e a oposição» e, dentro desta última, amalgamar e irmanar o PCP e o PS.

A este respeito, é necessário dizer que, por mais razoáveis, interessantes ou estimulantes que se apresentem, nenhuma elaboração podem ou devem fazer tábua rasa do lugar que cada força ocupou e ocupa nesta batalha, quem decretou e apoiou os aumentos e comandou a intransigência e a repressão para os impor e quem há muito os tinha denunciado e prestou, em diversos e importantes planos, permanente apoio e solidariedade activa ao movimento de protesto.

A segunda linha interpretativa errónea é a que pretende igualmente atingir todos os partidos na base do postulado de que a «acção directa» dos cidadãos revelaria «uma quebra generalizada das mediações democráticas - sejam elas associativas, sindicais, partidárias e parlamentares».

O principal equívoco desta linha é que não distingue entre aqueles que há fundadas razões para que se assoem ao guarda-napo da espontaneidade e da iniciativa directa dos cidadãos e aqueles que, justamente, não estão confrontados com esse problema nem no plano das concepções nem da prática política.

Ou seja, trocando por miúdos: esta questão coloca-se a partidos como o PS, o PSD e o CDS que efectivamente sempre absolutizam «as mediações democráticas» e desvalorizam o movimento social e a iniciativa dos cidadãos e sempre se apresentam como forças, com uma intervenção predominantemente institucional, para onde os cidadãos deviam meramente transferir aspirações e delegar confiança.

Mas a mesma questão não se coloca a um partido como o PCP cuja orientação, concepções e discurso político integram um constante apelo e estímulo à intervenção directa dos cidadãos na defesa dos seus

interesses e à confiança no valor da sua razão e da sua luta unida, que faz uma incansável pedagogia da resistência, da luta e da construção, que articula a sua acção institucional com a intervenção na luta de massas, que concebe de uma forma aberta, dinâmica e oposta a concepções delegatárias, a sua função de representação política de interesses e aspirações.

É justo estar aberto à consideração e à reflexão de todos os aspectos ou questões novas suscitadas por um grande movimento de luta que tem de continuar.

Mas não seria justo esquecer que este movimento dá sobretudo uma nova e valiosa confirmação a uma ideia que, sendo simples e não sendo original, é verdadeira e está carregada de razão e de futuro: a ideia de que vale a pena lutar.

■ Vitor Dias

CORFU

ou a ponta do iceberg

Para os portugueses, a Cimeira de Corfu ficará assinalada pelas declarações de Cavaco Silva relacionadas com as manifestações de protesto popular na Ponte 25 de Abril, declarações que evidenciam o pendor autoritário e antipopular do governo do PSD e simultaneamente se inscrevem no processo de inquietante regressão democrática e social inscrito no Tratado de Maastricht. O facto de tais declarações terem sido proferidas no quadro do Conselho Europeu de Corfu é paradigmático.

Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, ainda que de forma contraditória, confirmaram a necessidade de mudança de rumo da actual "construção europeia". Entretanto, se a Cimeira de Corfu traduz dificuldades e contradições (caso do adiamento da escolha do novo presidente da Comissão) expressa simultaneamente a determinação de prosseguir a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e a política imperialista da U.E. em relação ao Leste e ao Terceiro Mundo. Aí temos a confirmação das receitas do "Livro Branco" visando acelerar a centralização e concentração do capital financeiro transnacional (privatizações, fusões, grandes projectos transeuropeus) e intensificar a exploração capitalista (precarização do emprego, baixos salários, liquidação dos sistemas de protecção social, etc.); o reforço da orientação militarista e intervencionista da PESC, nomeadamente com a cobertura explícita à intervenção militar francesa no Ruanda; novos passos na construção de uma "Europa fortaleza" cada vez mais policiada. A arrogância antidemocrática do Governo de Cavaco Silva é inseparável desta realidade a nível comunitário contra a qual é necessário prosseguir o combate

O que nos chega de Corfu é apenas a ponta do iceberg de uma "construção europeia" que avança clandestinamente, contra os povos e nas costas dos povos. Uma "construção" em sintonia com os ditames da OCDE, do FMI, do Banco Mundial e do "Grupo dos Sete". Uma "construção" impulsionada com arrogância pelo "eixo Paris-Bona" que, apesar de desconfianças e rivalidades, se prepara activamente para impor durante a chamada "superpresidência" franco-alemã um conjunto de medidas económicas, políticas e institucionais que consagrem a sua hegemonia.

A alternativa necessária não virá obviamente da social-democracia efectivamente aliada à direita nas questões fundamentais da política comunitária. Essa, aliás, a razão que levou, em quase todos os países, à penalização eleitoral dos partidos socialistas e sociais-democratas nas eleições para o P.E. Tanto onde estão no governo (casos de Espanha e Grécia) como onde estão na oposição (SPD alemão, PS francês e PDS italiano de Occhetto). A alternativa só pode resultar da intensificação da luta dos trabalhadores e das forças populares em cada país e do fortalecimento da sua cooperação internacionalista. E da cooperação dos comunistas e outras forças de esquerda que, como as eleições de 12 de Junho comprovaram (designadamente em Portugal, na Espanha, em França, na Itália, na Grécia, na Dinamarca, na Alemanha) são uma realidade com reais perspectivas de crescimento da sua influência política e eleitoral. O PCP tudo fará para que se unam na acção e, no respeito pela sua diversidade, convirjam na formação de um Grupo no P.E., claramente diferenciado da social-democracia e profundamente comprometido com a defesa dos interesses dos trabalhadores e a construção de uma outra Europa de paz, progresso e cooperação.

A.N.

A força do bloqueio

O bloqueio da Ponte 25 de Abril foi iniciado cerca das sete da manhã de sexta-feira, depois de uma semana de protestos dos utentes contra o aumento de cinquenta por cento das portagens, expresso em buzinas e dificultando o pagamento com a entrega nas portagens de notas de valor elevado ou, em alternativa, com inúmeros trocos para somar os 150 escudos que os automóveis ligeiros têm de pagar. Um aumento que o Governo impôs por força do contrato de construção da nova ponte do Montijo que, na data da sua abertura, terá uma portagem que rondará os 400 escudos, estando previsto a subida anual do preço da portagem na Ponte 25 de Abril até valores próximos daquele. Uma história muito diferente daquela que era contada pelo ministro Ferreira do Amaral para justificar este aumento de 50 por cento. Um ministro que, incrivelmente, chegou a dizer que as obras no país parariam caso não se financiasse assim a construção da nova ponte. No final seria ele próprio, na televisão, a voltar atrás, fazendo algumas concessões que antes recusou, mas ainda não anunciando o que todos querem: a abolição da portagem. Mas a força do bloqueio conseguiu os primeiros resultados práticos e, a partir de amanhã até 1 de Setembro, a Ponte 25 de Abril será uma passagem livre de portagens.

QUE CRIME?

Os cinco camionistas acusados do bloqueio da Ponte 25 de Abril incorrem no crime de perturbação de transporte rodoviário consagrado no artigo 279.º do Código Penal, que prevê uma pena de dois a seis anos de prisão.

A informação foi dada aos acusados no comando da Brigada de Trânsito da GNR em Lisboa, onde estiveram segunda-feira, recusando-se a prestar declarações, reservando-as para a presença em Tribunal.

Os camionistas ficaram a saber que o crime de que são acusados inclui também uma multa de 400 a 500 contos.

O grupo é constituído por Jaime Pinto, que se assume publicamente como militante do PPD/PSD - "depois do que vi na sexta-feira, deixei de ser", comentou o camionista a vários órgãos de comunicação social - por seu irmão Mário Pinto, por um primo, Paulo Rodrigues, e por um quarto elemento chamado João Santos, todos camionistas e proprietários de pequenas empresas de camionagem, cujas viaturas têm de fazer a travessia da ponte várias vezes ao dia.

Diga-se, a propósito, que o presidente da Distrital de Lisboa do PSD atribuiu simplesmente a "falta de informação" o apoio de "eventuais" militantes do partido às manifestações contra os aumentos da portagem da Ponte 25 de Abril.

O crime de que os camionistas são acusados obriga à realização de inquérito, que pode ser feito pela própria GNR, transitando depois o processo para o Ministério Público de Almada, o qual promove ou não o julgamento, disse à Lusa um magistrado.

Nos termos da lei processual, o magistrado do Ministério Público tem duas opções: ou pronuncia os arguidos e o julgamento vai por diante, ou manda arquivar o processo.

A iniciativa do bloqueio do acesso sul à Ponte 25 de Abril partiu de um grupo de camionistas, grupo especialmente afectado pelo recente aumento, que recebeu, no local, a evidente adesão dos milhares utentes da ponte que ao longo da manhã foram aumentando a fila do gigantesco engarrafamento. Uma comissão de utentes, formada por dois automobilistas, dois motociclistas e dois camionistas foi rapidamente formada e pediu para ser recebida pelo presidente da Junta Autónoma de Estradas (JAE), Rangel de Lima. Ao longo da manhã as negociações foram-se sucedendo, sem resultados.

Os utentes, como exigência imediata, queriam a suspensão do pagamento da portagem durante algum tempo, para dar a possibilidade ao Governo de rever a sua posição. Um responsável da JAE diria à comunicação social que aquele não era um problema de portagem mas de "perturbação da ordem pública".

O responsável, que pediu à Lusa para não ser identificado,

"coordenar as operações" e terá sobrevoado de helicóptero a zona da ponte para ter uma noção mais exacta da situação. Depois, ordenaria a carga policial.

Após as intervenções das forças da GNR na Ponte 25 de Abril, vistas em directo pelos telespectadores de todo o país, e acompanhadas pela maioria das estações de rádio, o trânsito começou a escoar-se lentamente, com o reinício do coro de buzinas a fazer ouvir-se junto às portagens.

Pouco depois da auto-estrada do sul ter sido aberta por batedores da GNR, centenas de pessoas voltaram a bloquear a saída para Setúbal.

A intervenção da GNR para desobstruir a Ponte 25 de Abril gerou a solidariedade de camionistas que circulavam na altura noutras vias de acesso à saída de Lisboa, que foram bloqueadas durante algum tempo.

A situação levou o Presidente da República, Mário Soares, a transmitir a sua preocupação ao Governo, que reuniu o seu gabinete de crise.

Além dos bloqueios na 2.ª circular (junto ao aeroporto), no acesso da via rápida da Caparica para Setúbal e na auto-estrada do Norte (Alverca), alguns camionistas começaram a circular em marcha muito lenta na via rápida de Sintra.



concluiu: "cabe às autoridades resolver o problema".

Entretanto, elementos do corpo de intervenção da PSP começaram cerca das 10 horas a formar um cordão a toda a largura da praça da portagem ocupada por milhares de utentes da Ponte 25 de Abril.

A carga

Fonte oficial divulgaria que o Ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, esteve a

O "papão"

Os principais partidos políticos também se pronunciaram sobre o bloqueio, com o PSD a acusar o PS e o PCP de "conivência com agitadores" e os partidos da oposição a responsabilizar o Governo pela situação. Cavaco Silva, fazendo lembrar outros tempos da vida portuguesa, agitaria mesmo o "papão comunista" numa dupla intensão de desmobilizar e diminuir a importância dos protestos.

Nesse primeiro dia de confrontos entre a GNR e a população registaram-se 11 feridos e um detido. O então único detido, preso pelas forças especiais durante a primeira carga contra os utentes que bloqueavam a ponte, foi apresentado sábado a tribunal.

Depois, à noite, centenas de motociclistas reuniram-se na auto-estrada do sul, sentido norte-sul, próximo das portagens da Ponte 25 de Abril, para protestar contra os aumentos de 50 por cento na Ponte 25 de

Abril e solidarizar-se com os camionistas.

A partir da meia-noite, o trânsito voltou a ficar bloqueado na ponte com muitos dos cerca de 500 motociclistas a circular nos dois sentidos, dando a volta em Almada e em Lisboa e recusando pagar a portagem, enquanto a ponte do Pragal se encontrava cheia de populares, que assistiam ao evoluir da situação na auto-estrada.

Por fim, as forças da GNR avançaram sobre os motociclistas num ataque violento que provocou vários feridos e começaram a ocupar, por volta das quatro da manhã, os

O recuo

O protesto generalizado levou o Governo a abandonar a posição intransigente que antes tomara e anunciou que a portagem da Ponte 25 de Abril vai ser suspensa durante os meses de Julho e Agosto, numa comunicação oficial ao país pela televisão feita segunda-feira pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Ferreira do Amaral anunciou ainda ter o governo decidido criar o chamado desconto de quantidade na portagem, para utilizadores regulares e frequentes, com "substancial desconto". Introduzir senhas de porta-

gem de venda antecipada, também em condições mais vantajosas, foi outra das medidas anunciadas.

Os veículos de duas rodas vão também passar a pagar só 70 por cento em todas as portagens do país, com base num acordo com a Federação Nacional de Motociclismo, disse ainda Ferreira do Amaral.

Numa primeira reacção a este anúncio, o PCP disse que foram criadas "novas condições para prosseguir a luta pela abolição total" do aumento da portagem na Ponte 25 de Abril.

Em comunicado, o PCP considerou que "o Governo foi obrigado a recuar" na questão dos aumentos de 50 por cento na portagem da ponte, provando que "os (seus) utentes têm razão".

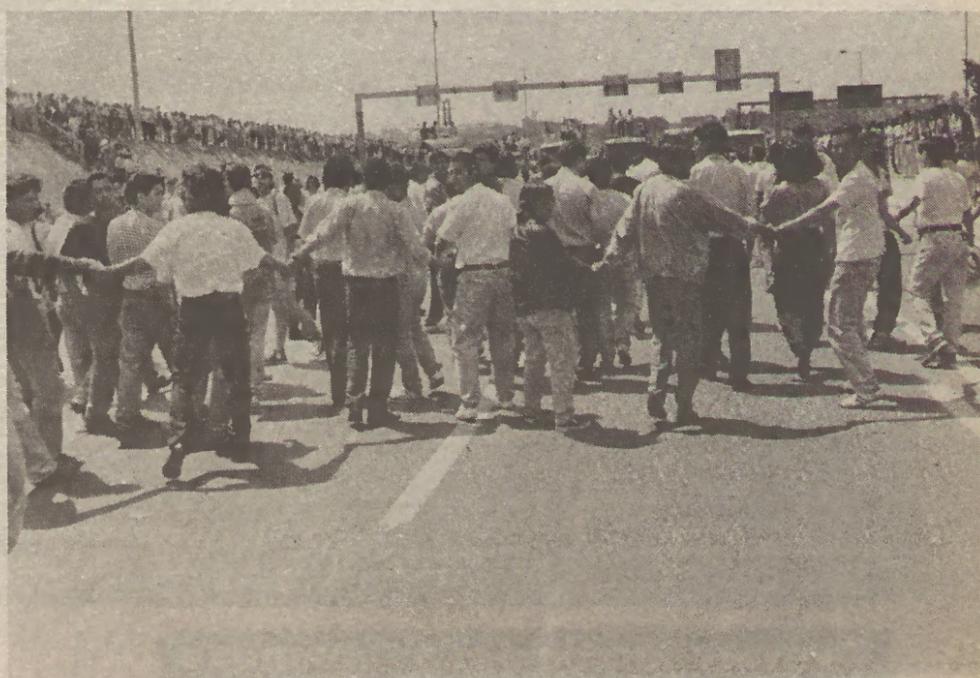
O PCP adiantou ainda que a declaração do Governo "prova que a sua situação era insustentável".

Os comunistas sublinharam ainda que, se as suas propostas sobre a matéria "tivessem sido aceites", "ter-se-iam evitado grandes prejuízos", em particular que um jovem tivesse sido atingido por uma bala (durante os confrontos da madrugada de sábado).

O PCP integra a referida abolição do aumento da portagem no quadro de "uma reconsideração global do problema das portagens" na Área Metropolitana de Lisboa.

barrancos que rodeiam a praça da portagem da Ponte 25 de Abril ao mesmo tempo que dispersavam os populares concentrados na ponte do Pragal.

Confrontos que só pararam às seis da manhã, altura em que foi restabelecida a circulação rodoviária na ponte. Mais uma dezena de feridos foi provocada por esta carga policial, entre os quais um jovem que chegou ao hospital paraplégico, vítima de um ferimento provocado por uma bala.



Com o recuo do Governo, estão criadas novas condições para prosseguir a luta pela abolição total do aumento da portagem

O apoio ao protesto

Estruturas de diversa índole manifestaram logo na sexta-feira o seu apoio aos manifestantes na Ponte 25 de Abril. O coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, denunciou a "hipocrisia" de vários membros do Governo, em particular do Primeiro-Ministro e do Ministro das Obras Públicas, relativamente ao aumento da Portagem da Ponte 25 de Abril.

"Quando se trata de falar de aumentos de salários, o Governo repete milhares de vezes a palavra aumento salarial, mesmo que seja de meio por cento, e vem hoje hipocritamente dizer que o aumento de 50 por cento da portagem não deve ser considerado aumento, mas sim actualização", sublinhou.

"Isto é um escândalo, uma hipocrisia e é escabroso", consi-

derou Carvalho da Silva, numa conferência de imprensa realizada no final de uma visita de três dias ao Alentejo.

Na opinião de Carvalho da Silva, fazendo referência a declarações do Primeiro-Ministro alguns dias antes, a "leviandade com que Cavaco Silva disse que se não fosse Primeiro-Ministro também buznavia, mostra que as pessoas que protestam têm razão".

A USL/CGTP, por seu turno, protestou, em comunicado, contra a "violenta e despropositada carga policial desencadeada pelas forças policiais contra os trabalhadores e a população" sobre a ponte sobre o Tejo.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas do Sul, as concelhias do PCP de Almada e do Seixal, e a Associação de Municípios do

Distrito de Setúbal solidarizaram-se com o boicote dos camionistas e utentes. A retirada "imediate" da polícia de choque do local e do aumento das portagens foram reivindicações comuns aos comunicados emitidos pelos quatro organismos.

Em comunicado, a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) considera "inaceitável que sejam os actuais utentes da ponte 25 de Abril a sustentar os custos da construção da nova ponte".

Este organismo, à semelhança do que é dito nos documentos da concelhia do Seixal do PCP e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas do Sul preconiza ainda o diálogo entre o Governo e os utentes da ponte 25 de Abril.

Também o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses se manifestou, em comunicado, "solidário com o protesto dos cidadãos, pacífico e espontâneo contra o aumento brutal da portagem". Idêntica posição tomaram os sindicatos representativos da Função Pública e dos trabalhadores da Administração Local.

O Sindicato da Hotelaria e Turismo do Sul manifestou, de igual modo, a sua "solidariedade para com os trabalhadores utentes da ponte 25 de Abril" e "encoraja o prosseguimento da luta".

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa manifestou-se igualmente solidário com os utentes e classifica como "arbitrário e prepotente o aumento de 50 por cento das portagens".

O Partido Ecologista "Os Verdes" manifestou-se solidário com os "utentes da ponte visados pelo aumento da portagem". Em comunicado, "Os Verdes" afirmam que a ponte 25 de Abril é um "equipamento de interesse nacional e está já completamente pago, não havendo razão nenhuma para que se continue a pagar portagem".

A Intervenção Democrática criticou o Governo por ter demonstrado "o seu carácter antidemocrático e anti-social, a sua total incapacidade de diálogo e ainda o seu pendor tecnocrático, tomando decisões sem ter em consideração as suas consequências sociais e humanas".

As Juntas de Freguesia da Venteira e da Mina, ambas do concelho da Amadora, lamentaram os acontecimentos ocorridos na ponte e responsabilizam o Governo "pela falta de sensibilidade e prepotência" com que tratou a situação.

Também o Presidente da Câmara de Palmela se solidarizou com a luta dos utentes da ponte 25 de Abril e contra a "violência" utilizada pelas forças de intervenção para dispersar os populares que se encontram concentradas na Ponte. Posição semelhante assumiu a Câmara de Almada.



Um jovem paralisado

O jovem que foi atingido com uma bala no tórax durante os confrontos na Ponte 25 de Abril está paralisado da cintura para baixo, segundo informação dada pelo director do Hospital de Santa Maria, Carneiro de Moura.

O médico afirmou que a paraplegia pode "regredir" e que "ainda é muito cedo para fazer um prognóstico definitivo".

Luís Miguel Figueiredo, de 18 anos, deu entrada em Santa Maria no sábado de manhã com uma ferida na zona do tórax provocada por uma bala, apresentava "sinais de eventual lesão medular" e foi operado à tarde, disse Carneiro de Moura, que afastou a hipótese de o ferimento ter sido provocado por uma bala de borracha.

A PSP de Almada, que se encontrava no Pragal sábado de madrugada quando o jovem Luís Miguel foi baleado, só teve conhecimento da situação pela comunicação social, segundo disse o comissário Vedor, daquela divisão.

"Naquela altura, gerou-se a confusão. Ouvi dizer que houve uns disparos, pelo que sei, de uma janela", afirmou à agência Lusa o comissário Vedor, acrescentando que a PSP de Almada está a proceder a averiguações para apurar o que se passou, que confirmou que a PSP de Almada se encontrava no Pragal naquela noite, auxiliada por forças da GNR.

A presidente da Câmara de Almada, Maria Emília de Sousa, exigiu que a situação do jovem Luís Miguel seja assumida pelo Governo até às últimas consequências.

A autarca fez esta exigência na terça-feira, divulgando-a aos jornalistas à porta do Ministério da Administração Interna depois de ser recebida pelo ministro Dias Loureiro a quem transmitiu esta posição da edilidade. Maria Emília salientou que não responsabiliza a GNR e a PSP pelos incidentes em Almada mas sim o Governo pelas decisões que tomou e por não ter efectuado um recuo quando ainda era tempo.

"Alguém do Governo terá agora que se responsabilizar pelo futuro do Luís Miguel", salientou.

Sobre a questão de fundo que suscitou a vaga de protestos, Maria Emília de Sousa sustentou que a população de Almada "está indignada por ter de pagar a inviabilidade económica da nova ponte sobre o Tejo" no Montijo.

Depois de classificar de "disparate" a afirmação feita por governantes de que o movimento de protesto contra a portagem foi desencadeado por forças políticas, Maria Emília deixou este aviso: "estamos cá para ver o resultado das novas medidas anunciadas pelo ministro Ferreira do Amaral mas, entretanto, as pessoas não se devem deixar adormecer".

Nota do Gabinete de Imprensa Sobre a responsabilização do PCP feita por Cavaco Silva

As declarações do primeiro-ministro são provocatórias, irresponsáveis e caluniosas.

Sempre que o descontentamento popular se expressa em legítima contestação e manifestação social, Cavaco Silva, o Governo e o PSD procuram iludir as razões de fundo e, num registo típico das notas oficiosas do regime derrubado com o 25 de Abril, atribuem as responsabilidades ao PCP.

Queremos afirmar claramente que a única solução justa no plano imediato é a suspensão do aumento das portagens e que o PCP está inequivocamente solidário com os protestos das dezenas de milhar de utentes da Ponte, porque também nós consideramos que tal aumento é injustificado e injustificável.

O senhor primeiro-ministro mostra-se incapaz de compreender que Portugal já não vive nos tempos da ponte Salazar mas sim nos tempos da ponte 25 de Abril, que os cidadãos já não têm medo de protestarem e de se manifestarem.

As acções de protesto que têm ocorrido nos últimos dias são uma contestação directa e popular ao extremismo que presentemente mais preocupa os portugueses: o extremismo da política económica do Governo que perpetua a crise, reduz o nível de vida das populações e lança no desemprego centenas de milhar de cidadãos, o extremismo da política social de Cavaco Silva que acentua as desigualdades e agrava a marginalização e a exclusão sociais.

Queremos dizer ao senhor primeiro-ministro que a autoridade democrática defende-se e prestigia-se não com declarações irresponsáveis nem com a arrogância, a intransigência e o recurso à repressão, mas com a capacidade de diálogo e a abertura à rectificação de decisões injustas e incorrectas e o respeito pela opinião e vontade dos cidadãos.



Declaração de José Casanova

Responsabilizar o Governo

1. Face à evolução da situação na Ponte 25 de Abril, o PCP considera indispensável responsabilizar claramente o Governo do PSD por todas as consequências da sua postura arrogante, intransigente e repressiva.

2. O PCP condena firmemente as violentas cargas policiais efectuadas contra os cidadãos que se manifestam e protestam na Ponte 25 de Abril e sublinha que as chocantes imagens transmitidas pela televisão sobre a detenção de um utente, que apesar de não ter oferecido qualquer resistência, foi indignamente agredido, subjugado e amarrado constituem um eloquente testemunho das concepções e da prática antidemocrática do Governo do PSD.

3. O PCP reafirma que a única solução justa que, no plano imediato, se impõe para desbloquear a grave e perigosa situação existente na Ponte 25 de Abril é a suspensão do aumento das portagens, sem prejuízo de uma ponderação futura de soluções de fundo que o PCP têm pre-

nizado, designadamente através da apresentação de diversos projectos de lei.

4. O PCP salienta a inconsistência e demagogia dos argumentos do Ministro das Obras Públicas e insiste em que, como é domínio público, este aumento (e a espiral de aumentos que está prevista para os próximos anos de forma a elevá-los para valo-



res entre os 400 e os 700\$) está estreitamente ligado com a opção governamental de conceder a entidades privadas a exploração da nova ponte e do transporte ferroviário na Ponte 25 de Abril.

5. O PCP renova a expressão da sua solidariedade com todos os cidadãos vítimas de agressões das forças policiais, reafirma a sua solidariedade com o justo protesto e luta dos utentes da Ponte 25 de Abril e sublinha que as suas iniciativas, firmeza e combatividade constituem uma grande afirmação de cidadania e dignidade democrática.

6. Ao contrário do que o Governo do PSD supõe e pratica, a autoridade democrática defende-se e prestigia-se não com a arrogância, a intransigência e o recurso à repressão mas com a capacidade de diálogo, a abertura a rectificar decisões injustas e incorrectas, o respeito pela opinião e vontade dos cidadãos.

24.6.94

Declaração de Vítor Dias

O legítimo exercício dos direitos democráticos

O PCP exprime a sua maior preocupação e tristeza com a inquietante situação clínica e diagnóstico do jovem Luís Miguel Figueiredo, baleado na noite de sexta-feira para sábado na Ponte do Pragal no contexto de uma carga policial, e exige um imediato e rigoroso apuramento das responsabilidades por tal acto.

O PCP chama a atenção para que a presença e ostensiva exibição pública de fortes contingentes policiais em diversas localidades da margem sul está indiscutivelmente a constituir um factor desestabilizador da população que sente este aparato policial como um acto de intimidação.

O PCP, ao mesmo tempo que reafirma a sua solidariedade com o descontentamento e o protesto dos utentes, alerta para o risco de acções provocatórias

tendentes a desvirtuar e desacreditar o sentido e os objectivos da luta e que só ao Governo podem interessar.

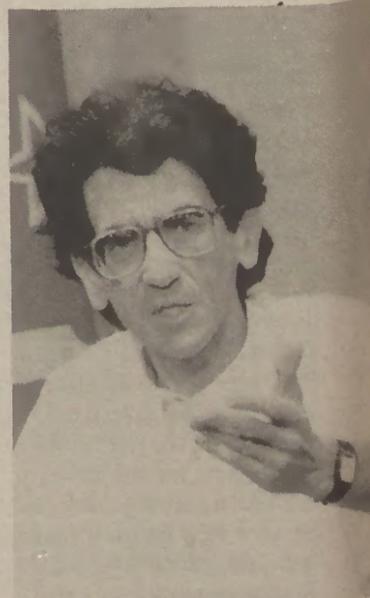
Prosseguindo a sua acção no plano institucional, o Grupo Parlamentar do PCP deverá apresentar hoje na Assembleia da República para próxima discussão e votação um voto de solidariedade com os utentes e de protesto pela violência das actuações das forças policiais.

O PCP considera que só uma concepção autoritária do exercício do poder pode explicar que o Governo do PSD se recuse a ver o significado mais profundo da continuação das formas de protesto cívico generalizado contra o aumento das portagens na Ponte 25 de Abril e continue a recusar a sua suspensão imediata.

No ponto de vista do PCP, esta justa reclamação de carácter imediato não invalida o acerto e plena justificação da exigência há muito levantada pelo PCP (e acompanhada da apresentação de diversos projectos de lei) de anulação das portagens na Ponte 25 de Abril e do lançamento da auto-estrada do Norte Lisboa-Vila Franca de Xira, que são uma gritante aberração numa área urbana com estas características e um factor de estrangulamento da circulação automóvel que, aliás, e muito justamente, não se verifica nas pontes do Porto e em nenhuma outra zona do país.

Face à persistência do Governo do PSD em construir artificialmente elementos de diversão e de intriga política em torno das acções de protesto dos utentes contra o aumento das portagens na Ponte 25 de Abril, o PCP considera adequado salientar apenas o seguinte:

- primeiro: que os comunistas, enquanto cidadãos, não se



demitem nem se deixarão expropriar do seu inalienável direito de participarem, ao lado dos outros cidadãos, no combate contra orientações injustas e medidas prepotentes;

- segundo: que o PCP, enquanto partido político, não se demite nem se deixará expropriar do seu inalienável direito a manifestar e defender a sua opinião e posição sobre qualquer questão da vida nacional e de intervir, de forma activa e solidária, em defesa dos interesses dos cidadãos lesados e agredidos pela política do Governo;

- terceiro: que quem se coloca fora do quadro do regime democrático e dos critérios básicos da vida democrática são o Primeiro-Ministro e o Governo do PSD quando, reproduzindo critérios e concepções da ditadura fascista, pretendem consagrar uma espécie de *apartheid* cívico e político em relação aos cidadãos que apoiam ou militam num partido e quando pretendem apresentar como acções subversivas ou conspiratórias o que, verdadeiramente, é o legítimo exercício de direitos democráticos que foram conquistados com o 25 de Abril.

27.6.94

Utentes formam associação

Depois de durante a manhã ter sido apresentada publicamente a pro-associação de utentes da ponte 25 de Abril, estava agendada para ontem à noite uma reunião dos utentes da ponte 25 de Abril num plenário que se destinava a decidir que medidas tomar relativamente aos aumentos da portagem.

Diamantino Silva, da comissão de utentes da ponte, diria antes da reunião que as medidas anunciadas pelo governo não resolvem o problema, pois em Setembro os utentes voltam a pagar portagem e há coisas por definir, nomeadamente o montante dos descontos.

"Esta decisão do governo comprova que os utentes têm razão, por isso continuamos a apelar para que não se pague portagem até ao fim deste mês e que se continue a buzinar", disse.

Os utentes consideram que não se justifica o pagamento da portagem e que, para já, deve-se exigir a anulação do aumento.

Talvez em resposta a este apelo da estrutura que pretende representar os utentes da ponte 25 de Abril, os automobilistas continuaram ontem, pelo 10º dia consecutivo, a buzinar junto às portagens, em protesto pelos aumentos

das tarifas, apesar do anúncio das medidas governamentais.

A contestação prossegue mesmo depois do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ferreira do Amaral, ter anunciado segunda-feira que a travessia da ponte vai ser gratuita durante Julho e Agosto, seguindo-se a entrada em vigor de um sistema de descontos para os condutores que cruzem o Tejo com frequência.

De acordo com a decisão governamental, que beneficia os motociclistas com 30 por cento de desconto, hoje é o último dia em que são cobradas tarifas na travessia, até Setembro.

Uma medida que talvez serene para já os ânimos dos milhares de cidadãos que têm de fazer aquela travessia todos os dias, mas que, na realidade, adia para depois do Verão a decisão de fundo que parece inevitável ter de ser tomada - a pura abolição das portagens como reivindica o PCP há longo tempo - dada a amplitude dos protestos nestas duas semanas que ainda não pararam e cuja intensidade é certo que voltará a subir quando voltarem as portagens a funcionar.



Declaração de Carlos Carvalhas

Vale a pena lutar

1. A comunicação ontem feita pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, após oito dias de protestos dos utentes da Ponte 25 de Abril, mostra que o Governo do PSD se encontrava numa situação insustentável e constitui uma primeira e importante vitória do vastíssimo movimento de protesto cívico contra os aumentos da portagem que o PCP apoiou desde a primeira hora insistindo na necessidade de uma rápida solução que desse satisfação às reclamações populares.

2. É uma evidência incontornável, carregada de significado político, que o Governo foi obrigado a recuar, facto que é tanto mais significativo quanto é certo que o Governo, com directo envolvimento do Primeiro-Ministro, enveredou por uma linha de intransigência, arrogância e recusa do diálogo, de obstinação e sucessivas proclamações de que não recuará, de recurso à repressão, com a ocupação da zona da portagem e de áreas envolventes na cidade de Almada, com violentas cargas policiais sobre os cidadãos de que resultaram vários feridos e as graves lesões sofridas pelo jovem Luís Miguel Figueiredo.

3. O notório recuo do Governo é, assim, o mais cabal desmentido dos argumentos que invocou para legitimar a sua intransigência e das invencionices e teorias conspirativas que fabricou para tentar dividir o amplo e unido movi-

mento de protesto dos utentes. É também, ainda que de modo insuficiente, o reconhecimento da justeza da indignação e das reclamações populares. Fica a atestar de forma chocante as exclusivas responsabilidades do Governo, que criou o problema, provocou a desestabilização e causou sérios prejuízos aos cidadãos atingidos.

4. O PCP considera que a justa valorização dos resultados já conseguidos pela movimentação popular não deve fazer esquecer que as medidas anunciadas pelo Governo não respondem cabalmente às reivindicações e aos problemas de fundo que estão na origem deste conflito, sendo indispensável a continuação do empenhamento activo dos utentes da Ponte 25 de Abril (e do apoio que lhes têm prestado as populações e amplos sectores sociais e políticos) com vista a alcançar a anulação definitiva dos aumentos e impedindo a sua aplicação em 1 de Setembro, e fazendo avançar a perspectiva da eliminação de uma portagem reconhecidamente absurda numa área urbana com estas características.

5. O PCP também considera indispensável que este recuo do Governo não funcione como biombo protector das directas responsabilidades do Primeiro-Ministro nem possa escamotear a justa e fundamental exigência do apuramento rigoroso de responsabilidades pela violência policial e pelo grave ferimento



do jovem Luís Miguel Figueiredo, da atribuição das correspondentes reparações, bem como da anulação de eventuais processos e multas a cidadãos pela sua participação em acções de protesto.

6. Estes acontecimentos traduzem uma grande derrota da política arrogante, autoritária, repressiva e antipopular do Governo de Cavaco Silva, constituem uma poderosa afirmação da força da unidade, determinação e iniciativa dos cidadãos e são uma nova e valiosa confirmação de que vale a pena lutar.

7. Com efeito, vale a pena lutar contra uma política e um Governo que, dia a dia, mais se envolvem numa espiral de corrupção e clientelismo, mais afundam a economia nacional na recessão, mais sacrificam, ameaçam e agridem o emprego e os direitos dos trabalhadores e mais agravam as condições de vida da população.

Neste âmbito, o PCP, dando voz a preocupações de dezenas de milhar de cidadãos atingidos, denuncia que o Governo através da Portaria 302/94, de 18 de Maio, reduziu objectivamente a bonificação dos juros (quer no «regime bonificado» quer no «regime jovem bonificado») no crédito para habitação própria.

Esta medida está desde já a traduzir-se num aumento significativo das prestações mensais anulando assim benefícios antes conseguidos com a redução das taxas de juro.

PCP defende suspensão imediata dos aumentos da portagem da Ponte 25 de Abril

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei visando a suspensão imediata do aumento da portagem da Ponte 25 de Abril. Ao avançar com esta iniciativa, entregue na Mesa da Assembleia da República sexta-feira passada, no próprio dia em que subiram de tom os protestos dos utentes com a acção que levou ao bloqueio da travessia entre as duas margens do Tejo, os deputados comunistas levaram em linha de conta a necessidade de dar uma "resposta imediata ao protesto popular" gerado por um aumento que, em sua opinião, criou uma "situação socialmente insustentável".

Esta não é, aliás, a primeira vez que a formação comunista se pronuncia sobre a problemática relacionada com o regime de utilização da Ponte 25 de Abril e das auto-estradas das áreas metropolitanas, em relação às quais defende a "adopção de medidas globais". Importa recordar, com efeito, que, de há muito, existem mesmo iniciativas na Assembleia da República sobre a matéria, como é o caso do projecto de lei nº 73/VI do PCP e da UDP que retira do regime da portagem a Ponte 25 de Abril, ou do projecto de lei nº 30/VI, igualmente da autoria da bancada comunista, que adopta idêntica medida para o lanço da auto-estrada do Norte entre Lisboa e Vila Franca de Xira.

Há que assinalar, entretanto, que não foi esta a única diligência desenvolvida pela bancada comunista no decorrer da semana transacta. Depois de ter requerido, a meio da semana, a realização de um debate com carácter de urgência, na véspera dos acontecimentos que levaram aos confrontos de sexta-feira, uma outra iniciativa dos deputados comunistas, sob a forma de proposta de audição parlamentar, aberta à comunicação social, preconizava a sua realização no âmbito da Comissão de Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente.

No texto, depois de considerarem que a decisão do Governo relativamente ao aumento de 50 por cento do preço da portagem é completamente "injustificada e lesiva dos interesses de muitas dezenas de milhares de cidadãos da Área Metropolitana de Lisboa", os deputados comunistas recordam palavras do secretário de Estado das Obras Públicas

pronunciadas no dia 15 de Janeiro de 1993, no Parlamento, em que este afirma, citamos, "que as tarifas só serão mexidas quando o Governo proporcionar um transporte de massas aos utentes, isto é, quando ficar instalado o caminho-de-ferro na Ponte 25 de Abril".

Desenvolvendo o seu ponto de vista sobre o assunto, o grupo comunista assinala ainda que o brutal aumento "não tem qualquer relação com os índices de inflação e os aumentos salariais que auferem a maioria de quantos sem alternativa são forçados a utilizar a Ponte", sublinhando, por outro lado, que a população da Península de Setúbal não deve ser triplamente penalizada por: "fazer o «milagre» de passar na actual ponte no caos das horas de ponta"; "ser obrigada a pagar imposto para ir trabalhar a Lisboa"; pagar "directamente e de forma agravada uma infraestrutura que a larga maioria não utilizará - a nova ponte Alcochete/Sacavém".

Entre as tomadas de posição adoptadas pela bancada comunista sobre esta matéria, nota de realce merece ainda para a intervenção proferida em plenário, fez ontem oito dias, pelo deputado Paulo Trindade, no decorrer da qual considerou "inaceitável" a pretensão do Governo no sentido de querer impor aos utentes da Ponte 25 de Abril o financiamento de uma nova ponte de que não irão usufruir, bem como "os custos da gestão privada da empresa a quem serão concessionadas as duas pontes".

Na ocasião, Paulo Trindade manifestou igualmente a opinião de que a Assembleia da República "não pode ficar indiferente ao enorme concerto de claxons" adoptado como forma de protesto por milhares de cidadãos.

Octávio Teixeira reage às palavras de Silva Marques "Declarações provocatórias sem qualquer dignidade"

Numa reacção às declarações do deputado Silva Marques (PSD) sobre a alegada conivência PCP/PS nos protestos levados a cabo na Ponte 25 de Abril, Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar comunista, classificou-as de "provocatórias", assinalando que tais afirmações do "provocador nato do PSD não merecem atenção".

"Não têm dignidade. São declarações provocatórias proferidas pelo provocador oficial do PSD", sublinhou o deputado comunista Octávio Teixeira, em resposta às acusações do deputado laranja.

O deputado do PSD, recorde-se, acusara o PS e o PCP, em conferência de imprensa, de "conivência" com o que apelidou de "tentativa de alteração da ordem Pública" levada a cabo por "um grupo de agitadores" na Ponte 25 de Abril.

"Julgávamos que estavam ultrapassadas certas práticas do passado de acusar inimigos internos para tudo explicar quando há mani-

festações ou descontentamento dos cidadãos", disse Octávio Teixeira, que considerou ainda que os deputados do PSD são "totalmente incapazes de compreender as razões dos protestos" na Ponte 25 de Abril.

Também o PS, pela voz de Armando Vara, comentando as referidas declarações, referiu a propósito que "o PSD e o governo perderam a serenidade", qualificando de "disparate inaceitável" tais acusações.

"As declarações do deputado Silva Marques só têm comparação com a célebre inventona inventada pelo social-democrata Ângelo Correia, quando há cerca de 10 anos era ministro da Administração Interna", disse o deputado socialista, que acusou ainda o PSD e o governo de terem "perdido a serenidade" ao argumentar que "sempre que um cidadão tenta fazer valer os seus direitos, vem logo agitar com o fantasma da conspiração".

Com as férias à porta Governo e CIP preparam ofensiva contra direitos dos trabalhadores

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de se ter concertado com o grande patronato ao criar, para fins eleitoralistas, expectativas de medidas positivas, para logo a seguir às eleições de 12 de Junho iniciar uma "vasta ofensiva contra as condições de vida e de trabalho dos portugueses".

Em causa está, concretamente, de acordo com as palavras do deputado comunista Paulo Trindade, que se pronunciou sobre o assunto numa das sessões plenárias da semana transacta, um plano entre o Executivo e a CIP destinado a prosseguir a "estratégia maastrichtiana de precarização generalizada do mercado de trabalho, a eliminação total de entraves aos despedimentos, a desregulamentação de horários de trabalho, a eliminação do salário mínimo, da protecção social, acompanhadas de mais benefícios fiscais, benesses, mordomias e apoios financeiros ao grande patronato e aos especuladores".

Testemunho eloquente dos intuitos que animam o Governo e o grande patronato, na perspectiva do parlamentar comunista, é o caso do plano do Grupo Mello para a Lisnave e Setenave/Solisnor, o qual, a concretizar-se, representaria o maior despedimento colectivo desde sempre praticado em Portugal, ou seja, a eliminação de mais de três mil postos de trabalho, isto sem falar da tentativa de impor a des-

regulamentação total das relações de trabalho para aqueles que não venham a ser abrangidos, para já, pelo despedimento.

Um caso que Paulo Trindade não teve dúvidas em inserir no contexto mais vasto de um "processo de destruição do aparelho produtivo nacional"; quer através de "rédea solta dada ao patronato para encerrar empresas", quer através da "entrega ao capital estrangeiro do melhor património público empresarial, através das privatizações e desmembramentos", como são os casos recentes da CIMPOR e EDP.

Daí que, no entender da formação comunista, o propagandeado processo de contrato social a médio prazo mais não seja do que "a luz verde dada ao patronato para, em pleno Verão, ter a cobertura política do Governo a fim de rever a legislação laboral".

Depois de reiterar a tese do PCP segundo a qual "não é acelerando o despedimento dos que ainda trabalham que se poderá diminuir a taxa de desemprego", Paulo Trindade expressou a sua convicção de que o combate ao desemprego exige a suspensão dos despedimentos em curso e uma nova política, virada para o investimento produtivo, para a melhoria do poder de compra dos portugueses, com penalização das actividades especulativas fomentadas pelas elevadas taxas de juro.

Pensões a ex-Pides PCP quer acabar com o escândalo

Inviabilizar a possibilidade de aos agentes da extinta PIDE/DGS virem a ser atribuídas no futuro quaisquer pensões por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País, tal é um dos objectivos de um projecto de lei do PCP, que prevê, simultaneamente, que as pensões em vigor concedidas nestas condições aos ex-pides possam cessar. Para tanto, neste último caso, de acordo com o articulado do diploma da bancada comunista, que altera algumas disposições ao Decreto-Lei sobre as chamadas pensões de preço de sangue, em debate na sessão plenária de amanhã, basta que a extinção seja suscitada oficiosamente ou por qualquer cidadão, a todo o tempo, através de requerimento fundamentado dirigido à Presidência do Conselho de Ministros, que decide através de resolução.

Ao defender a não atribuição aos ex-pides da referida pensão, o Grupo Parlamentar do PCP fundamenta a sua atitude na presunção de que tais indivíduos não revelaram exemplar condu-

ta moral e cívica, condição esta que se afigura como absolutamente indispensável para que qualquer cidadão possa beneficiar da atribuição da pensão por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País.

Ora, sucede que a observância desta "exemplar conduta moral e cívica" só pode ter lugar, segundo um novo artigo aditado ao diploma, quando se verifique, por um lado, a "prática, por cidadão português, militar ou civil, de feitos em teatro de guerra, de actos de abnegação e coragem cívica ou de altos e assinalados serviços à humanidade ou à Pátria", ou, por outro, a "prática, por qualquer funcionário ou agente do Estado, de acto humanitário ou de dedicação à causa pública de que resulte a impossibilidade física ou o falecimento do seu autor".

Com este diploma, caso venha a ser aprovado, a Assembleia da República tem assim uma oportunidade soberana de corrigir um quadro legislativo ao abrigo do qual foram atribuídas em 1992 pensões a agentes da ex-PIDE/DGS, situação que

provocou uma fortíssima reacção de indignação pública e que acabou por motivar uma alteração ao diploma.

Essa alteração, recorde-se, incidindo na redacção do artigo 3º do Decreto-lei nº 404/82, permitiu clarificar que a atribuição da referida pensão pressupõe que o beneficiário "revele exemplar conduta moral e cívica", entendida como a "observância, de modo constante e permanente, do respeito pelos direitos e liberdades individuais e colectivos, bem como pelo prestígio e dignidade do País".

Uma alteração ao texto que, no entanto, não fez cessar as pensões entretanto atribuídas a agentes da extinta PIDE/DGS, que o Estado português continua, ainda hoje, a pagar.

Daí a apresentação do projecto do PCP, o qual estabelece, designadamente, que o direito a receber a pensão pode cessar pela sua revisão com fundamento na inobservância de exemplar conduta moral e cívica, situação onde inegavelmente encaixam os ex-agentes da ex-PIDE/DGS.

Educação pré-escolar PSD recusa medidas de apoio e mais jardins de infância

Da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, o projecto de lei que estabelece medidas para o desenvolvimento de uma rede pública de educação pré-escolar, em debate faz oito dias, foi chumbado com os votos dos deputados do PSD. Demonstrado ficou, uma vez mais, que, em matéria educativa, as proclamadas prioridades anunciadas pelo Governo não vão além das palavras... Sempre que estão em causa medidas concretas, como era agora o caso - ao garantir a concretização do direito das crianças à educação pré-escolar -, o projecto fica adiado, mesmo que se invoquem para o efeito as mais esfarrapadas razões.

E foi pena que os deputados da maioria não tivessem acompanhado o sentido de voto do PCP, PS e PEV e dos deputados independentes Raul de Castro e Mário Tomé (o CDS absteve-se), pois teria sido uma oportunidade soberana para abrir caminho à criação de um plano nacional de desenvolvimento da educação pré-escolar, permitindo simultaneamente o alargamento da rede pública de jardins de infância de forma a garantir num prazo de três anos a universalidade de fre-

quência da educação pré-escolar pelas crianças entre os cinco e os seis anos, e a possibilidade da frequência dessa mesma rede por todas as crianças entre os três e os cinco anos de idade.

Eram estas, aliás, muito concretamente, as medidas que estavam em jogo, a par da gratuitidade na rede pública do ensino pré-escolar, medidas em relação às quais, porém, o PSD se mostrou perfeitamente insensível, isto apesar de se saber que a frequência de serviços educacionais de qualidade neste grau de ensino, como salientou no debate Paulo Rodrigues, "constitui um factor favorável ao sucesso educativo no sistema escolar e ao desenvolvimento de qualidade pessoais importantes para o sucesso no trabalho e nas relações sociais e pessoais".

Ora, a verdade é que neste domínio são conhecidos os atrasos estruturais do País - Portugal tem a taxa de cobertura mais baixa da Europa -, uma realidade que no caso da educação pré-escolar traduz "uma das mais graves insuficiências do nosso sistema educativo", segundo as palavras de Paulo Rodrigues, que não deixou igualmente de pôr o acento tónico na "falta de orientação e vontade políticas do Governo para corrigir a situação".

Verberada pelo parlamentar comunista foi ainda a circunstância de o Governo "não ter assumido as suas responsabilidades" nesta matéria, recordando a este propósito as promessas e metas por aquele anunciadas e sucessivamente falhadas, como sucedeu com o

PRODEPI, bem como a não publicação de portarias para criação de lugares de docentes, a falta de resposta ao interesse e investimento das autarquias, o desemprego entre as educadoras apesar da insuficiente cobertura do País pela rede pública do pré-escolar.

As propostas do PCP

O princípio de que cabe ao Estado assegurar a criação, funcionamento e manutenção de uma rede de jardins de infância que cubra as necessidades de toda a população, constitui um travejamento fundamental no projecto de lei que o PCP submeteu ao juízo do plenário.

A apresentação de um plano nacional de desenvolvimento da Educação pré-escolar foi entretanto um dos reptos lançados ao Governo pelo PCP, que defende que tal plano deverá traduzir-se no alargamento da rede pública de jardins de infância, por forma a garantir, no prazo de três anos, a universalidade da frequência da Educação pré-escolar pelas crianças entre os cinco e os seis anos e a possibilidade de frequência da educação pré-escolar por todas as crianças entre os três e os cinco anos de idade.

Preconizada pela bancada comunista é igualmente a gratuitidade na frequência da educação pré-escolar, bem como, noutro plano, o controlo por parte do Estado sobre a criação e actividade dos jardins de infância não públicos.

Defendido no diploma subscrito pelos deputados comunistas é também o planeamento e a promoção de acções para educadoras de infância e pessoal de apoio, propósito inserido num projecto que tem subjacente a ideia de investir na formação inicial e contínua daqueles que orientam e apoiam as crianças.

Na cauda do pelotão...

A inexistência de um plano nacional de educação pré-escolar, suportado pelos meios necessários à concretização de uma rede cobrindo o território nacional, constitui um testemunho eloquente da natureza e dimensão dos problemas com que o País está defrontado neste capítulo da Educação.

A eles se referiu detalhadamente Paulo Rodrigues, pondo em evidência, designadamente, a insuficiente taxa de cobertura (a mais baixa da Europa), as graves assimetrias regionais na distribuição da rede, bem como a desresponsabilização do Estado exemplificada na não publicação de portarias de criação de jardins de infância.

Lembrada pelo deputado comunista comunista foi ainda a falta de coordenação da admi-

nistração pública no que se refere aos jardins de infância públicos, a falta de controlo e apoio técnico, e, por último, a difícil situação profissional dos educadores de infância, confrontados na sua generalidade com situações de falta de garantias de trabalho, situações de instabilidade e insuficiente investimento na formação.

Nota de destaque, entre os problemas referenciados por Paulo Rodrigues, igualmente a diferença de estatuto dos educadores e de custos financeiros para o País entre as redes tuteladas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Emprego e Formação Profissional, e, por fim, a insuficiência de linhas orientadoras das actividades da Educação pré-escolar que "evitem a rotina, valorizem o modelo educativo e permitam uma melhor informação aos pais".

Reforçar as organizações e a acção nos movimentos de massas

Pelo atraso considerável com que chegou ao jantar no Fundão, realizado na passada sexta-feira, Álvaro Cunhal decidiu não pedir desculpas. É que, como explicou, o atraso deveu-se a um «importante acontecimento» da luta do povo que justamente protestou contra os aumentos da portagem da Ponte 25 de Abril.

Na sua deslocação de fim-de-semana, o presidente do Conselho Nacional do PCP esteve nos distritos de Castelo Branco, Guarda, Viseu e Vila Real

Na sala de um restaurante do Fundão, enquanto se aguardava a chegada do presidente do Conselho Nacional do PCP, cerca de uma centena de pessoas discutia animadamente as razões do corte da travessia do Tejo, apoiando claramente os manifestantes e condenando a brutalidade da intervenção poli-

cial, cujas imagens a televisão transmitia.

As dimensões e a duração desta grande acção de massas viria a ser pouco depois comentada por Álvaro Cunhal, que destacou a grandeza deste movimento de contestação sublinhando o facto de «durante 12 horas, milhares de pessoas estarem

paradas ao longo de 15 quilómetros de auto-estrada», numa acção que teve a solidariedade da população que ocorreu ao local.

Esta luta, segundo Álvaro Cunhal, mostra bem «as potencialidades de resposta do povo» à política do Governo.



Viseu

Sala cheia na Covilhã

Depois do jantar no Fundão, o dirigente comunista dirigiu-se para a Covilhã, para uma reunião dedicada ao debate da actualidade política e tarefas do Partido.

A sala da Assembleia Municipal, onde decorreu a iniciativa, estava cheia e presentes estavam não só militantes como independentes e amigos do PCP, destacando-se a presença de muitos jovens que intervieram activamente na sessão.

Aberta igualmente à comunicação social, o debate que se seguiu às intervenções de abertura feitas por Armando Morais e Álvaro Cunhal, marcou-se por uma discussão viva, com momentos acalorados, sobre a actividade dos comunistas na região.

Como referiu Armando Morais, «a CDU foi fortemente atingida pela abstenção», isto apesar de ter sido feita uma boa campanha «com boa presença visual e várias iniciativas públicas em muitos concelhos e freguesias». Em muitas localidades, disse aquele dirigente comunista, «a única propaganda era da CDU. Os outros partidos apostaram na abstenção».

Contudo, as dificuldades da organização do Partido são visíveis e devem-se em grande à destruição do aparelho produtivo e situação na agricultura. No distrito, fecharam recentemente 35 empresas têxteis, 14 de confecções, seis serrações, para além do encerramento das minas da Panasqueira.

Com mais de nove mil desempregados no distrito, dos quais quatro mil são da Covilhã, a população é obrigada a procurar trabalho noutras regiões do país. Desta forma se explica que só entre 1981 e 1991 o distrito da Covilhã tenha perdido quase 20 mil habitantes, cerca de oito por cento da população.

Com este panorama, os comunistas deste distrito, com profundas tradições de luta operária, procuram novas soluções para realizar o trabalho político e novas formas de ligação aos trabalhadores.

Da Guarda a Viseu

No sábado, Álvaro Cunhal participou durante a manhã

numa reunião da Direcção da Organização Regional da Guarda, finda a qual se dirigiu para um restaurante da cidade, onde era aguardado por cerca de uma centena de pessoas. Nas breves palavras que dirigiu ao presentes, atentamente seguidas pela comunicação social presente, Álvaro Cunhal reagiu às acusações do Primeiro-Ministro, afirmando que Cavaco Silva está a fazer o mesmo que o fascismo fazia: sempre que havia uma luta eram os comunistas que estavam por detrás.

Porque o tempo escasseava, o presidente do Conselho Nacional voltou à estrada em direcção a Viseu para participar numa reunião de quadros comunistas, que decorreu na sala do Museu Almeida Moreira.

No debate que contou com cerca de duas dezenas de camaradas, foram abordados aspectos da actual situação social e política, o funcionamento da organização, a sua intervenção na luta em defesa dos interesses dos tra-

balhadores, dos agricultores, dos jovens e outros sectores da população.

O recrutamento e a necessidade de criar organização nos principais pólos industriais e no seio da juventude, foram ainda temas debatidos na reunião que se debruçou igualmente sobre a importância da participação e intervenção dos comunistas nas organizações sociais de massas.

Os camaradas presentes analisaram também a questão das eleições ficando como nota dominante a necessidade do reforço e alargamento da organização por forma a dotar o partido de meios suficientes para garantir uma melhor resposta a esta frente de trabalho.

Após a reunião, realizou-se um jantar com mais de uma centena de pessoas, que decorreu num ambiente de grande camaradagem. Para além de Álvaro Cunhal, esteve também Sérgio Teixeira, da Comissão Política do PCP.



Guarda



Covilhã



Fundão



Festa em Chaves

Centenas de pessoas estiveram no passado domingo na Quinta do Rebentão, um lugar aprazível junto a um pequeno curso de água em Vila Nova de Veiga, onde se realizou um convívio promovido pelo PCP, com a presença de Álvaro Cunhal.

A esmagadora maioria dos presentes era naturalmente do concelho, mas nesta iniciativa da Comissão Concelhia de Chaves do PCP participaram ainda muitos comunistas e outros democratas de concelhos vizinhos, quer do Alto Tâmega quer até de um pouco mais longe no distrito ou fora dele.

Cada um trouxe o seu famel e a boa disposição, enquanto a organização assegurou o funcionamento de um bar e a animação musical.

Pelas 15 horas, começaram as intervenções políticas usando primeiro da palavra o coordenador da Comissão Concelhia, Joaquim Vassalo, que caracterizou a actividade do Partido no concelho, apelando ao empenhamento de todos no reforço da organização e da luta contra a política do Governo de Cavaco Silva e contra as forças que impedem o desenvolvimento do concelho como é o caso do PS na Câmara Municipal.

Álvaro Cunhal interveio de seguida para falar da luta e da confiança no futuro, dos problemas e reivindicações dos trabalhadores. O presidente do Conselho Nacional do PCP aproveitou para desmistificar o pseudotriunfalismo do PS e analisar os resultados das eleições para o Parlamento Europeu.

A luta contra os aumentos brutais na Ponte 25 de Abril foi igualmente referida por Álvaro Cunhal que denunciou a arrogância de Cavaco Silva e do Governo patente nas intervenções policiais a lembrar os tempos e discursos do fascismo.

Álvaro Cunhal recordou ainda os anos 40, quando andou por Chaves como responsável da Organização do Partido em Trás-os-Montes, em plena época em que os nazis tinham chegado aos Pirinéus e, a Leste, estavam às portas de Leninegrado, Stalinegrado e de Moscovo.

Apesar do difícil período, os comunistas lutavam com confiança e foi com esta mensagem de confiança no futuro do povo português que Álvaro Cunhal terminou a sua intervenção. A festa, essa continuou até às tantas.

Passada a demagogia eleitoral

Governo atenta contra o trabalho

Reunido no passado dia 21, o Plenário da DORS analisou os resultados das europeias e a situação política e social do distrito de Setúbal

A reunião da DORS reafirmou a necessidade de derrotar a política do PSD, salientando que o Governo «após algumas semanas de acrescida demagogia eleitoral, se voltou a mostrar em toda a sua crueza, contra os interesses e direitos do povo e dos trabalhadores».

É revelador o facto de «no dia a seguir às eleições, o grupo dos Mellos, com o apoio do Governo, ter formalizado o anúncio do processo que visa o maior despedimento colectivo até hoje tentado em Portugal - mais de três mil trabalhadores da indústria naval (Lisnave e Setenave/Solisnor). Na Siderurgia Nacional são acelerados os preparativos para a privatização e o despedimento de mais de 1.500 trabalhadores. Na Quimigal, na Torralta e em dezenas de empresas do distrito, os despedimentos, os salários em atraso, os baixos salários e a insegurança no trabalho caracterizam de forma marcante a situação

social existente», denuncia a DORS.

Com o desemprego no distrito a atingir já mais de 44 mil trabalhadores, a DORS condena a tentativa do Governo de «em nome da concertação social» avançar para «a liberalização total das leis do trabalho, pretendendo anular de uma penada direitos e conquistas dos trabalhadores alcançados através de dezenas de anos de lutas».

«Revelando igualmente um total desprezo pelos interesses das populações, o Governo do PSD, após ter anunciado pomposamente durante a campanha eleitoral a ridícula redução de um escudo no preço da gasolina, uma semana após o acto eleitoral aumentou em 50 por cento o preço das portagens da ponte 25 de Abril, desrespeitando de forma escandalosa os índices de inflação e dos aumentos salariais»

Esta decisão, segundo a DORS, atinge um grande universo de pessoas sobretudo da margem sul: «bastará refe-

rir que o movimento na Ponte 25 de Abril é actualmente superior a três milhões de travessias por mês».

No quadro das conclusões do Comité Central, a DORS sublinha a «importância do reforço da organização do Partido e, em particular, das células por local de trabalho e de outras intervenções que assumem destacado papel na intervenção e na luta de massas».

O plenário decidiu ainda convocar para o dia 19 de Novembro a 6ª Assembleia da Organização regional de Setúbal do PCP.

Protesto e desencanto

Para a comissão concelhia de Aveiro do PCP, a abstenção verificada no concelho, «superior à média nacional e à do próprio distrito» tem de ser interpretada como forma de «protesto e desencanto», contra a política económica e

social, que no concelho tem reflexos «ao nível dos despedimentos e dos salários em atraso, na destruição de sectores importantes como a agricultura, as pescas e a construção naval e no encerramento de empresas de vários ramos de actividade».

A Comissão Concelhia analisou ainda as consequências da eleição, para o PE, de Girão Pereira, considerando que «a sua saída da presidência da Câmara em nada prejudicará o concelho, dado que a sua actuação à frente da autarquia não foi além das expectativas mínimas que eram previsíveis com os recursos financeiros e humanos que a câmara dispôs».

«É bom lembrar», prossegue a nota, que «o concelho continua a não estar dotado do Plano Director Municipal, navegando a gestão camarária ao sabor das conveniências e dos interesses de momento, daí decorrendo o crescimento desordenado e a descaracterização do concelho».

Os comunistas lembram que «Girão Pereira, na altura das eleições autárquicas, considerava serem boatos a sua candidatura ao PE e que este lugar era apenas dos grandes "trutas". Mas apesar de afinal ter passado a essa categoria, não é de crer que dela venham a beneficiar os interesses dos trabalhadores e das populações aveirenses. Os lobbies a que o CDS está ligado têm interesses bem

diferentes», conclui a comissão concelhia de Aveiro do PCP.

No concelho de Alcobça, o balanço que os comunistas fazem dos resultados eleitorais aponta para uma descida mínima de votos, na ordem dos 0,67% em relação às últimas europeias. Em contrapartida, esta estrutura concelhia do PCP salienta uma subida relativa em diversas freguesias «de eleitorados do sector de serviços, exemplo de Alcobça, do sector secundário, exemplo de Prazeres de Aljubarrota, e do sector agrícola, exemplo de Évora, mantendo-se a mesma percentagem em Turquel». Neste quadro e nas condições concretas destas eleições, o PCP considera como «positivo o resultado obtido».

Obras em Braga causam polémica

A Comissão Concelhia de Braga do PC, tornou recentemente pública a sua posição sobre as obras na Praça da República, considerando que «a questão principal que muitos agora invocam não é a existência do parque subterrâneo» mas «a alienação da propriedade pública a interesses privados, por parte do município», cuja responsabilidade atribui por inteiro ao Partido Socialista que está à frente dos destinos da autarquia.

Segundo recorda o comunicado, «o projecto de devolver a Arcada e Praça da República, conjuntamente com o jardim da Avenida central aos peões, é da autoria do vereador comunista, eng.º Casais Baptista, durante o mandato de 1985/89, integrado num plano geral de reestruturação do trânsito da cidade, que foi amplamente divulgado na altura e sujeito a debate público».

Com a não reeleição do vereador da CDU, em 1989, «foi interrompida a concretização de um plano que, globalmente, era do consenso da população».

Por outro lado, já no mandato de 1989/93, o presidente da CM de Braga retoma a ideia, só que desta vez decide alienar o subsolo da zona a favor de privados, manobra que foi prontamente denunciada pela CDU na Assembleia Municipal.

O PCP considera que, quer na construção do parque subterrâneo na Avenida Central quer no Campo da Vinha, não devem ser alienados os espaços públicos bem como a população deve ser auscultada em debates públicos.

A comissão concelhia sublinha ainda que «a proposta dos canais de trânsito na Avenida Central foi alterada já este mandato por proposta do vereador comunista do pelouro do trânsito, indo ao encontro da vontade dos comerciantes e da

grande maioria dos membros da Comissão Concelhia de Trânsito».

Na sua apreciação, os comunistas salientam que «a construção do parque terá benefícios para a cidade, muito embora a sua concepção pudesse ter evitado o derrube de árvores. Se a CDU tivesse responsabilidades na câmara no mandato anterior, o projecto teria acautelado este aspecto, para o que havia soluções técnicas adequadas».

Alertando as autoridades para que se tomem medidas adequadas face à «hipotética existência de vestígios de interesse arqueológico», o PCP exige que o arranjo do jardim seja precedido de um debate público de forma a «impedir qualquer projecto de construção à superfície».

Demissões no Banco de Portugal

— PCP pede explicações

Em nota do Gabinete de Imprensa, o PCP pede explicações ao Governo pelas demissões no Banco de Portugal:

«1. A demissão ou exoneração do Governador, dos dois vice-governadores e de um administrador do Banco de Portugal tem de assentar, necessariamente, em fortíssimas e ponderosas razões de natureza política ou de confiança política.

É um facto anormal em qualquer banco central.

Por isso, o PCP considera exigível que o

Governo explique rápida e claramente as razões que levaram à inusitada decisão destas demissões.

«2. Mas o PCP alerta, desde já, para a hipótese de, com esta decisão, Cavaco Silva procurar alijar as ineludíveis responsabilidades do Governo, na orientação das políticas monetária e cambial, que tem vindo a ser seguida e cujos resultados palpáveis são a permanente especulação contra o escudo e a subida das taxas de juro com prejuízo da actividade produtiva e do emprego.»

Suíça

Comunistas portugueses em convívio

Promovida pelo Organismo de Direcção Nacional — ODN dos comunistas portugueses emigrados na Suíça, realizou-se no dia 26 de Junho mais uma edição da já tradicional Festa de Yverdon.

Mais de 200 pessoas participaram nesta jornada de confraternização, onde não faltaram jogos populares (portugueses e suíços), e, como não poderia deixar de ser, a sardinhada e o frango assado faziam parte da ementa para o almoço.

A animação musical esteve a cargo de Aníbal Chiquita que deu oportunidade para um pé de dança a muitos dos presentes.

Isaque Ferreira, do ODN, fez uma intervenção sobre a actividade dos emigrantes comunistas em defesa da comunidade portuguesa e a

importância da sua ligação às estruturas unitárias. O deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues, que esteve presente nesta iniciativa, realçou o facto de, mesmo sem nenhum deputado eleito pela emigração, o Grupo Parlamentar do PCP tem desenvolvido uma constante actividade em prol dos portugueses que labutam no estrangeiro.

O deputado comunista, que se deslocou à Suíça a convite da organização do Partido, teve oportunidade de visitar associações da organização do Partido, teve oportunidade de visitar associações portuguesas em Lausanne, Genebra e Morge, tendo sido recebido pelas respectivas direcções. Miguel Urbano Rodrigues, foi também entrevistado pelas emissões portuguesas na rádio Acidule (Lausanne) e rádio Cité (Genebra).

CAMARADAS FALECIDOS

JOAQUIM NEVES

Faleceu, no passado dia 16 de Junho, Joaquim Janeiro Neves de 48 anos. Foi responsável pela Comissão Concelhia de Aljustrel, membro da Organização Distrital de Beja e era actualmente eleito na Assembleia Municipal e membro da Comissão Concelhia do Partido.

JOSÉ CÂNDIDO

Faleceu recentemente José Cândido Manique da Silva, de 59 anos. Militante comunista, desempenhou antes do 25 de Abril várias tarefas de apoio à organização do Partido. Após a revolução, foi presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de S. João da Ribeira, no concelho de Rio Maior onde residia.

MANUEL CABRITO

Com 63 anos, faleceu, no passado dia 10, o camarada Manuel Rodrigues Cabrito, reformado do Arsenal do Alfeite. Membro do PCP desde 1975, era um dedicado militante e presidia actualmente à Direcção da AIPICA (Associação das Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada).

NAZARÉ LINO

Faleceu, com 82 anos, Nazaré Fernandes Lino, militante dedicado desde a clandestinidade, ultimamente organizado na Freguesia do Algueirão.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

Alerta especial para a situação no Alentejo

CGTP exige medidas efectivas de combate ao desemprego

«Não faz sentido haver hectares e hectares de terras abandonadas numa região em que milhares de pessoas estão sem emprego»

O aumento do desemprego, que atinge especial gravidade no Alentejo, esteve em foco segunda-feira na Comissão Executiva da CGTP-IN. No final da reunião deste órgão, Joaquim Almeida reafirmou ao «Avante!» a posição da central: «Exigimos medidas efectivas de combate ao desemprego, medidas no campo da formação profissional, do investimento dirigido e da concretização de obras prometidas, como o Alqueva, ou atrasadas, como algumas estradas».

Para a Executiva, que na semana passada visitou os três distritos alentejanos, «é necessário começar a discutir a questão da terra», uma vez que «não faz sentido e não é justo haver hectares e hectares de terras abandonadas enquanto milhares de pessoas estão sem emprego». A CGTP, disse Joaquim Almeida, entende que «é necessário avançar com um debate sério sobre este problema».

Na reunião foi também exigido que o Governo esclareça «por escrito» e «claramente» o que pretende quando fala em

acordo de concertação social a médio prazo, pois até agora «não há qualquer documento escrito» entregue aos parceiros.

O que se vai sabendo, referiu ainda Joaquim Almeida, tem sido por declarações orais e dispersas do primeiro-ministro

e «por porta-vozes», em especial a CIP.

Ao exigir que o Governo escreva o que pretende, a CGTP sublinha que Cavaco Silva «terá que resolver os graves problemas do momento, e não se pode refugiar em planos a médio prazo». «Não é com

medidas que aumentam o desemprego que se combate o aumento do desemprego», concluiu aquele membro da Comissão Executiva da Inter-sindical Nacional.

Para avançar com o debate destas matérias e definir orientações para o futuro, nomeadamente para a reunião da Concertação Social agenda para 21 de Julho, a Comissão Executiva

da CGTP convocou o Conselho Nacional para dia 19 e o Plenário Nacional de Sindicatos para dia 20.

A Executiva considerou «injusto e ilegal» o aumento das portagens na Ponte 25 de Abril e classificou como «justo» o prosseguimento dos protestos dos utentes, manifestando a estes a sua solidariedade.

É justo protestar

O coordenador da CGTP disse sexta-feira à agência Lusa, em Évora, que actualmente «todo o protesto é justificado perante as situações gravíssimas» que se vivem no Alentejo e admitiu que possa haver uma «radicalização da luta». Carvalho da Silva falava numa conferência de imprensa, no final da visita de três dias da Comissão Executiva da CGTP ao Alentejo, onde constatou uma situação «particularmente grave», originada sobretudo pelo desemprego. Os membros da comissão executiva da CGTP contactaram, nos distritos de Portalegre, Beja e Évora, com desempregados, autarcas, responsáveis de organismos oficiais e trabalhadores.

O dirigente sindical criticou o Governo por «assumir ostensivamente uma postura de indiferença perante a gravidade dos problemas» no Alentejo, onde, sublinhou, existem mais de 40 mil desempregados.

«Vamos reforçar a acção no sentido de desassossegurar a consciência dos nossos governantes, que andam excessivamente alheados dos reais problemas dos trabalhadores», adiantou Carvalho da Silva.

O caso exemplar da vinha da Capela

Mais de cem hectares, pertencentes à Caixa Geral de Depósitos, estão abandonados numa das zonas com elevada percentagem de desempregados e onde há famílias inteiras a passar fome.

O caso da vinha da Capela foi referido em Pias, na passada quinta-feira, durante um plenário em que participaram mais de duzentas pessoas, nomeadamente representantes das comissões de desempregados do concelho de Serpa, trabalhadores rurais, dirigentes da CGTP-IN e o vereador João Oliveira. Num concelho com mais de 1800 desempregados, aqueles cem hectares de vinha estão cobertos de ervas, não foram gradados (não foi preparada a vindima) e estão seriamente ameaçados pela facilidade com que poderá deflagrar e alastrar um incêndio.

A CGD tomou posse da vinha, nos arredores de Pias, depois de o ex-proprietário não ter conseguido assumir os seus compromissos bancários. Lesta a deitar mão à propriedade, a Caixa nada mostra ter feito para salvar a vinha. A Junta de Freguesia, com a Câmara e a Associação de Municípios da Margem

Esquerda do Guadiana, já alertou para a necessidade de tomar medidas urgentes, defendendo que, com a criação de alguns postos de trabalho, ainda é possível salvar a produção.

Compreende-se que esta situação tenha sido vivamente repudiada e considerada como um verdadeiro atentado à economia nacional.

Situação semelhante vive-se na herdade do Facho, na freguesia de Vila Nova de S. Bento. Mais de trezentos hectares, onde se localizam duas barragens, são aproveitados para manter um rebanho de ovelhas, dando emprego a um pastor.

Outros exemplos foram referidos, nomeadamente de Moura e Mértola. E foi contado o caso de trezentos desempregados de Barrancos que, desesperados, foram em grupo exigir uma solução ao responsável do Centro de Emprego.

Defendendo a necessidade de um plano específico para o combate ao desemprego no Alentejo, o coordenador da CGTP colocou no plenário uma pergunta pertinente aos governantes e ao primeiro-ministro: «Que solidariedade é esta, que só pedem aos trabalhadores para aguentarem?»

Continuam os protestos

Operários da Lisnave, da Solisnor/Setenave, da ENI e da Lisnico desfilaram dia 22 desde o Cais do Sodré até à residência oficial de Cavaco Silva, protestando contra o anunciado despedimento colectivo de mais de 3 mil pessoas nos estaleiros da Rocha, Margueira e Mitrena. Numa resolução entregue na portaria da casa do primeiro-ministro exige-se que este actue em coerência com as suas afirmações públicas, evitando os despedimentos preconizados para o sector.

No âmbito de uma jornada de esclarecimento da opinião pública, promovida pela comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa, activistas sindicais da função pública levaram a cabo diversas acções durante a passada quinta-feira. De tarde, na Praça do Comércio, foi montada uma «esplanada» onde manequins vestidos com a farda de várias profissões exibiam letreiros com os aumentos ridículos decretados pelo Governo. Os sindicatos reafirmaram a exigência de aumentos intercalares imediatos dos salários e das pensões, e voltaram a reclamar o aumento do salário mínimo dos trabalhadores do Estado, de modo a que tenha valor igual ao salário mínimo nacional. À população foram distribuídos

folhetos responsabilizando o Governo pelo mau funcionamento dos serviços da administração pública. Num destes folhetos, o Sindicato dos Funcionários Judiciais anunciava que, a partir de 2 de Julho, se vai alargar às tardes de sábado a greve ao trabalho fora do horário habitual e aos domingos e feriados, iniciada a 6 de Março.

Os trabalhadores ferroviários iniciaram no passado sábado uma greve às horas extraordinárias, que deve prolongar-se até domingo, dia 3. A federação do sector (FSTFP/CGTP-IN) convocou a greve para protestar contra o facto de a administração da CP se recusar a reduzir o horário de trabalho para um máximo de 40 horas semanais, ao mesmo tempo que mantém mais de 900 ferroviários a laborar 12 horas por dia.

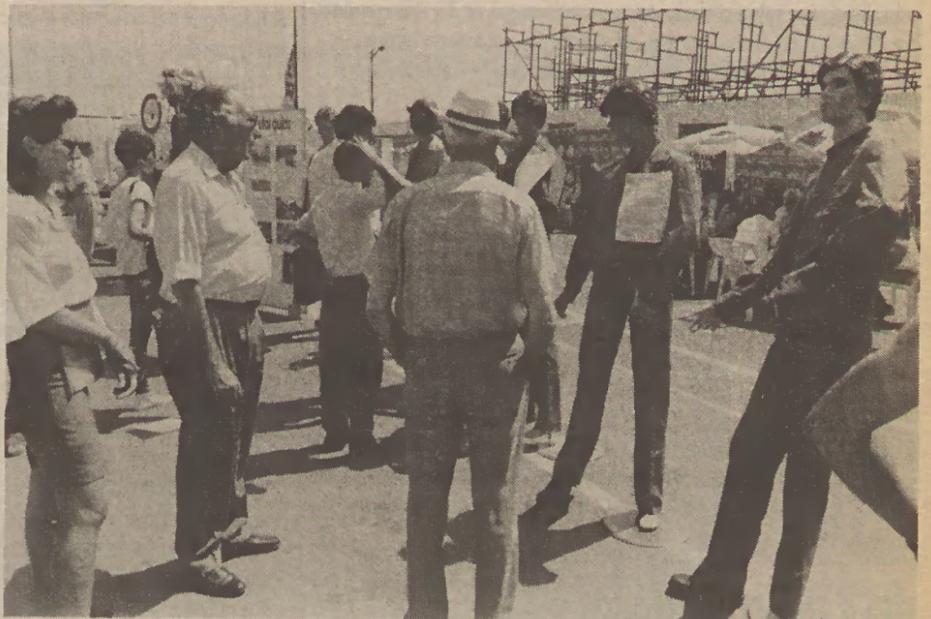
Para ontem foi convocada uma concentração da metalomecânica pesada junto à administração do grupo Senete, na continuação da luta contra a política da multinacional ABB de desmembramento de empresas e destruição de postos de trabalho.

Um plenário de representantes dos trabalhadores da EDP foi convocado para esta tarde, junto ao edifício do conselho de administração, em Lisboa, para protestar contra a anunciada

cisão da empresa e para exigir que sejam claramente garantidos os direitos dos trabalhadores, mesmo que se concretize o desmembramento.

Para os próximos dias 4 e 5 (segunda e terça-feira) está convocada uma greve na Rodoviária do Sul do Tejo, contra os aumentos salariais de 2,5 por cento que a administração quer impor numa empresa que paga «os mais baixos salários no sector dos transportes». O sindicato dos Rodoviários do Sul, em nota à imprensa, revela ainda que a decisão foi tomada na semana passada, em plenários realizados no largo de Cacilhas e nas instalações da RST no Barreiro, no Montijo e em Cacilhas.

«De forma calorosa e coerente», refere o sindicato, os trabalhadores repudiaram ainda a recusa da administração a negociar a redução do horário de trabalho, os processos disciplinares levantados «por questões de lana caprina», as perdas salariais impostas nos últimos anos, o facto de trabalharem numa frota «em grande parte insegura, envelhecida e desgastante», a tentativa de retirada de direitos expressa na contraproposta da administração para revisão do AE, e a falta de resposta a uma série de reivindicações colocada há cerca de dois anos.



Os trabalhadores da administração pública responsabilizam o Governo pelo mau funcionamento dos serviços

ENCONTRO DE SINDICATOS PORTUGUESES E SUÍÇOS

Recentemente em Genebra realizou-se um encontro entre uma delegação da União dos Sindicatos Suíços e representantes da CGTP-IN e da UGT. Inserida na Conferência Internacional do Trabalho, esta reunião - refere uma nota do departamento de Migrações da CGTP-IN - teve como objectivo aprofundar a cooperação na área das migrações.

Na Suíça, trabalham cerca de 100 mil portugueses, dos quais um quarto são sazonais. Nos últimos dez anos, a comunidade lusa residente cresceu de 24 mil para 120 mil pessoas. O seu número deverá aumentar nos próximos anos devido às elevadas taxas de desemprego em Portugal e à decisão do governo suíço de recrutar novos trabalhadores nos países da União Europeia, em detrimento dos jugoslavos, que têm constituído a grande fonte de mão-de-obra nos últimos anos.

Constatou-se na ocasião que a assistência aos trabalhadores portugueses na Construção e na Indústria Metalúrgica e das Máquinas está garantida. As delegações das três centrais sindicais discutiram ainda outras possibilidades de desenvolvimento da colaboração mútua com os emigrantes na Suíça, de forma a sindicalizar os trabalhadores portugueses. Também o Sindicato do Comércio e Indústrias Alimentares tem procurado atingir esse objectivo, tendo lançado uma campanha publicitária em várias línguas.

FERRAGENS E DUAS RODAS

A federação dos Metalúrgicos reclamou antontem uma política diferente do Governo com vista a salvaguardar os postos de trabalho nos sectores das ferragens e duas rodas.

O Conselho Nacional da FSMMP, reunido em Águeda, exigiu a viabilização das empresas do sector, cuja situação «contrasta com a propaganda do Primeiro-Ministro sobre os seus propósitos de criar milhares de postos de trabalho» - refere um comunicado citado pela Lusa. A federação pretende que Cavaco Silva «evite a concretização dos despedimentos nas diversas empresas do sector», afirmando que «o País real não é o da concertação social». As posições das entidades patronais sobre a contratação colectiva em geral e o contrato do sector automóvel e da siderurgia em particular «obrigam à preparação de novas formas de luta», adianta a nota.

RELÓGIO DE PONTO SALVO PELO GONGO

A fábrica de calçado Fredana conseguiu evitar em extremo a penhora do seu relógio de ponto, aceitando pagar os 35 100 escudos que devia a uma ex-funcionária. O cheque foi antontem entregue aos oficiais do Tribunal de Trabalho de Oliveira de Azeméis que se preparavam para proceder à penhora.

Rosa Silva Costa demitiu-se da Fredana em 1992. Considerou, no entanto, que a empresa não lhe pagou integralmente as verbas a que tinha direito, pelo que iniciou um processo no Tribunal de Trabalho de Oliveira de Azeméis, que em 24 de Março de 1994 condenou a empresa ao pagamento do valor referido.

Segundo fonte do Sindicato dos Operários de Calçado, Malas e Afins do Distrito de Aveiro e Coimbra, citada pela Lusa, a empresa recusou-se a cumprir o estipulado pelo tribunal, pelo que este decidiu avançar para a penhora. A queixosa optou então por nomear o relógio de ponto como forma de simbolizar o seu protesto contra o procedimento da empresa.

Segundo o sindicato, existem mais de 50 empresas em situação semelhante à da Fredana, recusando-se a pagar a ex-funcionários mesmo depois de condenadas em tribunal, prejudicando várias centenas de trabalhadores.

PELA REINTEGRAÇÃO NA EFACEC-MOTORES

A audiência para conciliação no processo de onze trabalhadores despedidos pela Efacec, marcada para a passada terça-feira no Tribunal de Trabalho da Feira, foi suspensa, disse à agência Lusa fonte do tribunal, afirmando tratar-se de mais um esforço para que trabalhadores e empresa cheguem a acordo, uma vez que a administração da Efacec se mostrou disponível para aumentar o valor das indemnizações.

Fernando Pereira, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, disse que a proposta vai ser analisada mas reafirmou que os trabalhadores insistem na sua reintegração na empresa. A posição do STIEN será dada a conhecer dia 7 aos advogados da Efacec. Se não houver acordo, o assunto voltará ao tribunal no dia 12.

Os onze trabalhadores foram despedidos pela Efacec-Motores Eléctricas em 18 de Dezembro de 1992. Para o STIEN, o argumento dado pela empresa («extinção de postos de trabalho») não é convincente uma vez que tem recorrido, nos últimos tempos, a dezenas de empresas alugadoras de mão-de-obra.

«O despedimento foi eminentemente político, uma vez que entre o grupo encontram-se sete membros das estruturas representativas dos trabalhadores», salientou o dirigente sindical.

Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento Da indefinição do Estatuto ao protelamento da revisão salarial

Representantes dos trabalhadores acusam o Governo de arrastar a situação porque pretende acabar com as OGFE e os estabelecimentos fabris das Forças Armadas

A situação nas Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento foi denunciada ao «Avante!» por Celeste Soeiro e Conceição Vasques, que fazem parte da comissão de trabalhadores das OGFE e são dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas.

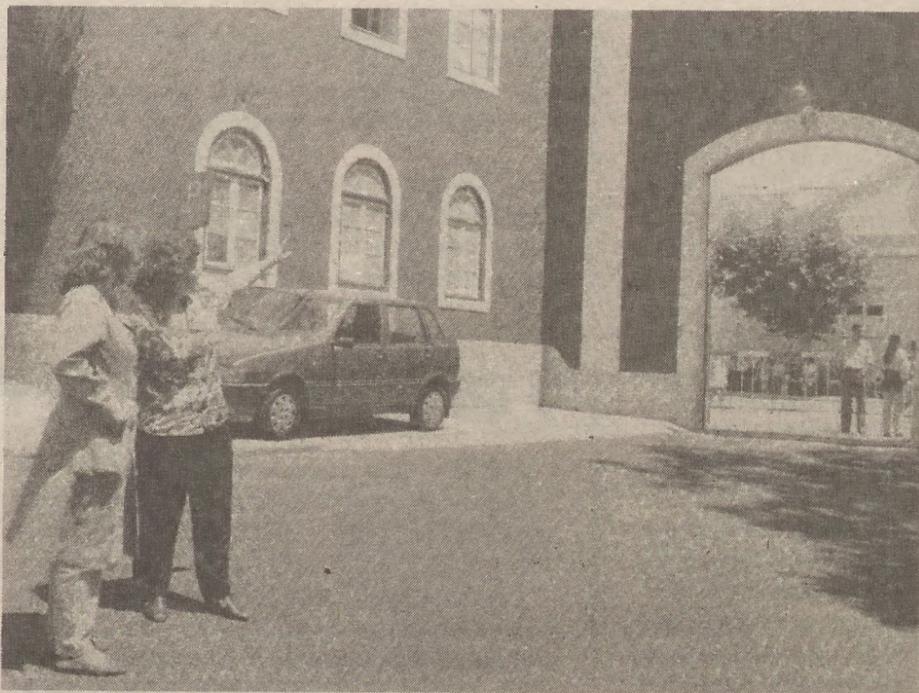
Uma indefinição já antiga tem a ver com o estatuto do pessoal civil dos EFFAs, pois não está determinado se nos estabelecimentos se aplicam as leis gerais do trabalho ou o regime da administração pública. Há mais de dez anos, os directores dos estabelecimentos e o Governo chegaram a aprovar um Estatuto, elaborado sem ouvir os trabalhadores e que até pretendia aplicar aos civis o Regulamento de Disciplina Militar. Acabou por ser chumbado pelo Tribunal Constitucional.

Ao sabor dos desejos e preferências dos directores, que vão beber ao Estatuto chumbado, à lei geral do trabalho e ao regime da administração pública, em cada estabelecimento vão sendo repescadas leis já com teias de aranha ou vão sendo decretadas normas internas avulsas.

Para Celeste Soeiro e Conceição Vasques, esta situação arrasta-se há tanto tempo - prejudicando os trabalhadores e o funcionamento dos EFFAs - porque os governos têm tido uma grande vontade de acabar com os estabelecimentos fabris das Forças Armadas. Apontam também o dedo aos directores, que não têm sido capazes de imprimir aos EFFAs uma dinâmica própria que contrarie as intenções governamentais e dê corpo às opiniões manifestadas por muitos responsáveis militares que, como os representantes dos trabalhadores, defendem que as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (como os outros estabelecimentos) devam continuar a funcionar.

A falta de estímulos aos trabalhadores caracteriza a relação da direcção das OGFE com o pessoal. Este ano, por exemplo, ainda não foi feita qualquer actualização salarial, podendo estar na calha a aplicação dos mesmos 2,5 por cento da Função Pública (e também com os mesmos 2 por cento de aumento nos descontos para a Caixa Geral de Aposentações).

Quanto ao processo de revisão de carreiras (neste caso, já não foram aplicadas as alterações de 1989 na Função



Aprensões quanto ao futuro e injustiças no dia-a-dia podem levar as trabalhadoras das OGFE a movimentar-se para verem satisfeitas as suas reclamações

Pública), a insistência dos trabalhadores e suas estruturas levou as direcções dos EFFAs e o Governo a avançarem recentemente com um projecto. Até agora, são conhecidos os novos níveis das carreiras, mas não foram adiantadas propostas quanto aos salários que lhes corresponderão e que, como realçaram Celeste Soeiro e Conceição Vasques, deverão ir ao encontro dos anseios dos trabalhadores de ver dignificada a profissão.

Mas o que se poderá esperar no futuro, quando na definição dos novos níveis a direcção e o Governo mantêm uma situação injusta de discriminação das mulheres, que tem sido fortemente contestada? A verdade é que não foi satisfeita a aspiração de ver, finalmente, uma profissão como a de costureira passar para a categoria do trabalho qualificado, melhor remunerada, onde está incluída a generalidade das profissões exercidas por homens e que, sublinham as nossas entre-

vistadas, têm idêntico conteúdo funcional.

E qual poderá ser a resposta aos atrasos, que já se admite serem propositados, na definição das novas carreiras e correspondentes salários, cujos efeitos deveriam ser retroactivos a Janeiro de 1994?

Pelos vistos, os trabalhadores têm que se movimentar para se fazerem ouvir - respondem Celeste Soeiro e Conceição Vasques.

■ DM

Expo'98 justifica medidas excepcionais

Numa conferência promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa e pela coordenadora das comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, foi aprovada a «Carta pelo Emprego, pelos Direitos e pelo Desenvolvimento».

As reivindicações constantes do documento têm por objectivo «a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores, em particular quanto à defesa do emprego com direitos, à qualidade do modo de prestação do trabalho (higiene e segurança) e à participação das organizações representativas em todo o processo de desmantelamento das instalações industriais e, posteriormente, de construção e manutenção do Parque da Exposição e seus envolventes». «O carácter excepcional da Expo'98 justifica, por isso mesmo, a criação de medidas excepcionais no plano do emprego e do seu modo de prestação» - afirma-se na Carta.

A USL e a CIL exigem ser consultadas «em todos os processos relacionados com a situação actual das empresas do perímetro da Expo'98 e áreas adjacentes», bem como sobre o desmantelamento de instalações e a construção da Exposição. Reclamando participar «como parceiros de corpo inteiro», as estruturas dos sindicatos e das CTs de Lisboa pretendem reunir regularmente

com os responsáveis do Parque e do Comissariado da Expo para abordar «todas as iniciativas que directa ou indirectamente envolvam os trabalhadores». Além de um pavilhão para informação, durante a Exposição, sobre actividade sindical, exigem também a cedência imediata de «instalações sindicais dignas e suficientes» e com meios para servir as organizações dos trabalhadores, situadas dentro do perímetro delimitado e a funcionar antes, durante e após a Expo.

A Carta propõe que seja firmado, pela USL, a CIL e as entidades responsáveis da Exposição, um acordo «que salvaguarde as condições gerais, contratuais ou legais, definidor do enquadramento social a respeitar em todos os contratos ou subcontratos, concessões ou outros tipos similares de prestação de serviços que venham a ser firmados no âmbito da Expo».

O documento aprovado na conferência do passado dia 22 - e que reclama ainda a defesa dos postos de trabalho das empresas que se deslocam da área da Expo, bem como o lançamento de programas específicos de emprego e de formação profissional, a par da valorização salarial e do destacamento para o local de uma equipa permanente da Inspeção Geral do Trabalho - vai ser apresentado pela USL e a CIL ao ministro do Emprego e Segurança Social, ao Comissariado da Expo'98 e à Sociedade Parque Expo'98.

Cimeira da União Europeia



A 51ª cimeira dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE) encerrou sábado na ilha grega de Corfu sem qualquer compromisso sobre a substituição de Jacques Delors na presidência da Comissão Europeia.

Numa altura em que a UE está confrontada com mais de 50 milhões de pobres, mais de três milhões de sem abrigo e 20 milhões de desempregados, a cimeira dos (quase) 16 polarizou os seus trabalhos na "guerra" da sucessão, remetendo para outras esferas de decisão o polémico 'Livro Branco' de Delors sobre crescimento e emprego, não sem antes lhe reduzir drasticamente "as folhas", que na óptica dos ultraliberais a 'dinâmica' da competitividade à custa dos trabalhadores ainda sabe a pouco.

A chamada cimeira do alargamento, em que participaram pela primeira vez os quatro novos estados membros -

Austria, Finlândia, Noruega e Suécia - encerrou num impasse entre o Reino Unido e o resto dos doze a propósito da

substituição de Jacques Delors.

O busilis da questão esteve, aparentemente, na forma como apareceu a candidatura de Jean-Luc Dehaene: durante a última cimeira franco-alemã, cerca de 15 dias antes da cimeira de Corfu, o presidente François Mitterrand e o chanceler Helmut Kohl deram a conhecer à opinião pública europeia que tinham decidido apoiar ambos a candidatura do primeiro-ministro belga ao cargo de presidente da Comissão Europeia. Mais do que a escolha de um nome, está em causa o jogo de influências no seio da União e o relançamento do sempre falado eixo Paris/Bona, já designado por alguns como eixo Bona/ /Bona, agora reforçado pela vitória eleitoral de Kohl nas eleições europeias e pelo início, em Julho, da presidência alemã da União Europeia.

Até o governo português, sempre tão seguidista nas suas posições comunitárias, sentiu necessidade de exprimir o seu desagrado. "Não é correcto que dois grandes e importantes países da União façam uma escolha e a divulguem antecipadamente, sem consultarem qualquer dos outros parceiros sobre uma decisão que tem de ser consensual", declarou o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, sublinhando no entanto não estar em causa o candidato mas sim "a técnica do facto consumado".

A atitude de Mitterrand e Kohl foi mal acolhida na generalidade das capitais dos Doze, mas apenas John Major levou até às últimas consequências a sua oposição à escolha do candidato franco-alemão para presidente do executivo da União.

Onze estados membros apoiaram a candidatura do primeiro ministro belga Jen-Luc Dehaene; a Grã-Bretanha inviabilizou esta escolha com o seu veto.

A questão voltará a ser evocada numa cimeira extraordinária proposta pela futura presidência em exercício, alemã, para 15 de Julho em Bruxelas.

O sucessor de Jacques Delors deve ser escolhido antes de 20 de Julho a fim de respeitar o prazo fixado para o parecer do Parlamento Europeu.

Decisões

Na cimeira de Corfu, os Doze decidiram ratificar, no âmbito do Livro Branco sobre desenvolvimento, competitividade e emprego, 11 projectos prioritários de redes transeuropeias de transportes e de oito projectos de transporte de energia. Dos primeiros, interessa particularmente a Portugal a auto-estrada Lisboa-Valladolid, que fará a ligação entre a capital portuguesa, o norte de Espanha e a França. No respeitante aos segundos, destaca-se a interligação eléctrica entre Espanha e Portugal, bem como quatro projectos na área do gás.

A questão do financiamento destes projectos ficou em aberto, remetida para ulterior decisão, em análise caso a caso. Como vem sendo cada vez mais frequente, os contribuintes líquidos da União fazem tudo para protelar a adopção de medidas que impliquem novos gastos. Em tempo de recessão, o 'espírito europeu' pára ainda mais longe da tão falada como adiada coesão económica e social.

Recorda-se que a proposta inicial de Jacques Delors incluía 26 grandes projectos de redes transeuropeias de transportes.

As conclusões da cimeira reafirmam igualmente a necessidade de convencer as autoridades ucranianas a desactivarem a central nuclear de Tchernobyl, comprometendo-se os representantes dos Doze na cimeira G-7 (os sete países mais industrializados) de Nápoles (8 a 10 de Julho) a estudar com os seus parceiros as compensações a atribuir à Ucrânia em troca do encerramento da central.

O comunicado final dos Doze sublinha por outro lado o apoio político da UE à intervenção francesa no Ruanda e exprime o "horror" dos signatários face ao "genocídio" em curso naquele país.

Emprego, Desemprego e Segurança Social

A Comissão Nacional para as Questões da Segurança Social do PCP e os deputados do PCP no Parlamento Europeu promoveram anteontem, no Centro Jean Monnet, em Lisboa, um debate aberto sobre as temáticas do emprego, do desemprego e da segurança social. Na iniciativa, a que voltaremos em próxima edição, participaram os camaradas Fernando Marques e Sérgio Ribeiro. As questões do emprego e desemprego, em Portugal e na União Europeia, estiveram a cargo deste último. Um tema da maior actualidade, escassos dias depois da cimeira de Corfu, como se comprova pelos extractos que a seguir se publicam.

(...) Entretanto, fala-se de 'retoma económica'. O menor sinal, o mais discutível indicador de recuperação da actividade é saudado como boa nova. Mas logo se adverte que essa 'retoma' não quer dizer menos desemprego/menos emprego. Mais emprego/menos desemprego só lá para 96, quando o PIB crescer acima dos 3 por cento. Ou para quando os trabalhadores tiverem aceite - ou imposto lhes seja... - que a competitividade se recupera com a abdicação de acréscimos salariais e de direitos sociais pois só assim as transnacionais escolherão estas paragens para criar empregos em vez de o fazerem pelos pacíficos oceanos onde não há salário mínimo, nem

horário de trabalho, nem descanso semanal, nem férias, nem protecção social.

Esta é a 'filosofia' dos livros 'branco' e 'verde' comunitários, sendo um a estratégia da aranha transnacional e o outro a anestesia e co-responsabilização.

(...) Como conceito central do 'livro branco' sobre "crescimento-competitividade-emprego", que os Estados-membros deverão adoptar como estratégia e seguir com maior ou menor disciplina - e sabe-se como o Governo português é o mais obediente de todos... -, competitividade quer dizer moderação salarial, flexibilidade do mercado do trabalho, menores encargos sociais para mais baixo custo



da mão-de-obra, ou, traduzido por miúdos, menor remuneração para os trabalhadores, maior precaridade e instabilidade no emprego, desprotecção social.

(...) Mas agora estamos em 1994, em pleno capitalismo transnacional, estamos na era de Maastricht, dos critérios de convergência nominal impondo políticas monetaristas, da contenção de défices orçamentais por redução de despesas sociais, do ataque aos direitos sociais como forma de renovar

os mecanismos criadores e apropriadores de mais-valia. E mais: da transformação de tudo em grandes negócios, da passagem dos seguros sociais obrigatórios a seguros nem sociais nem obrigatórios, substitutos da segurança social e actualizada forma de acumulação de mais capital.

É a regressão do sistema de segurança social, obrigação de toda a sociedade para com os trabalhadores e os cidadãos, para a solidariedade intraclasses. Dos que trabalham para

com os sem-emprego, dos trabalhadores adultos e irrecicláveis para como os jovens à procura do primeiro emprego, dos que pagam IRS para com os idosos, reformados e pensionistas, desta solidariedade estando dispensados, em nome da competitividade, os que possuem capitais para investir produtivamente e não investem mas especulam, os que não pagam IRS e nem IVA pagam, se é que não arranjam expedientes, como os das facturas falsas, para lhes serem

devolvidos impostos que não pagaram.

Há uma verdadeira conspiração para impor um falso consenso. Ele é a OCDE, ele é Clinton e a sua "promessa" de acabar com a segurança social, ele é Delors a dramatizar e a propor o congelamento do nível de vida dos trabalhadores europeus (de todos?) nos próximos cinco anos, ele é o pacto social Cavaco e a proposta mais que indecente, terrorista, da CIP portuguesa.

Nem uma palavra sobre domar a besta selvagem em que cavalgam, nem uma palavra sobre a necessidade absolutamente vital (também para eles todos porque para a Humanidade) de controlar a circulação dos desmesurados volumes de capitais a deslocarem-se suicidamente à velocidade do fax!

Mas essa palavra, essas palavras têm de ser ditas, em todas as oportunidades, alimentando uma luta fundamental.

Alemanha

O Partido do Socialismo Democrático (PDS) obteve 20% dos votos nas eleições regionais da Saxónia-Anhalt, Leste da Alemanha, realizadas domingo passado.

O PDS provou, assim, uma vez mais, ser a terceira força política na ex-RDA, depois dos democratas-cristãos (CDU) e dos socialistas-democratas (SPD). Nas eleições europeias, o PDS tinha obtido 23 por cento dos sufrágios na ex-RDA, contra 11 por cento em Dezembro de 1990, nas primeiras legislativas da Alemanha unificada. Estes quatro anos desde a unificação traduziram-se, para a ex-RDA, em pesados custos económicos e sociais, em particular desmantelamentos maciços de empresas e uma taxa real de desemprego da ordem dos 30 por cento, e a perda de direitos, nomeadamente quanto à habitação social e aos subsídios para educação das crianças.

Jericó

Uma greve de comerciantes - a primeira desde a autonomia da cidade, em vigor há pouco mais de um mês - paralisou Jericó.

A palavra de ordem de paralisação foi lançada por palestinianos libertados das prisões israelitas, como forma de solidariedade para com os que ainda se encontram presos. Um processo que deveria ter sido concluído no princípio do mês de Junho.

A greve não foi observada na Faixa de Gaza, em Hebron e em Jerusalém-Leste.

Estados Unidos

Os sindicatos dos Estados Unidos registaram um sensível aumento do número de filiados em 1993, após catorze anos de quebras consecutivas, indica uma sondagem "Time Magazine"-CNN. Segundo este inquérito, 42% das pessoas interrogadas consideram que a sindicalização de um maior número de trabalhadores seria positiva para a economia americana. O semanário regista ainda um forte aumento do número de trabalhadores em greve nos quatro primeiros meses de 1994, com 1,6 milhão de dias de greve, três vezes mais que em idêntico período do ano passado.

Palestina

Em vésperas do regresso de Arafat a Jericó

O simbólico regresso de Arafat a Jericó, previsto para o passado dia 15, foi adiado para data ainda não marcada, previsivelmente neste mês de Julho. Um adiamento mais, num processo de autonomia e paz particularmente difícil. Processo desencadeado pela luta de resistência palestiniana, a Intifada, e que também agora parece exigir, sob outras formas, a mesma combatividade e persistência que caracterizou essa luta.

Um exemplo dos obstáculos que se vão colocando, está nas razões do adiamento do regresso de Arafat, ligadas aos atrasos, por parte dos governos dos Estados Unidos e da Europa, na entrega dos fundos prometidos ao governo autónomo palestiniano. Fundos neste momento essenciais, depois de décadas de destruição de facto de quaisquer estruturas económicas nos territórios ocupados.

Entretanto, os compromissos de entrega de fundos começaram a aparecer ligados a exigências e condições quanto à utilização dos dinheiros - posição clássica assumida pelos credores

quando se trata de empréstimos aos países pobres.

Outra delicada questão, igualmente marcada por compromissos só parcialmente cumpridos - a libertação dos presos palestinianos pelas autoridades israelitas.

Assim, segundo os acordos assinados no Cairo em 4 de Maio, Israel deveria libertar 5.000 prisioneiros palestinianos até 8 de Junho. No fim deste prazo, apenas 2.000 presos tinham sido libertados. E Israel "oferecia" a libertação dos restantes 2.500 na condição, rejeitada pelos interessados, de terem residência circunscrita a Gaza e Jericó.

Nada disto invalida que, nestes últimos meses, os

palestinianos conseguiram, pela sua luta, que passos decisivos fossem dados para a concretização do seus objectivos.

Na sequência dos acordos de Washington (Setembro de 1993) e do Cairo (Maio de 1994), a sua existência enquanto povo, a da sua organização, a OLP, e os seus direitos nacionais, foram finalmente reconhecidos por Israel. E, pela primeira vez, duas parcelas dos territórios ocupados durante a guerra de 1967 foram libertadas. Para já, apenas 10% dos territórios ocupados (com 50% da população) estão considerados nos acordos. Mas trata-se, em qualquer dos casos, de uma situação inteiramente nova.

A grande batalha neste momento é no domínio da economia. E aí, não apenas tudo está por fazer, como se parte de uma situação profundamente degradada.

Desde a ocupação israelita, em 1967, pouco ou nada foi feito para desenvolver as infra-estruturas de Gaza e Jericó. Mais, a ocupação des-

truiu as economias da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, impedindo um desenvolvimento próprio e proibindo mesmo o comércio livre com os países árabes vizinhos. Cerca de um terço das pessoas que vivem em Gaza e Jericó trabalham ou trabalharam em Israel, como única alternativa de sobrevivência, o que aliás tornava particularmente dramático o encerramento dos territórios, como medida punitiva por parte das autoridades israelitas.

No plano social, a situação não é melhor. A mortalidade infantil nos territórios ocupados é cinco vezes superior à de Israel. 35% das crianças têm sintomas de subnutrição. Nos últimos cinco anos, a administração israelita reduziu as despesas com a saúde em mais de metade - de 40 dólares por habitante passou para 18,3 dólares. Contra 370 em Israel... Actualmente, apenas um palestiniano em cada cinco conta com a cobertura do sistema hospitalar sob tutela israelita, e que, no quadro da autonomia, deverá

passar para controlo palestiniano.

A situação de Gaza é particularmente difícil. Uma faixa costeira com 7.365 quilómetros, com 850.000 habitantes, ou seja 2.214 por quilómetro quadrado, uma das zonas mais povoadas do mundo.

Por isso, neste momento, a prioridade da administração palestiniana vai para a melhoria das condições de vida das populações de Gaza e Jericó. A construção das infra-estruturas físicas - estradas, telecomunicações, saneamento básico, abastecimento de água - e sociais - escolas e hospitais. De par, naturalmente, da aposta no desenvolvimento económico, com projectos que passam, nomeadamente, pelo turismo.

De pé, continua, entretanto, um número considerável de problemas por resolver - objecto da próxima etapa de negociações entre Israel e a OLP - Jerusalém, os colonatos, o regresso dos refugiados de 1948, o estatuto da Palestina, as futuras fronteiras e os acordos de segurança.

Rússia

Eleições adiadas em clima de crise socioeconómica

As eleições para o parlamento da Rússia e para um novo presidente, previstas respectivamente para 1995 e 1996, deverão ser adiadas. A proposta de introdução de alterações na Constituição, que permitam o prolongamento dos mandatos destes dois órgãos de poder, foi apresentada pelo presidente do Conselho da Federação (câmara alta), Vladimir Chumeiko, homem considerado como próximo de Ieltsin. Segundo a Constituição aprovada no fim do ano passado - num referendo cujos resultados foram então fortemente contestados, e conferindo ao actual presidente poderes muito alargados -, o actual parlamento deveria cumprir apenas um mandato de dois anos, por se tratar de um órgão de transição, depois da dissolução, pela força, do Soviete Supremo.

A proposta de adiamento das eleições contou com o apoio do presidente da Duma Estatal (câmara baixa), Ivan Ribkin, que entretanto colocou algumas condições ao prolongamento dos mandatos, em particular sinais claros de uma "estabilização" no campo económico.

Uma área em que os problemas assumem contornos tanto mais dramáticos, quanto se tem vindo a promover uma política de capitalismo

selvagem, de tal forma lesiva das condições de vida da generalidade da população, que o próprio presidente norte-americano chegou a referir a necessidade de uma "rede de segurança social" - variantes da "sopa dos pobres" para os milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza.

Situação de que dificilmente se vê saída, quando a própria economia nacional tem vindo a ser desmantelada.

Em Janeiro deste ano, segundo o Comité estatístico, a produção teria sofrido uma quebra da ordem dos 25,5% em relação a Janeiro de 1993. As correcções entretanto oficialmente feitas - e que englobam a "economia subterrânea", que se calcula controlar cerca de 20% do produto interno bruto - não alteram o fundamental do problema, tanto mais que é o sector dos bens de consumo o mais atingido, com uma quebra para menos de metade relativamente aos níveis de 1990.

Por outro lado - e como é referido pelo jornalista Jean-Marie Chauvier no jornal francês "Le Monde Diplomatique" - "para alguns economistas, não é a recessão em si que é alarmante, mas a "destruição física das capacidades de relançamento". Usura das máquinas, após vinte anos de estagnação técnica; multiplicação dos pannes, acidentes, rupturas de canalizações; degradação dos edifícios e das estradas, do material ferroviário, da frota aérea, etc. : a lista dos sinais materiais do naufrá-

gio é interminável. Sucedem-se as paragens de produção, nas construções mecânicas, nos estaleiros navais, na química, na construção".

No plano social, as sequelas são dramáticas.

Os números oficiais do desemprego - 750.000 desempregados, 1% da população activa - já não são sequer considerados no Ministério do Trabalho, onde se admite a existência de cerca de 3,8 milhões de desempregados (5%) e, tendo em conta o desemprego parcial, 7,8 milhões (10,4%). Números que tendem a crescer abruptamente, com as novas privatizações previstas, e o encerramento de sectores considerados obsoletos.

Apenas um milhão destes desempregados recebe um subsídio. Aliás, meramente simbólico.

Quanto ao aumento de preços no consumidor, a média tem vindo a ser de 15 a 20% por mês, sem qualquer actualização de salários.

Neste quadro, calcula-se que os rendimentos médios

diminuíram em média 28 a 35% em 1993, enquanto a diferença entre pobres e ricos aumentou de vinte seis vezes desde 1991.

De acordo com a análise dos sindicatos, cerca de 80% da população vive hoje abaixo do limiar da pobreza.

Para o FMI, entretanto, trata-se de avançar mais ainda nesta política de desmantelamento social. Concretamente, as empresas russas deverão libertar-se das suas "instituições sociais", consideradas mesmo por alguns como "um vestígio do feudalismo". O que se pretende fazer desaparecer são as creches, jardins de infância, policlínicas, círculos culturais, e outros equipamentos colectivos - pouco consentâneos como uma - aliás, míope - política de lucros máximos a curto prazo.

O que naturalmente vai ao encontro de outras opções políticas, como - o regresso das mulheres ao lar, os seguros privados (quem quer saúde, paga-a) e o ensino pago. Um claro recuo civilizacional.

Ruanda

Intervenção militar francesa



Os milicianos da ditadura, que massacraram milhares de crianças, em particular tutsis, apoiam expressamente a intervenção francesa

Forças militares francesas entraram no Ruanda em guerra, numa operação apresentada como humanitária, mas que não apenas significa a internacionalização de um conflito que terá já feito mais de 500 mil mortos, como muitos consideram tratar-se de um aproveitamento da situação, por parte da França, para fortalecer posições no centro-leste da África.

A intervenção militar, com o nome de código de "Operação Turquesa" (significativamente, o retomar do nome de uma das operações dos pára-quedistas franceses durante a guerra da Argélia), foi entretanto apoiada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que adoptou a respectiva resolução autorizando a França a intervir militarmente no Ruanda e a utilizar "todos os meios necessários".

A intervenção militar de França foi de imediato condenada, antes do mais pela Organização de Unidade Africana (OUA), por vários países, como a Nigéria e a Nova Zelândia, membros do Conselho de Segurança da ONU, e organizações humanitárias como os Médicos do mundo, Survie, Farmacêuticos sem fronteiras, e o Conselho Mundial das Igrejas.

Em Paris, uma associação de intelectuais africanos defendeu que a França antes deveria

apoiar "a concretização das resoluções das Nações Unidas, da Organização de Unidade Africana e da Sociedade civil africana".

Muito oportunamente, o jornal do Partido Comunista francês, "L'Humanité", pergunta-se: "Porquê esta precipitação das autoridades francesas quando, ao longo de dois meses, permitiram às milícias presidenciais - por si armadas e treinadas - massacrar centenas de milhares de crianças, mulheres e homens, independentemente da sua comunidade?".

Os comunistas franceses tomaram de imediato posição, condenando a intervenção militar. O PCF defende que "os meios financeiros e materiais necessários ao envio de tropas devem ser concedidos às forças africanas no quadro da Missão das Nações Unidas de assistência ao Ruanda".

"É preciso apoiar o processo de paz da OUA - sublinha-se em declaração do Secretariado nacional do PCF - e os acordos de Arusha que prevêem uma partilha do poder, uma garantia para a democracia, para os direitos das minorias e o respeito dos direitos humanos". E conclui-se: "A França, que tem uma pesada responsabilidade na tragédia do Ruanda, deve contribuir para a sua reconstrução".

Nota do Gabinete de Imprensa

A intervenção militar da França no Ruanda é mais um acto de agressão ao martirizado povo ruandês e integra-se na sua estratégia neocolonial.

É de recordar que a França sempre esteve ao lado do governo ruandês, inclusive participando com militares no combate à Frente Patriótica Ruandesa que, embora de maioria tutsi, inclui hutis.

É também de salientar que os massacres de tutsis e outros cometidos às ordens do automeado governo interino, formado após o misterioso abate do avião presidencial, não mereceram por parte da França qualquer condenação, tendo prosseguido até agora a cooperação a todos os níveis com o governo e as forças armadas.

A FPR que se opõe firmemente a uma intervenção militar francesa, tem reclamado uma assistência humanitária para socorrer o martirizado povo ruandês.

A decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas de autorizar a França a enviar tropas para o Ruanda constitui mais um acto deste importante órgão da ONU que subverte a própria filosofia da Carta da ONU, colocando as suas decisões ao serviço das grandes potências capitalistas, e integrando-as na sua estratégia de domínio mundial. Para esse efeito, o Conselho em vez de procurar soluções políticas para os graves problemas ruandeses, herdados do domínio belga e alemão, antes dá luz verde a uma antiga potência colonial para agir em defesa dos seus interesses e dos seus protegidos a partir de países africanos onde tem tropas estacionadas.

O PCP condena a intervenção militar francesa e considera que, a exemplo de outras realizadas a pretexto de preocupações humanitárias, só poderá contribuir para agravar a situação explosiva que se vive naquele país.

O PCP chama a atenção para a tentativa de envolvimento da UEO nesta intervenção o que confirma as prevenções do PCP acerca da transformação deste organismo político-militar num órgão de agressão e de defesa, no Terceiro Mundo, dos interesses das grandes potências capitalistas. O PCP sublinha ainda a estrita necessidade de Portugal não adoptar qualquer atitude de apoio ou envolvimento a esta intervenção militar da França no Ruanda.

Áustria

"Os polícias e os guardas prisionais austríacos terão infligido penas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes a imigrantes estrangeiros, em particular pessoas que pediam asilo", afirma a Amnistia Internacional num relatório recentemente publicado. Estes mastratos foram por diversas vezes registados tanto em aeroportos como nos postos policiais.

Grã-Bretanha

O racismo tem vindo a aumentar na Grã-Bretanha, revelou a comissão do Interior da Câmara dos Comuns. A comissão indica que se tem vindo a registar uma média anual de 140.000 incidentes racistas no país, e não 8.000, como tinha sido divulgado pela polícia.

Bósnia

Cerca de 5.000 civis sérvios, na sua maioria mulheres e crianças, foram evacuados da região dos montes Ozren (nordeste da Bósnia) devido a uma violenta ofensiva lançada pelo exército governamental bósnio.

Colômbia

Apenas dois dias após a sua eleição, o novo presidente colombiano, Ernesto Samper, enfrenta graves suspeitas de que o Cartel da droga de Cali, uma das principais organizações mundiais do tráfico de cocaína, terá financiado a sua campanha eleitoral.

Desemprego

Hughes Aircraft, um dos principais fornecedores do Pentágono, planeia suprimir 3.200 postos de trabalho, ou seja, 10% dos seus efectivos. Esta reestruturação poderá levar ao encerramento de duas importantes fábricas do grupo na Califórnia. Hughes, filial da empresa de automóveis General Motors, já tinha reduzidos os seus efectivos, de 82.000 em 1986 para 50.000 actualmente.

Bósnia

A guerra continua apesar do cessar-fogo

A guerra continua a devastar a Bósnia, apesar do cessar-fogo assinado dia 8 de Junho, e que formalmente entrou em vigor dois dias depois. A verdade é que o objectivo dos beligerantes continua a ser desenhar, pelas armas, os mapas em discussão em Genebra.

Prosseguem os combates no Norte da república, em particular em torno do monte Ozren, onde apenas diminuíram ligeiramente os combates de artilharia, enquanto prosseguem significativos movimentos de tropas na região. Segundo informação de um oficial das Nações Unidas, as forças bósnias, de maioria muçulmana, "conseguiram alguns ganhos territoriais".

"Ganhos territoriais" ou defesa das posições no terreno, que vão alimentando a continuação da guerra, das mortes, e do fluxo de refugiados.

Domingo passado, o general Rasim Delic, comandante em chefe das forças bósnias, afirmou que o seu exército "terminou a guerra defensiva e entra num período de guerra de libertação, o que significa um início gradual da ofensiva".

Palavras que não auguram nada de positivo aos esforços entretanto desenvolvidos pelo Grupo de Contacto - que integra diplomatas dos EUA, Rússia, Alemanha, França e Grã-Bretanha - para ultimar um documento sobre a partilha da Bósnia-Herzegovina no âmbito do plano de paz.

O plano avançado pelo representante da ONU na ex-Jugoslávia, Yasushi Akashi, propõe, para além de uma trégua inicial de quatro meses, a retirada das armas pesadas da linha da frente e a interposição de mais 5.500 capacetes azuis. Uma desmilitarização parcial das zonas contestadas que facilitaria as negociações ulteriores sobre o mapa da futura Bósnia.

Permanece entretanto o problema fundamental - o desacordo que subsiste em relação ao plano da ONU, em que se atribui 51% do território aos croatas-muçulmanos e 49% aos sérvios. Em recente entrevista ao "Figaro", o primeiro-ministro bósnio, Haris Siladzic, continua a exigir 58% do território, correspondendo às zonas que, segundo afirma, antes da guerra não eram maioritariamente povoadas por sérvios. Actualmente as forças sérvias controlam 70% do território.

Entretanto, num país onde, como observou Siladzic, "as pessoas viviam em conjunto, não apenas na mesma cidade, mas também na mesma casa, e frequentemente na mesma cama", o mais urgente seria restabelecer condições para uma vida normal, que permitam a reconstrução e tornem possíveis as relações entre a população. Encontrar uma qualquer fórmula que permita a paz, mesmo talvez passando pelo delinear de discutíveis fronteiras administrativas.

Grândola anda em polvorosa e tem razão para isso: o Governo de Cavaco Silva, através do Ministério do Ambiente, insistiu na intenção de instalar neste concelho do Litoral Alentejano um aterro de resíduos tóxicos, ameaçando o desenvolvimento económico da região e violando a sua própria legislação, que proíbe qualquer acto que ponha em causa esta área protegida. Os protestos, liderados pela Câmara Municipal, mobilizaram toda a gente numa unanimidade sem equívocos: não à lixeira. Uma grandiosa manifestação no passado dia 15, em Grândola, apoiada por todas as forças políticas e sociais do Concelho, expressou claramente a determinação dos grandolenses: lutar até que o "fantasma" da lixeira seja eliminado.

Conversámos com o presidente da Câmara, Fernando Travassos, e com o vereador do Ambiente, Manuel Areias, que nos resumiram a história da lixeira.

O processo foi desencadeado em 1990 pelo Governo de Cavaco Silva que, no maior dos secretismos, sem ouvir as Câmaras envolvidas e as respectivas populações, iniciou um processo que conduziria à instalação de uma incineradora de resíduos tóxicos em Sines e um aterro em Grândola, nas minas do Canal Caveira. O objectivo era realizar um concurso público imediato e adjudicar a construção destes equipamentos a empresas privadas.

A fortíssima contestação surgida em Grândola e Sines, com relevo para as acções desencadeadas pelas respectivas Câmaras Municipais, silenciou o processo durante dois anos, mas no início de 1992 o Governo surge com uma novidade, sigilosamente "cozinha" nesse período: a apresentação de uma empresa luso-francesa, a quem fora adjudicada a construção e exploração dos referidos aterro e incineradora de resíduos tóxicos.

Aí, as populações levantam-se de novo e organizam a resistência. Em Sines constitui-se uma Comissão de Luta e uma Frente Comum (esta envolvendo já órgãos autárquicos e organizações so-



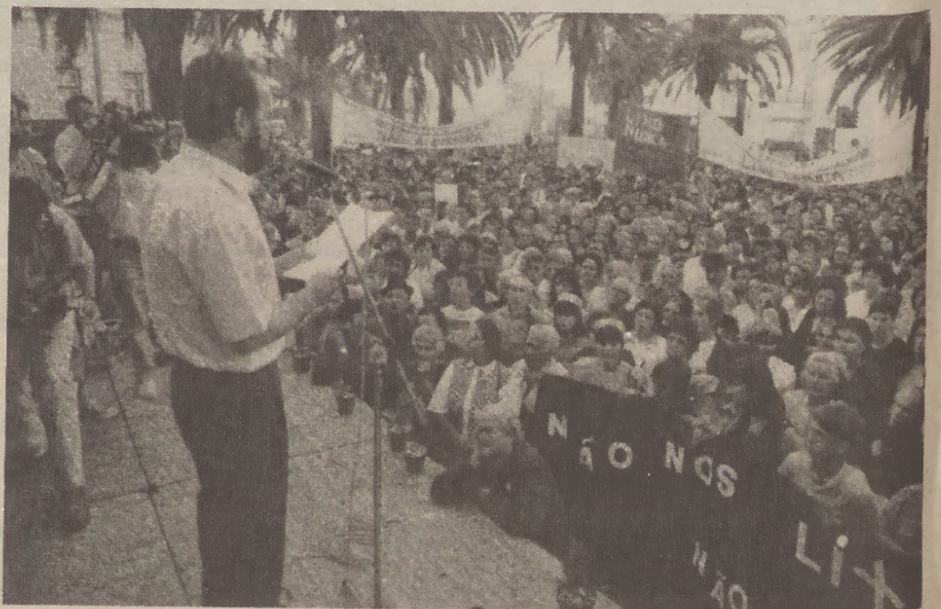
No passado dia 15, a população de Grândola manifestou-se em massa contra a lixeira. E promete continuar a luta, até que o Governo cumpra as suas próprias leis e desista da intenção de colocar o aterro neste Concelho



Fernando Travassos, presidente da CM de Grândola

ciais, culturais e políticas), o mesmo se passando em Grândola. Por essa altura, o Governo afirmava, pela boca do então

Secretário de Estado, António Taveira (mais tarde candidato do PSD à Câmara do Porto), que "o projecto não se atrasará, a localização do incinerador será conhecida em Julho". Hoje, dois anos depois,

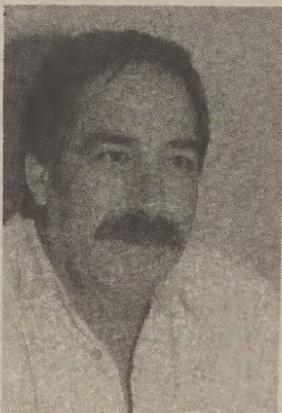


o projecto continua a marcar passo e tudo graças à resistência e à luta das populações de Sines e Grândola.

A força da luta

A luta contra a lixeira está a mobilizar toda a gente, em Grândola, criando unanimidade na oposição frontal à instalação do aterro de resíduos tóxicos no Concelho. A autarquia e as forças políticas, sociais e culturais do Concelho confluíram esforços neste momento decisivo, como nos assinalou António Casmarrinha, membro do Comité Central do PCP e um dos responsáveis do Partido na região, que entretanto assinalou:

"O PCP tem sido o Partido que tem tomado posições mais claras desde o início e em todo este processo, nomeadamente no Encontro de Quadros do PCP dos Municípios do Litoral Alentejano, realizado em Grândola a 12 de Maio de 1990 e



António Casmarrinha, um dos responsáveis do PCP na região

onde já se afirmava (e passo a citar): 'recusar qualquer tentativa de imposição da instalação das referidas unidades (aterro e incinerador), exigindo que o Governo informe cabalmente as

populações e as autarquias, as ausculte e respeite a sua vontade; manifestar a sua oposição à instalação daquelas unidades nas proximidades de áreas de reserva natural, paisagem protegida ou de especial vocação turística, como é o caso desta zona do litoral alentejano".

António Casmarrinha considerou que "a localização dos resíduos não pode prejudicar o desenvolvimento económico das regiões onde venham a ser instalados. Ora, no Litoral Alentejano, todos os estudos, do PROTALI governamental aos PDM dos municípios, apontam o turismo como vector fundamental de desenvolvimento desta sub-região. É sabido que a colocação destes equipamentos tem efeitos psicológicos contrários ao desenvolvimento turístico, e isto é uma questão de fundo. Por outro lado, não faz sentido impor a populações, que sempre foram abandonadas do ponto de vista de desenvolvimento industrial, os lixos produzidos noutras regiões onde se deu incentivo a esse desenvolvimento, ainda por cima prejudicando a sua única vertente de desenvolvimento".

Aqui, António Casmarrinha sublinhou o empenhamento do Partido em todos estes Concelhos do Litoral Alentejano na luta contra esta tentativa de imposição por parte do Governo, "o qual - frisou - mostra mais uma vez, neste processo, que foge à discussão com as populações até nas matérias que lhes dizem directamente respeito".

Uma decisão aberrante

Fernando Travassos assinalou-nos dois aspectos fundamentais que mobilizam a população de Grândola em peso.

"Em primeiro lugar, há um forte sentimento de injustiça: até agora, Grândola nunca foi chamada a participar em qualquer modelo de desenvolvimento para a sua região, e o que o Governo engendrou, através do PROTALI, fê-lo sem consultar ou ouvir quem quer que fosse. Este Concelho e esta Região sempre foram desprezados pelo Poder Central, que tem assistido, impávido, à sua desertificação, à sangria dos seus recursos humanos e nunca se preocupou em rentabilizar os recursos locais. Agora o que é que querem devolver-nos, neste "processo de desenvolvimento" que pretendem impingir-nos? Os lixos tóxicos produzidos pelo desenvolvimento dos outros! É intolerável!" Entretanto os instrumentos de planeamento que existem, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano (PROTALI), a par dos PDM's, "apontam o turismo como vector de desenvolvimento para esta região. Está aqui a nossa 'luz ao fundo do túnel', na qual se depositam grandes expectativas. Obviamente, a localização dum aterro tóxico em território concelhio é uma contradição, obviamente incompatível com o desenvolvimento turístico. Daí dizermos que nos inviabilizaram o passado e, agora, querem inviabilizar-nos o futuro".

Aliás, o próprio PROTALI, criado pelo Governo, confirma exactamente essa opção de desenvolvimento através do turismo,

Grândola NAO NOS LIXEM!

Reportagem de:
Henrique Custódio

impedindo, por isso e com força de lei, que o Concelho de Grândola seja mexido nas suas áreas protegidas, nomeadamente as Minas onde agora o mesmo Governo quer instalar... a lixeira dos resíduos tóxicos. (Ver peça ao lado.)

Um Forum para entreter e um pelouro que trabalha

Como já referimos, o Governo tem conduzido todo este processo em sigilo ou, pelo menos, em total desprezo pela opinião dos municípios envolvidos. Seria a fortíssima contestação popular que empurraria o Executivo, já este ano, para um simulacro de diálogo, como nos contou o vereador Manuel Areias:

"Na sequência dos fortes protestos das populações e dos municípios envolvidos, o Governo apareceu este ano com um Forum (de que já se realizaram três sessões), supostamente para abrir a discussão com todas as partes envolvidas. Têm convidado para essas sessões representantes de todas as autarquias 'escolhidas' para depositárias dos lixos - e que até aqui nunca tinham sido ouvidas - além de ambientalistas, técnicos, cientistas, pessoal das universidades, etc. É muito bonito mas é pouco, muito pouco...", considerou Manuel Areias, que assinalou, igualmente:

"Estávamos bem arranjados se ficássemos à espera, aqui em Grândola, das preocupações ambientalistas do Governo!" E resumiu-nos o vasto trabalho realizado nesta área, no Concelho de Grândola: cobertura total do tratamento de esgotos e águas residuais, para o que já se construíram oito ETAR's com funcionamento submetido a controlo laboratorial (a primeira logo em 1976 - seguramente das primeiras, no País, tendo a mais recente entrado em funcionamento o ano passado), recolha e deposição de lixo em todo o Concelho, que depois segue para um aterro controlado. Quanto à orla marítima, em 1980 foi feito o primeiro estudo de ordenamento da faixa costeira de Grândola (40 km), numa altura em que nem sequer havia orientações do PDM.

— Governo viola as próprias leis

A intenção do Governo em instalar um aterro de resíduos tóxicos no Concelho de Grândola não esbarra apenas com a oposição dos grandolenses: tropeça na sua própria legislação. Na verdade, o Executivo de Cavaco Silva está proibido por si próprio de levar a cabo tal operação neste Concelho alentejano. A proibição começa com o diploma que aprovou, a 27 de Agosto de 1993, em Diário da República, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano (PROTALI). Nele se afirma, logo no preâmbulo, que "o litoral alentejano foi considerado uma área de intervenção prioritária que merecia atenção imediata do Governo por constituir um conjunto de ecossistemas de enorme fragilidade". E para que não fiquem dúvidas sobre quem manda no litoral alentejano, a lei define no ponto 1 do seu Artº 4º que "as normas e princípios constantes do PROTALI vinculam todas as entidades públicas e privadas" e no seu ponto 3 que "são nulos quaisquer actos que aprovelem planos, programas e projectos em desconformidade com o PROTALI".

Acontece que o PROTALI (ao tempo uma "menina dos olhos" do Governo, que lhe permitia interferir, ao pormenor, nas gestões municipais da região) ordena mais adiante, na alínea a) do Ponto 2 do Artº 46º, que "as zonas de antigas explorações de massas e depósitos minerais presentemente abandonadas, assim como aquelas que no futuro cessem a actividade, deverão ser objecto de reabilitação". Mas não se fica por aqui (e muito bem): indo ao encontro do definido pelo Plano Director Municipal de Grândola, o PROTALI considera "património arquitectónico e arqueológico para efeitos do presente regulamento", entre outros, "os núcleos mineiros de Jungéis, Lousal e Caveira", determinando, no Artº 49º, que "as áreas de património arquitectónico e arqueológico devem ser sujeitas a plano de pormenor" e mais: que enquanto não forem aprovados os referidos planos, "são proibidas todas as acções que contribuam para a descaracterização dos conjuntos patrimoniais".

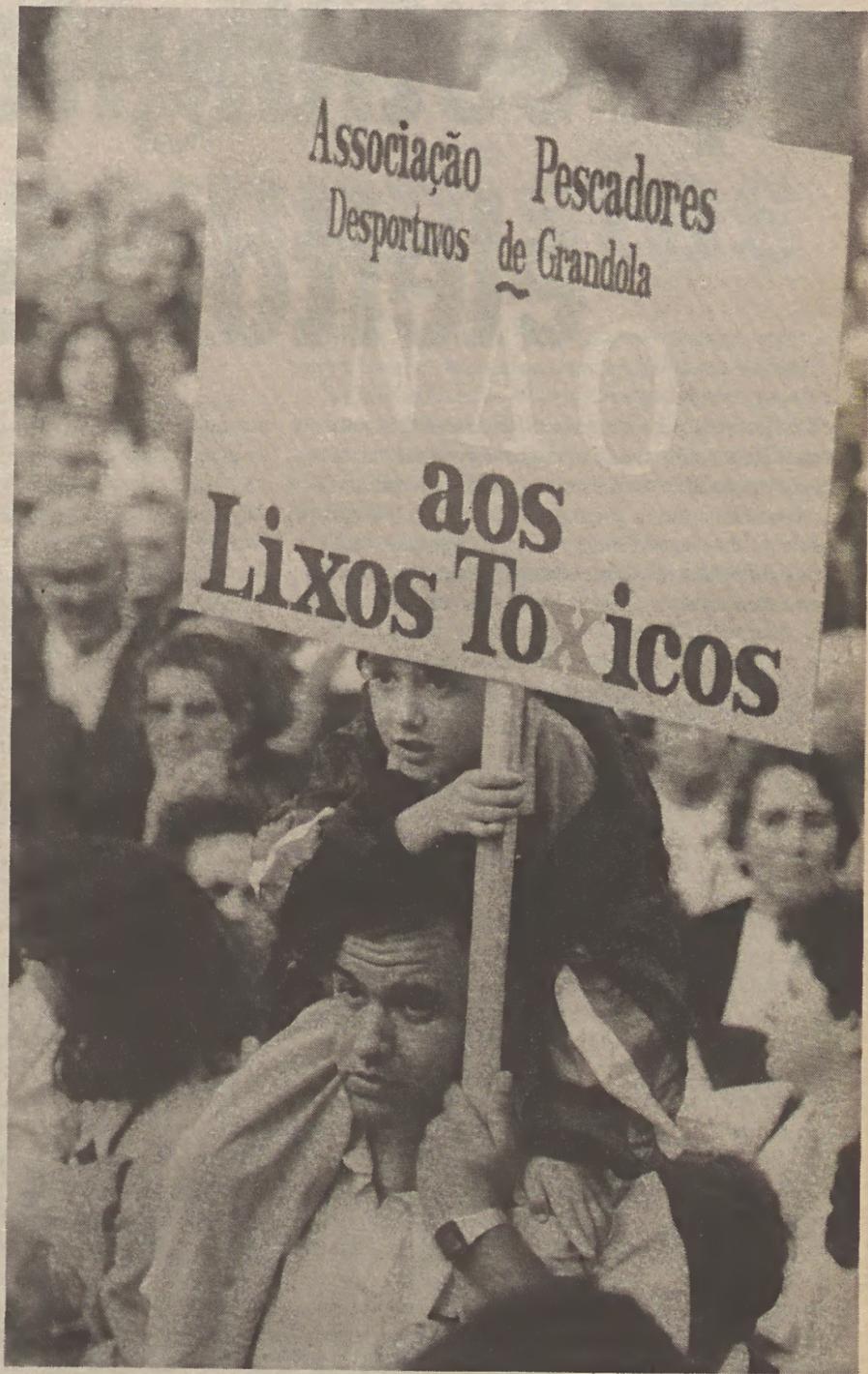
Acontece que as minas de Lousal e Caveira, tão claramente defendidas pelo PROTALI como património inviolável, constituem agora, nas intenções do mesmo Governo, "opções" para a instalação dum aterro de resíduos tóxicos...

Mas a incongruência governamental não se fica por aqui. O próprio "Estudo de Caracterização de Locais para Aterros Controlados" feito pelo Ministério do Ambiente, asinala na Mina de Caveira uma "zona de sismicidade média, com falha" e que o local se situa "no bordo ocidental de uma das zonas mais beneficiadas do ponto de vista dos recursos hídricos subterrâneos", nele existindo "importantes áreas de drenagem cujo contributo para a globalidade dos recursos hídricos regionais é valioso". Quanto à Mina do Lousal, o documento assinala que se encontra situada "muito próximo de casas de habitação" (em rigor, está dentro duma povoação de 1.000 habitantes). Pelo que o Estudo conclui, preto no branco, sobre a localização do aterro de resíduos tóxicos no Concelho de Grândola:

"As localizações apresentam graves inconvenientes a nível das disposições de ordenamento do território, com especial ênfase para a mina de Jungéis que se insere em zona de biótopo CORINE. Os núcleos mineiros de Caveira, Jungéis e Lousal estão classificados ou em vias de classificação como Imóveis de Interesse Público no âmbito do Plano Director Municipal. Acresce-se, ainda, que os terrenos de Caveira e Lousal estão sob servidão ecológica (REN).

"No respeitante aos outros factores de apreciação, apresentam inconvenientes a situação de Caveira face à falha activa que se desenvolve nas proximidades e à situação da mina de Lousal face às casas de habitação que se localizam nas imediações."

Assinale-se que este Estudo está datado de Maio deste ano, o que não impediu a ministra do Ambiente de esboçar, dias depois, a tentativa de impor o aterro a Grândola. Ainda por cima ignorando o que determina, com força de lei, o PROTALI.



— O australiano

Ao tempo do almoço, fizemos um intervalo na reportagem e procurámos um restaurante, o que não é difícil de encontrar, em Grândola: há-os por todo o lado e para todos os gostos, sempre limpinhos como no Alentejo se usa. Espreitávamos a lista da montra, já espedados de fome no passeio/esplanada onde encalhámos, quando uma voz nos interpelou, mansa e sonora, no momento exacto em que nos decidíamos pelo pombo bravo em detrimento das migas à alentejana:

- O que tem aí, é máquina para 400 ou 500 contos!

Um transtano aprendido nos livros - quer dizer, moreno, entroncado e meão - perscrutava-nos 15 cm abaixo do nosso lado esquerdo. Sem esperar réplica, espraizou:

- Estou há 38 anos na Austrália. Sou daqui mas não sou muito bem visto, sabe como é!

Como aquiescência, o nosso silêncio de forasteiro bastou-lhe.

- Fiz vida na Austrália. Mas invisto cá. Posso investir em qualquer lado, e invisto! Mas já agora, que sou daqui... Há quem não goste, sabe como é...

O nosso silêncio continuava a saber como era. E as máquinas fotográficas regressaram à conversa, já objecto de superior complacência:

- Conheço bem esse material que aí tem. Com teleobjectivas e acessórios, na Austrália anda pelos 200 e tal contos. Aqui não se arranja por menos de 400, e o senhor que me diga!

Disse-lhe. A máquina não era minha, mas do jornal, e de preços não sabia nada. Longe de o desiludir, a confissão estimulou-o. Continuávamos *internos*, naquele feliz encontro de gente esclarecida:

- Ah, é jornalista?!... Venha cá, venha cá... Vem por causa da lixeira, não é? Isso tem de ser visto com calma, com muita calma... Sabe que a Câmara tem a culpa disto? Venderam as minas para a lixeira e agora estão à rasca! O povo levantou-se e a Câmara está entalada, sabe como esta gente é...

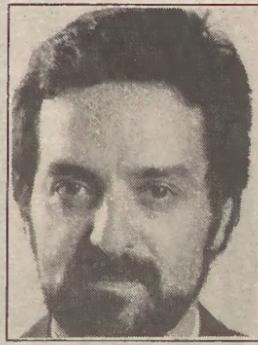
Desta vez não sabíamos, e dissemo-lo. Mas, em compensação, sabíamos que a Câmara não podia ter vendido as minas pela intransponível razão de não ser sua proprietária, tal como sabíamos, e conosco o País inteiro, através dos relatos na Comunicação Social, que a Câmara Municipal de Grândola lidera, há anos, a recusa da instalação da lixeira de resíduos tóxicos no Concelho de Grândola. Sem transições, o nosso grandolense reinstalou-se na sua sofisticada qualidade de australiano:

- Ah, pois! Sabe como esta gente é... Dizem coisas, aldrabam tudo, e eu que o diga, e eu que o diga!

Desgraçadamente, não nos disse mais nada. Quando nos virámos para prosseguir a conversa, após breves acertos com o jovem empregado sobre o prato escolhido e a mesa da esplanada pretendida, verificámos que o nosso interlocutor desaparecera como num passe de mágica.

E ainda dizem que os alentejanos são lentos. Aquele, no mínimo, já estava outra vez na Austrália. E de repente.

Eleições, sistema e prestidigitadores eleitorais



LUÍS SÁ
Membro
da Comissão Política

A revisão constitucional no sentido de afectar a proporcionalidade da conversão de votos em mandatos, porém, é juridicamente impossível e democraticamente indesejável — a proporcionalidade é um limite material de revisão constitucional, isto é, é um elemento identificador essencial do regime democrático-constitucional e um traço característico irremovível da própria Constituição.

É um facto conhecido que nenhuma lei ou sistema eleitoral é inocente. Todos produzem consequências reais: não se trata apenas da conversão de votos em mandatos; os efeitos podem abranger, reconhecidamente, os próprios comportamentos dos eleitores, influenciar o sistema partidário, a forma de governo, etc.

Os estudos sobre tais consequências começam já a ser relativamente abundantes e com uma base cada vez mais larga de casos concretos. Os simplismos inicialmente praticados têm vindo, aos poucos, a ser superados, mostrando que todas as conclusões têm que ser flexibilizadas. Foi o que aconteceu com as «leis Duverger», que procuraram encontrar uma relação entre o sistema eleitoral e o sistema partidário e que podem ser assim sintetizadas: o escrutínio maioritário a uma volta tende ao dualismo de partidos; o escrutínio maioritário a duas voltas e a representação proporcional tendem ao multipartidarismo, com probabilidade de agregação em blocos no primeiro caso (*L'Influence des Systèmes Electoraux sur la Vie Politique*, Armand Colin, Paris, 1950). O próprio Duverger, quarenta anos depois, veio a relativizar fortemente as suas «leis», após ser sujeito a fortes e generalizadas críticas e após um amplo desmentido de factos («Duverger's Law forty years later», em Bernard Grofman e Arend Lijphart (ed.), *Electoral laws and their political consequences*, Agathon Press, Nova Iorque, 1986).

No entanto, essas contestadas «leis» foram durante algum tempo utilizadas em Portugal como um dogma, resvalando do plano «científico» para o plano da luta política: tratava-se na época de afirmar que a representação proporcional seria fatalmente não só uma causa do multipartidarismo, mas também uma fonte de instabilidade — a fonte por excelência de instabilidade. Logo, teriam que ser urgentemente alteradas as leis eleitorais, naturalmente que em ruptura com a Constituição. A inoperância dos governos e o descontentamento que provocam seria irrelevante, apenas as leis eleitorais contariam. Foi preciso o PSD obter a maioria absoluta na Assembleia da República, aliás desmentindo as citadas «leis», que não previam que um sistema proporcional pudesse dar origem a um sistema que tem sido qualificado como de partido dominante, para que esta cruzada abrandasse.

Com efeito, em 1987 e 1991 a lei eleitoral portuguesa permitiu duas maiorias absolutas, contrariando os efeitos das «leis» que durante anos foram afirmadas como uma fatalidade. Nem aí, porém, o PS e o PSD se resignaram e conformaram com as regras do jogo eleitoral democrático. Começaram por impor uma forte limitação da proporcionalidade, decidida em comum pelos dois partidos, devido à redução do número de deputados da Assembleia da República no quadro da revisão constitucional de 1989. Na verdade, a redução do número global de deputados provocou a redução do número de deputados de cada círculo eleitoral e, conseqüentemente, a limitação em cada um deles e à escala global, da proporcionalidade. Esta diminuição do número de deputados não teve qualquer fundamento sério: a relação entre o número de eleitores e o número de deputados em Portugal não era maior do que na generalidade dos países. Acresce que esta medida foi absurda vinda da parte de quem afirma pretender a «aproximação dos deputados aos eleitores». Os efeitos desta redução do número de deputados para a limitação do alcance da proporcionalidade foram agravados, aliás, com a crescente perda de população em muitos círculos eleitorais, levando a que se multiplicassem situações em que a percentagem de votos necessária para eleger um deputado ultrapasse 10, 15 e até 20% de votos. Tratou-se, portanto, de criar uma cláusula-barreira informal, ou não explícita, em numerosos círculos eleitorais, que foi forjada

para favorecer o PS e o PSD. Só não tem um maior alcance devido à macrocefalia do país, que permite eleger em Lisboa e Porto, e à concentração de eleitores da CDU em alguns círculos eleitorais. Quando o PSD propôs, mais recentemente, repartir o país em pequenos círculos eleitorais, em particular impor a subdivisão dos círculos de Lisboa e Porto, visava exactamente ampliar mais esta situação, com o propósito confessado de, ainda a pretexto da estabilidade, obter maiorias de deputados com 38% de votos. Maiorias de deputados que, diga-se de passagem, com alta probabilidade, teriam contra elas a maioria do país. O mesmo aconteceria com o Governo que sustentariam. Mas que importância teria esse «pormenor» perante o objectivo de garantir a continuidade de maiorias do PSD?

A criação da possibilidade de um círculo nacional na revisão constitucional de 1989 poderia vir a agravar a situação. A única forma de o impedir seria assegurar que os votos que não elegessem deputados nos círculos regionais revertissem para a distribuição de deputados no círculo nacional. A não ser concretizada esta hipótese, com efeito, seria ainda maior a percentagem necessária para eleger deputados em numerosos círculos eleitorais, levando a uma cláusula barreira informal maior do que a que vigora, por exemplo, em Espanha. E recorde-se que as cláusulas barreira são proibidas pela Constituição Portuguesa.

Além da actual, outras soluções seriam naturalmente possíveis, no quadro do sistema proporcional que a Constituição estabelece e sem o rever e que poderiam mesmo aperfeiçoar a proporcionalidade da conversão de votos em mandatos. A revisão constitucional no sentido de afectar a proporcionalidade da conversão de votos em mandatos, porém, é juridicamente impossível e democraticamente indesejável — a proporcionalidade é um limite material de revisão constitucional, isto é, é um elemento identificador essencial do regime democrático-constitucional e um traço característico irremovível da própria Constituição.

Hoje, porém, o argumento essencial da direita e do PS passou a ser outro. Da mesma forma que, durante anos, a investida contra a proporcionalidade foi feita em nome da «estabilidade», actualmente o pretexto é a «dignificação do deputado» e a «aproximação ao eleitor». Os factos, porém, mostram que, em diferentes sistemas maioritários, essa relação não se aprofunda. Bem ao contrário, o facto de metade, ou mais, dos eleitores de um círculo não se reconhecerem no deputado eleito, por ser de outro partido, pode levar ao afastamento e não à aproximação entre deputado e eleitor. Alguém acredita, por exemplo, que os cidadãos de um círculo eleitoral que votaram PS e PCP se sentirão próximos de um deputado do CDS ou do PSD que tenha sido o único eleito de um círculo? Pense-se no que se passa agora: qual é o cidadão que se sente próximo dos deputados do PSD quando fazem excursões pelo país para mostrar a «ampla obra» do Governo à comunicação social? Ou quando têm como único papel o servilismo face ao Governo, que controla a maioria parlamentar, em vez de ser esta a controlar o «executivo»?

Por outro lado, a experiência mostra que nos sistemas eleitorais maioritários não deixa de existir a tendência para as eleições serem disputadas em torno dos governos e candidatos a Primeiros-Ministros e da completa subalternização dos candidatos a deputados. É o que se passa no Reino Unido, que já foi justamente caracterizada como uma «monarquia electiva de Primeiro-Ministro». E não foi o sistema eleitoral maioritário a uma volta que o impediu. O mesmo se passa, aliás, no tão falado, e tantas vezes deturpado, sistema alemão de «representação proporcional personalizada». A possibilidade de votar no candidato a deputa-

do é relativamente pouco utilizada, a maioria dos eleitores só votam no partido e não nos candidatos a deputados, e as campanhas decorrem com um decisivo papel dos «candidatos a cancelar» e avultando o problema do Governo e não dos candidatos a deputados.

É cada vez mais frequente atribuir os males do chamado «capitalismo tardio» a aspectos de natureza superestrutural, como os sistemas eleitorais. O caso italiano, em que esta questão foi dramatizada ao longo de anos, mostrou que tinha um carácter marginal e secundário relativamente aos problemas que estavam colocados, em particular o afastamento dos cidadãos em relação à actividade parlamentar e, em geral, à actividade política, a incapacidade de resolver graves problemas sociais, a concentração do poder económico e o seu domínio do poder político, a corrupção, o clientelismo, etc. O processo de alteração do sistema eleitoral acabou por conduzir ao acesso ao poder de um bloco de direita (incluindo um partido neofascista). E Berlusconi já adiantou, ainda há pouco, a proposta de um sistema maioritário de círculos uninominais semelhante ao do Reino Unido.

A verdade é que a questão do sistema eleitoral é secundária em relação às grandes questões que estão colocadas às sociedades capitalistas ocidentais neste final de século.

A grande forma de revalorizar os parlamentos, por exemplo, é actuar em várias frentes e conquistar uma nova orientação política, que encare noutros termos os deputados e os parlamentos, que aceite e estimule o controlo do poder e dê resposta aos grandes problemas que estão colocados, como o de intervir nas questões relacionadas com a integração comunitária, restituir um real protagonismo em matéria legislativa e conferir-lhes meios efectivos de fiscalização do poder. Inculcar que os problemas de democraticidade do sistema político residem no sistema eleitoral e não na existência de uma maioria que entenda que todo o controlo de poder é uma «força de bloqueio» é, claramente, investir numa direcção errada e que favorece a direita e os seus projectos. São outras igualmente as vias que poderiam levar à democracia participativa e à democracia directa.

Em Portugal, vive-se uma situação de crise económica e social. O PS, porém, tem preferido a criação de factos políticos, que podem parecer ser passíveis de render frutos em termos mediáticos, mas que são «tiros» numa direcção errada. Na própria sessão solene comemorativa do 25 de Abril, o secretário-geral do PS não arranhou melhor tema do que a revisão constitucional, e do sistema eleitoral; conseqüentemente, a promessa de um entendimento com o PSD. Parece pensar poder, com actos de prestidigitação eleitoral, obter a fabricação artificial de um sistema partidário bipolar que não consegue pelos meios normais, em particular pela vontade dos eleitores. De entre as várias propostas que apresentou em matéria eleitoral, contraditórias e sempre consideravelmente imprecisas, perpassa a tentação de manipular a conversão dos votos em mandatos.

Esta aliança com o PSD, como é propósito do PS, não é sequer certo que garantisse a bipolarização com que o PS em particular tem sonhado. Seria mais provável que favorecesse um sistema de partido dominante ou, dito noutros termos, a eternização do PSD no poder sem alternativa a curto prazo. Daí que a luta contra os novos entendimentos entre o PS e PSD que se preparam em matéria eleitoral, dentro ou fora do contexto da revisão constitucional, seja uma importante tarefa que se coloca no quadro da defesa da democraticidade do regime, da conversão de votos em mandatos, da autenticidade da representação política. E é parte integrante de uma nova política para Portugal, ao serviço do povo e do País.

Álvaro Cunhal, na Covilhã

Temos de aparecer e actuar com as nossas natureza e convicção comunistas

O presidente do Conselho Nacional esteve no passado fim-de-semana nos distritos de Castelo Branco, Guarda, Viseu e Vila Real, onde participou em diferentes iniciativas de que damos destaque noutra página deste número. Devido à sua importância, publicamos aqui extractos do texto que serviu de base às várias intervenções de Álvaro Cunhal.

Ainda os resultados das eleições

A reunião do Comité Central, que se realizou no passado dia 14, procedeu ao exame dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu e à definição de tarefas partidárias mais urgentes e de orientações e tarefas para o reforço do Partido.

As conclusões do CC relativas aos resultados eleitorais não excluem, pelo contrário estimulam, o exame colectivo cuidadoso por parte de todas as organizações do Partido da batalha que travámos e dos seus resultados.

O CC adiantou entretanto algumas conclusões que são de sublinhar.

A primeira, a enorme abstenção em todo o país (em cada 100 eleitores mais de 64 não votaram) de que se apontaram múltiplas causas, que interessa ainda naturalmente aprofundar.

A segunda, um resultado do PCP e da CDU que ficou sem dúvida aquém das necessidades e potencialidades, que não chegou para eleger o quarto deputado (representante dos Verdes), mas que mantém entretanto os 3 deputados comunistas no Parlamento Europeu, e indica, com a percentagem de 11,2% alcançada (e que podemos subir no futuro) não só que o PCP continua sendo um grande partido, como que o PCP é indispensável, mesmo considerando só as questões institucionais, para uma maioria democrática e para a formação de um Governo democrático.

A terceira, o facto de o PS, com uma votação sensivelmente igual à do PSD, não ter conseguido a "vitória esmagadora" a que se propusera e que com a precipitação e a gula habituais chegou a proclamar logo após o fim da votação, resultado que confirma o irrealismo das suas pretensões de ser o único e exclusivo representante da Oposição e de sozinho alcançar a maioria.

A quarta, o facto de o PSD, tal como nas últimas eleições autárquicas há alguns meses, ter registado resultados muito inferiores aos que lhe deram maioria absoluta nas legislativas de

1991, confirmando-se assim no plano eleitoral a redução da sua base de apoio social e político.

A quinta, o facto de o CDS, embora com um resultado inferior ao de 1989, ter conseguido chamar a si parte dos eleitores anteriores do PSD descontentes com a política de capitulação do governo na União Europeia, o que não introduz qualquer alteração de relevo entre o conjunto das forças de direita e o conjunto das forças que se têm situado no campo democrático.

Compreende-se, camaradas, certa insatisfação que se sente no Partido pelos resultados obtidos. É certo que não conseguimos vencer grande parte dos nossos eleitores da importância de, para a defesa dos seus próprios interesses, dos interesses do povo português e de Portugal, levar para o Parlamento Europeu mais candidatos nossos. Não há porém motivos sérios para qualquer sentimento de desânimo. Travámos a batalha em condições de extrema discriminação nos grandes órgãos de comunicação social. A nossa campanha desenvolveu-se com grande empenhamento e militância. E fomos os mais prejudicados pela colossal abstenção, designadamente nos distritos de Lisboa e Setúbal, onde se concentra uma parte considerável da votação nacional no PCP e na CDU.

Não há, pois, razões para desanimar e para perder as perspectivas em consequência dos resultados das eleições.

A luta continua e é de prever que muitos daqueles que antes votaram no PCP e na CDU e não votaram agora nas eleições para o Parlamento Europeu voltarão a votar no PCP e na CDU nas futuras eleições nomeadamente nas eleições legislativas de 1995.

Não vou dizer que alguém se acuse. Mas pode até acontecer que estejam nesta sala camaradas que pessoalmente poderiam confirmar o que acabo de dizer.

Grandes tarefas nos tempos próximos

As tarefas políticas em que o Partido está centralmente envolvido, as responsabilidades que, como grande partido nacional, o nosso Partido tem nas instituições (no poder local, no qual tem maioria e assegura a gestão num terço do território nacional, na Assembleia da República, noutras instituições, assim como no Parlamento Europeu) tem obrigado e continua a obrigar-nos a dedicar gran-

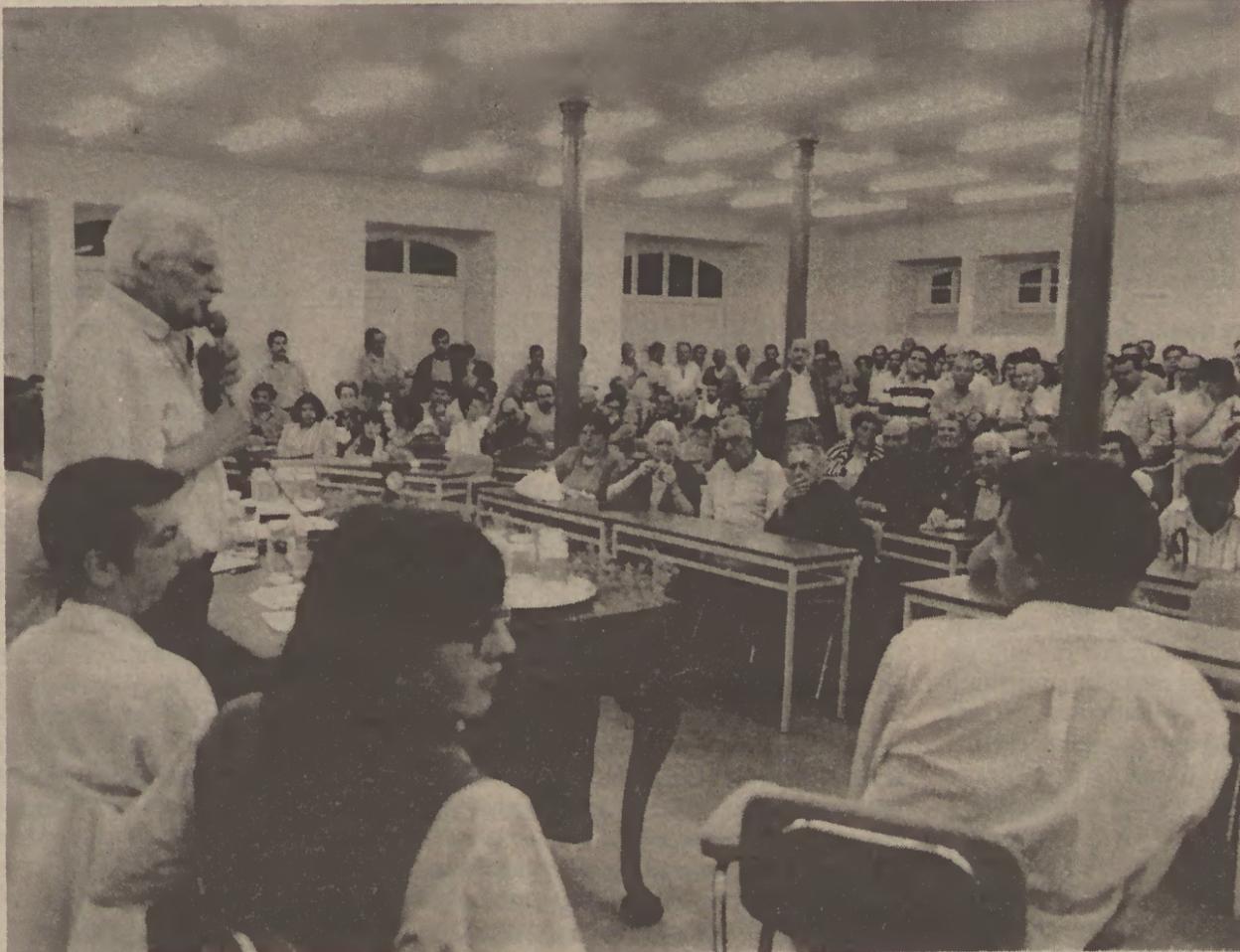
de parte das nossas atenções, esforços e recursos nessa frente de luta que temos chamado "frente institucional".

Inseparável dessa luta e dessa responsabilidade, a luta eleitoral e os resultados do Partido nas eleições adquirem importância determinante. Temos pois que continuar destinando à luta eleitoral grande parte das nossas forças.

Não devemos entretanto ser arrastados a imitar conceitos e critérios eleitoralistas adoptados por outros partidos com prejuízo de orientações fundamentais sobre a verdade da nossa mensagem, a política para servir o povo e o país, o esclarecimento, o protagonismo do partido em que obrigatoriamente se insere o protagonismo individual.

Saimos, há poucos dias, de umas eleições e temos desde já de pensar nas eleições para a Assembleia da República que se deverão realizar em 1995. E pensar nelas

para alcançar (como estamos em condições de alcançar) um reforço das nossas posições na Assembleia da República, factor que pode ser decisivo para uma maioria democrática na Assembleia capaz de assegurar a formação de um governo democrático. A luta institucional e eleitoral não pode, porém, absorver de tal forma as preocupações, empenhamento e recursos materiais e humanos que leve a um efectivo menosprezo da justa



E tão grande e geral abstenção porquê? Sem dúvida que há causas diversas. Há porém uma explicação de central significado. O povo português tem fortes dúvidas em relação à integração europeia. Toma consciência de que a CEE, agora União Europeia, tem trazido e traz aos portugueses graves penalizações. A Europa diz muito pouco aos cidadãos portugueses. Há uma grande descrença do que pode ser alcançado no Parlamento Europeu, ao mesmo tempo que os eurodeputados têm vencimentos principescos. De certa forma, a abstenção maciça é um não à Europa dominada pelo grande capital, é um não à política de integração europeia.



Álvaro Cunhal, na Covilhã

concepção do nosso Partido (que o CC uma vez mais sublinha) segundo a qual o reforço das organizações e das lutas de massas são um eixo central da luta contra a política de direita e por uma alternativa.

Não se trata apenas de uma questão de aplicação e distribuição das nossas forças. Trata-se de uma questão de fundo relativa à natureza do nosso Partido, à questão decisiva das raízes do Partido nas massas, à capacidade da nossa intervenção na sociedade.

É uma direcção constante e fundamental a acção dos comunistas nas organizações e movimentos sociais de massas. Assume importância capital a acção dos comunistas no movimento operário e sindical, nas CTs, no reforço da grande central sindical, a CGTP-IN. Nas organizações e movimentos dos agricultores que acusam nova dinâmica no centro e no norte do país. Nas organizações e movimentos da juventude que constitui uma grande força social e que regista nos últimos anos grandes progressos no movimento associativo, certo afastamento do PSD e aproximação à mensagem comunista. No movimento das mulheres, nomeadamente do MDM cujas iniciativas têm conhecido nova amplitude. No movimento dos reformados e no movimento dos deficientes que urge dinamizar.

Temos também para já, a Festa do «Avante!», grandiosa afirmação e realização do nosso Partido com consideráveis repercussões políticas.

Todas estas direcções do nosso trabalho, todas estas importantes tarefas exigem das organizações e militantes imenso esforço, acerto de orientações, empenhamento, dedicação e militância que não tem faltado ao longo dos anos e que, confiamos, continuarão a não faltar.

No imediato, é de sublinhar uma importantíssima batalha política que exige a participação tanto na linha institucional como na linha de massas. É a batalha contra o plano do PS e PSD de, através de uma nova revisão da Constituição, levarem ainda mais longe a subversão do regime democrático.

A gravidade de tal propósito é tal que, na sua última reunião, o Comité Central lhe dedicou uma particular atenção.

Colaboração antidemocrática PS/PSD para nova revisão da Constituição

O PS e o PSD já anunciaram o seu plano de realização no imediato numa nova revisão da Constituição. Só por acordo entre os dois partidos a podem realizar, pois para o efeito é indispensável a soma dos votos dos seus deputados. Anunciaram abrir nos dias próximos o processo de revisão na Assembleia da República e terem a intenção de aprová-la até ao fim do ano.

É necessário que os portugueses tomem consciência do perigo real que poderá representar a nova revisão da Constituição tal como a projectam o PSD e o PS para o futuro da democracia e do país.

Antes de mais, é contestável a constitucionalidade desta revisão por não terem passado 5 anos desde a última revisão ordinária. E que revisão é essa que o PSD e o PS pretendem levar por diante? Para reforçar e aprofundar a democracia?

Não, não é isso que pretendem e que desde já anunciam. As anteriores revisões da Constituição, realizadas igualmente por colaboração entre o PS e o PSD, já nos ensinaram que serviram, não para aperfeiçoar e aprofundar a democracia, mas para criar um fundamento legal antidemocrático que dê cobertura à destruição e liquidação de algumas das conquistas da revolução, elementos fundamentais do regime democrático português. O que pretendem e já anunciam agora entre outros objectivos é perverter a democraticidade das leis eleitorais, e, no que respeita às eleições para a Assembleia da República, fazer aprovar um sistema que liquide ou reduza o princípio da proporcionalidade, falseie a vontade dos eleitores, limite a representação de outros partidos, nomeadamente do PCP, e por processos de chamada "engenharia eleitoral" assegure aos dois partidos a bipolarização, e o prático monopólio da representação nos órgãos de soberania.

A revisão que PS e PSD projectam não é certamente o caminho para pôr termo à política de direita e para uma viragem democrática na política portuguesa. Poderá sim ser um caminho para que o PS se continue a enterrar no pântano da sua pretensão de hegemonia, no seu colaboracionismo com a direita e na sua guerra ao PCP. Um caminho que só à direita e à reacção poderá aproveitar.

Não há grande diferenças entre os objectivos programáticos do PS de Guterres e do PSD de Cavaco: sobre direitos dos trabalhadores, sobre o funcionamento das instituições, sobre a liquidação do sector público e as privatizações, sobre a desresponsabilização do Estado relativamente à educação, à saúde, à segurança social, sobre a integração na União Europeia contra os interesses portugueses e com sacrifício de elementos fundamentais da independência nacional. A nova revisão da Constituição que só por acordo do PSD e do PS pode ser realizada, significaria um novo e grave atentado contra o regime democrático, ou, como o Comité Central alertou na sua última reunião "um perigo real para a vida e o sistema político democrático".

Estamos atrasados. Deveríamos ter tomado nós a iniciativa e a tempo de prevenir o povo português dos conhecidos propósitos do PSD e do PS. Tal alerta poderia até ter sido um elemento esclarecedor nas últimas eleições. Temos agora que andar depressa e com força. Mas, tendo a importância que tem, vamos à luta. Na Assembleia da República naturalmente através do nosso Grupo Parlamentar, capaz, competente e batalhador. Mas não só. Através da actividade política das nossas organizações e através da nossa imprensa e da nossa propaganda é necessário esclarecer o perigo e ganhar largos sectores da opinião pública contra a revisão da Constituição que se prepara.

O PS - falsa alternativa

Alternativa à política de direita significa uma política democrática com um governo democrático, substituindo o governo e a política do PSD de Cavaco Silva. Isto é, uma viragem democrática na política nacional.

É necessário pôr fim à mistificação por uns e ilusão de outros que se tem prolongado ao longo dos anos: que a alternativa é o PS.

É necessário travar uma verdadeira batalha de esclarecimento para convencer mistificadores e iludidos de que o PS não poderá

ser uma alternativa com a sua orientação actual, com a sua política actual que se identifica com a do PSD em questões fundamentais, com o seu colaboracionismo e alianças efectivas com a direita, com a sua pretensão de alcançar a maioria absoluta e governar sozinho, com a sua sistemática recusa a uma aliança à esquerda, a uma aliança com o PCP.

Já não é a primeira vez que o PS põe como objectivo alcançar a maioria absoluta. Todos nos lembramos por exemplo das eleições de 1985 em que toda a sua campanha foi conduzida com o objectivo declarado como

certo de alcançar os 43% e ficou nos 20,77%.

Agora, nas eleições para o Parlamento Europeu, depois de ter proclamado "uma vitória esmagadora" logo a seguir ao fecho das urnas, o PS ficou afinal résvés com o PSD. Ficou uma vez mais demonstrado que o PS não tem influência bastante, para sozinho ser maioria e substituir o PSD.

O quadro político-partidário em Portugal apresenta uma realidade que as ambições do PS não podem escamotear: que o PCP não só tem uma influência política e social que o torna indispensável para qualquer política democrática, como tem uma base eleitoral que lhe confere na Assembleia da República um número de deputados indispensável para a formação de uma maioria que viabilize um governo democrático.

Essa a principal razão que leva o PS a pretender em colaboração com o PSD (e só os dois juntos podem fazê-lo) alterar as leis eleitorais de forma a falsear a vontade dos eleitores, a permitir-lhe reduzir a representação do PCP mesmo que este obtenha mais votos e a permitir-lhes a eles, ao PSD e ao PS, mesmo com menos votos obter mais lugares na Assembleia.

Em resumo: conseguirem com esquemas de engenharia eleitoral antidemocrática o que não consigam pela vontade e o voto dos eleitores.

A pretensão de hegemonizar, dominar, absorver e integrar toda a área democrática e acorrentá-la à política do PS de efectivo colaboracionismo com a direita tem uma clara expressão nos chamados Estado Gerais que o PS pomposamente anuncia. Tal iniciativa, explicitamente voltada contra o PCP, conduzirá não à convergência democrática, mas ao agravamento de conflitos e divisões na área democrática. Não só não facilitará como contrariará a perspectiva de uma real alternativa ao PSD.

São significativas as recentes afirmações do secretário-geral do PS, segundo as quais um entendimento do PS com o PCP só seria



possível se o PCP seguisse o exemplo de partidos que foram comunistas e "são hoje membros da Internacional Socialista". Então sim, diz o secretário-geral do PS, então "o PCP seria obviamente o parceiro ideal para uma coligação política com o PS"...

Logo a seguir, para reforçar tal descoberta, outro dirigente do PS veio proclamar que sim senhor o entendimento seria possível com o PCP "refundando-se e renunciando ao passado comunista" e "transformando-se num partido socialista sem presunção".

Oh céus! Nunca se tinha ouvido tão genial estratégia e ideia tão sublime. Ou seja: uma vez desaparecido o PCP e criando em sua substituição um PS nº2 às ordens do PS nº1, o PCP desaparecido seria "o parceiro ideal".

Isto já não é definir uma política. É perder o tino nas próprias ilusões. E vá de promover a propagandistas de tal política do PS como dóceis peões do combate ao PCP os chamados "ex-comunistas" que, como na altura se viu e agora se confirma ao vermos onde estão e o que dizem, queriam de facto transformar o PCP num partido socialista ou social-democrata atrelado ao PS e ao seu serviço, tal como desejaria o secretário-geral do PS e para os quais, agora com a casaca completamente virada, o PS está funcionando como agência de colocações. Não é assim que o PS vai lá. Muito menos uma alternativa democrática.

Afinal quem precisa de mudar se quiser contribuir para viabilizar a derrota da direita e uma alternativa democrática não é o PCP, mas o PS. Não caímos no ridículo do secretário-geral do PS de pretendermos que para tal o PS passe a ser um partido comunista. Bastaria que a sua política correspondesse ao nome que tem (socialista) ou mesmo nem isso: bastaria que a sua política não fosse uma política igual à do PSD em questões fundamentais e que os seus compromisso e alianças fossem para a esquerda e não para a direita. Quanto ao nosso Partido, estamos sempre abertos ao diálogo. Mas como Partido Comunista que somos. E cada vez mais como o verdadeiro partido de uma alternativa democrática.

O reforço do PCP verdadeiro partido de uma alternativa

O PCP é a força mais consequente e coerente na oposição ao governo e à política de direita e na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, do país. É o único partido que propõe ao povo português uma verdadeira política alternativa à política de direita, ao governo do PSD de Cavaco Silva.

O PCP é portador de um projecto e de um caminho para conduzir ao afastamento da direita do poder e a um governo e a uma política democrática.



Entre as grandes linhas de acção nos tempos próximos, o CC, na sua última reunião, indicou duas direcções de trabalho e duas grandes iniciativas com vista ao reforço da intervenção política do Partido e ao seu reforço orgânico.

Uma, um grande debate com o País. Outra, o reforço do Partido.

O facto de o PCP ser o único partido que propõe ao povo português uma verdadeira política alternativa à política de direita, ao governo do PSD de Cavaco Silva, exige que o Partido torne mais conhecido de todo o povo o seu programa e que, ligando a mensagem dos nossos objectivos programáticos aos interesses directos das várias classes e estratos sociais atingidos pela política de direita, consiga esclarecer, convencer e ganhar para as propostas do Partido mais vastos sectores da população.

Não nos podemos, porém, limitar a transmitir as nossas propostas. É necessário ao mesmo tempo a par da abertura ao diálogo com todas as outras forças democráticas, ouvir os trabalhadores, ouvir os agricultores, ouvir os pescadores, ouvir os quadros técnicos, ouvir os intelectuais, ouvir os pequenos e médios comerciantes e industriais, ouvir as mulheres, ouvir a juventude, ouvir os reformados, ouvir os deficientes, ouvir os especialistas, ouvir os cidadãos em geral e receber assim contribuições indispensáveis para que o Partido seja de facto a verdadeira voz política dos trabalhadores e das massas e para a definição dos objectivos da política de um governo que substitua o governo do PSD de Cavaco Silva.

Nesse sentido, o Comité Central decidiu "promover um grande debate com o País em que se procurará, com um conjunto diversificado de iniciativas, radiografar a crise económico-social e dar voz e lugar aos problemas e anseios dos trabalhadores e das massas, na procura de soluções e respostas que devemos integrar numa nova política".

Quando ao reforço do Partido, trata-se de um objectivo e de uma tarefa de cuja realização depende a curto, a médio e a longo prazo, a força e a capacidade do Partido para actuar com sucesso em todas as frentes da sua intervenção na sociedade, incluindo a própria luta institucional.

Dando toda a atenção e empenhamento às importantes e prioritárias tarefas políticas, pode afirmar-se que, na perspectiva de desenvolvimento da actividade partidária e do seu futuro, o reforço do Partido adquire papel determinante.

O reforço do Partido envolve aspectos variados (ideológico, político, de direcção, de quadros, de vida interna, de militância, de informação, de propaganda, de imprensa, de recursos financeiros, etc.) com exigências próprias e colocando cada qual por si respostas específicas e medidas concretas.

O Comité Central, na sua última reunião, considerou como tarefa requerendo nos tempos próximos o empenhamento de todo o Partido o reforço da organização nomeadamente da estruturação dos organismos intermédios e das organizações de base.



Entre os múltiplos aspectos do reforço do Partido e da sua organização, o Comité Central considerou que a organização partidária da classe operária e dos trabalhadores em geral e a influência do Partido na classe operária e nos trabalhadores em geral têm importância decisiva.

A médio e a longo prazo, se não se reforçasse o Partido e a sua base de classe, corria-se o risco de comprometer (por deixar de estar em condições de força organizada, de militância e de quadros), a realização de todas as outras grandes tarefas que muito justamente inscrevemos na lista das prioridades. Além do risco de descaracterização do Partido, da sua natureza de classe e até do seu ideal comunista.

O PCP passou a ser um grande partido nacional, foi inquestionavelmente a força principal e sem paralelo da resistência antifascista e da luta pela liberdade, desempenhou um papel decisivo na revolução democrática, nas suas conquistas e na sua instauração e institucionalização, continuou a ter uma intervenção insubstituível na vida social, política e cultural apesar das discriminações e monstruosas campanhas que contra ele entretanto se desencadearam, na medida em que criou, desenvolveu, aprofundou e tornou indestrutíveis as suas raízes na classe operária e nas massas trabalhadoras.

A iniciativa que o Comité Central já tinha considerado na sua reunião de Janeiro e calendarizou na última reunião para fins de Novembro, pode constituir um importante marco do nosso trabalho com estes objectivos.

Não está ainda definido pelos organismos executivos do CC, o andamento da preparação da iniciativa. É, porém, certo que o seu êxito exige a compreensão por todo o Partido da sua importância, a análise rigorosa por todas as organizações da situação existente, o empenhamento das Direcções Regionais e dos militantes das diversas estruturas partidárias nos trabalhos preparatórios de forma a que o encontro ou conferência seja, por um lado, o ponto de chegada de um trabalho anterior e seja também o ponto de partida para um arranque ou uma verdadeira campanha que concretize as conclusões a que se chegar para o reforço efectivo da organização do Partido e nomeadamente as organizações partidárias dos trabalhadores, as suas tarefas, a sua ligação com as massas, a sua influência.

Confiança no Partido e no povo

Por virtude da implacável destruição do aparelho produtivo pelo governo do PSD, da liquidação de centenas de empresas, do desmembramento de muitas outras, do desemprego e dos despedimentos em massa, do extraordinário agravamento da situação social e das condições de vida dos portugueses, da continuação do governo de Cavaco, da partidarização laranja do Estado e da vida económica, da torpe instrumentalização de grandes órgãos de comunicação social, é compreensível que aqui e além se manifestem sentimentos de desamparamento e desânimo. Particularmente em zonas mais difíceis onde são enormes os obstáculos à nossa actividade.

São compreensíveis em termos emocionais. Para nós, comunistas, não são próprios como atitude política.

Não, camaradas. Desmentindo previsões, prognósticos, sondagens, comentários de uma certa mafia de comentadores

encartados, com que pretendem criar a ideia do que chamam um "declínio irreversível" e mesmo "a morte próxima" do PCP, o PCP está de pé, unido, combativo, coerente, convicto, ligado às massas, defrontando com coragem as dificuldades e obstáculos e voltado para a acção, voltado não para o declínio mas para progredir e reforçar-se.

Apesar da insistente campanha anticomunista, apesar das discriminações, acusações e calúnias que tocam por vezes a infâmia, apesar da sinistra campanha reaccionária contra o 25 de Abril e contra o PCP desencadeada em torno do 20º aniversário da revolução democrática, o PCP continua a ser um grande partido nacional, justo motivo do nosso orgulho, do nosso ânimo, do nosso empenhamento. Continua a ser uma força indispensável dos trabalhadores, do povo, do país, da democracia, da independência nacional.

É certo que a situação e a força organizada e a influência do Partido é, como aliás sempre foi, muito desigual nas várias regiões do país. Está muito concentrada em algumas regiões.

Não aceitamos, porém, como destino inelutável e muito menos aceitaríamos desistir da luta para nos reforçarmos e para alargarmos a nossa influência tanto onde somos mais fortes como onde somos mais fracos.

Tendo, naturalmente, em conta as diferenças da situação na gestão das nossas forças estamos empenhados em reforçar o Partido em todo o país.

Se se quiser dar uma resposta curta e simplificada ao que é essencial na forma de intervir para reforçarmos o nosso Partido, a nossa acção e a nossa influência, temos que responder que além de uma orientação política justa e das tarefas definidas, é essencial termos confiança em nós próprios, no nosso ideal, no nosso projecto, na nossa força, e termos ao mesmo tempo confiança na classe operária, nos trabalhadores, no povo do nosso país, termos confiança no valor e nas potencialidades da nossa acção presente e termos confiança no futuro.

E, porque é questão determinante no presente e no futuro, temos de lutar para ganhar a juventude, com consciência de que a juventude é uma grande força social, de que sectores cada vez mais largos da juventude estão tomando consciência dos seus interesses e direitos e se aproximam de nós receptivos à nossa mensagem.

Temos de ultrapassar um certo defensismo que com frequência se manifesta tanto em relação à política geral do país como em relação aos problemas regionais, locais e sectoriais, e objectivamente se traduz por dar lugar a que outras forças tomem posição e então irmos a reboque a responder-lhes.

Ou seja: temos de estar mais atentos aos acontecimentos, dar-lhes resposta pronta, não esperarmos que outros a tomem, tomarmos com audácia a iniciativa e a ofensiva sempre que adequado.

Temos de contrariar decididamente e ultrapassar tendências que por vezes se têm manifestado para apagar o Partido, para diluir o Partido em movimentos unitários, para recear que ser comunista seja razão para afastar apoios e não para ganhá-los.

Ou seja: temos de aparecer e actuar ante os trabalhadores, ante as massas populares, ante a juventude, ante todos os cidadãos, com a nossa identidade, com a nossa verdade, com as nossas propostas, com as nossas natureza e convicção comunistas.

(...)



Reforma agrária ou terras abandonadas?

No meio da festa, em Serpa, no dia 18 deste mês de S. João, abrigado junto à muralha, o grupo coral "Amigos do Alentejo", do Feijó/Almada, desatou a cantar. É gente do Alentejo que veio às suas terras. Vieram cantar modas de Serpa, que são "vozes do trigo crescendo". Chamam a Serpa "meu amor, pom-binha branca" e pedem-lhe um beijinho...

E na "vila das mais antigas que temos em Portugal", cantam estes homens ora a saudade antes de abalarem para o estrangeiro, ora o Alentejo da reforma agrária. E é aqui que bate o ponto.

"Foi o tempo mais jeitoso
Que o Alentejo conheceu
Havia pão para todos
Neste campo tão formoso
Onde o produto nasceu."

Quando cantam "Reforma agrária/há-de voltar/ Porque é necessária" é já a reivindicação que começou a entrar nas modas do canto alentejano. Pois. Tenho na minha que, quando as grandes questões sociais transtaganas entram para dentro das nossas modas, vai haver mudanças. Quanto tempo vai demorar? Não sou adivinho do tempo histórico. Os latifundiários também não. Mas na terra por cultivar está a fartura. As modas do Alentejo vêm da terra e a ela voltam como sementes: tenho isso no meu entender desde moço pequeno.

Agora, vamos ver o que se está a passar na freguesia de Pias, no concelho baixo-alentejano de Serpa, que não faz fio, com a maior percentagem de desempregados e de casos de famílias inteiras a passar fome, encontram-se completamente abandonados mais de 100 hectares da vinha da Capela, pertencentes à Caixa Geral de Depósitos.

Embora tenha sido lesta a jogar a mão à propriedade, aquela instituição bancária, naturalmente nada vocacionada para negócios de verdadeira produção, até ao momento nada fez para salvar a vinha que precisa ser gradada. Vinha que, repare-se, está a ser ameaçada pelo balanço e outras ervas e por eventual incêndio que ali venha a deflagrar. Entretanto, ali ao lado, uma população desempregada e faminta, que a todo o custo tenta ir para a Suíça ou a Espanha para trabalhos agrícolas sazonais repudia o verdadeiro atentado à economia nacional.

A Junta de Freguesia de Pias diligenciou junto da Caixa no sentido de serem tomadas medidas urgentes, já que, de momento, com criação de alguns postos de trabalho ainda é possível salvar parte da produção.

E, por último, bate aqui um outro ponto: com a reforma agrária ou com a propriedade privada da terra (abandonada)?

■ João Honrado

■ Domingos
Lopes

Operação "Negra" da França no Ruanda

A guerra civil que lavra o Ruanda é um exemplo paradigmático para caracterizar a nova ordem internacional. Durante meses, os mass media foram dando a conhecer uma parte da realidade do conflito, sobretudo a mais emocional e primária. O Ruanda foi apresentado como um país dilacerado por conflitos étnicos. As imagens das mortandades, o enquadramento africano suscitam no cidadão a indignação. No fundo, a mensagem transmitida tem sido esta: hutus (maioria) e tutsis (minoría) matam-se uns aos outros. Este país outrora colonizado pelos alemães e pelos belgas não tem saída. Nesta lógica, só uma intervenção poderia evitar o apocalipse. Eis a França de Mitterrand e Balladur pronta com o beneplácito da ONU (com alguns votos pios de abstenção no Conselho de Segurança) a ir em socorro dos ruandeses... Esta é a mensagem que a França e os seus aliados querem fazer passar. Esta é na verdade uma grande mentira.

Habitado por hutus e tuas (pigmeus), o Ruanda foi invadido no século XV por guerreiros e pastores tutsis que ali se estabeleceram em reino feudal.

Os alemães instalaram-se a partir de 1897 e não tocaram nas estruturas de poder. No fim da Primeira Guerra Mundial, a colónia passou para as mãos da Bélgica. Em 1959, os agricultores hutus organizados no Movimento de Emancipação (Paramehutu) revoltaram-se dando curso a uma guerra civil. Realizaram-se eleições, as quais foram ganhas pelo Paramehutu, tendo os belgas largado a colónia. Em 1962, é proclamada a independência do Ruanda.

O novo poder organizou a sociedade com base étnico-racial: os tuas ocupavam-se das tarefas artesanais; os tutsis do gado e os hutus ficaram com a propriedade das terras.

Com este pano de fundo, várias explosões sociais tiveram lugar. Em 1973, Juvenal Habyarimana derruba o Presidente e toma o poder. Torna-se um aliado incondicional da França e estabelece relações estreitas com Mobutu.

A política de Juvenal Habyarimana caracteriza-se por um terrorismo de Estado contra os tutsis e os hutus democratas ou os "maus hutus", na linguagem do regime.

Os tutsis perseguidos refugiam-se nos países vizinhos, sobretudo no Uganda. É neste país que se cria a Frente Patriótica Ruandesa, que desencadeia um movimento armado contra o ditador e a ditadura.

É entretanto interessante assinalar que o Presidente da FPR é hutu, o coronel Alexis Kanyarengwe. A FPR afirma-se, pois, como movimento multiétnico, e cujo objectivo não é impor um poder tutsi, mas antes um poder democrático, respeitador de todas as etnias.

Em 1990, quando a FPR se encontra muito perto da capital ruandesa, Kigali, o Presidente francês, Francois Mitterrand, e o governo dos "honoráveis" socialistas franceses enviam em socorro do general Juvenal Habyarimana as suas tropas, levando consigo alguns militares belgas e um pretexto: proteger os europeus. Mais tarde, quando já ninguém fala em repatriados, os franceses enviam mais homens para Kigali.

Em apenas dois anos, os militares ruandeses, sob a "alta" direcção dos militares e políticos franceses, passam de 5 a 40 mil.

Os militares franceses dentro do seu espírito humanitário (bem conhecido em África, no Vietnam, na Polinésia e noutras partes) organizam a formação da guarda presidencial, cujo carácter repressivo se revela impressionante nos dias e a nas noites que se seguiram ao abate do avião presidencial, tendo à sua conta executado dezenas de milhares de tutsis e opositores do regime.

O desvelo dos militares franceses pelo seu presidente Juvenal Habyarimana leva-os a combater ao lado das forças armadas ruandesas, suas filhas adoptivas...

Esta é a história dos últimos anos do Ruanda. A história de um regime corrupto, amigo de Mobutu, e ligado à França por um acordo secreto estabelecido em 1975 por Valéry Giscard d'Estaing que os socialistas franceses honraram como honraram...

A França tem as suas ambições de domínio de uma parte do continente africano. O Ruanda é um país-charmeira entre a África francesa e a África britânica. Os franceses têm, por outro lado a "obrigação" de ir em socorro dos amigos. É por isso, que o amigo Mobutu, o amigo Bongo e outros amigos que contaram com os militares franceses e a França, ajudam agora a França a tentar não perder o Ruanda...

A operação "Turquesa" é bem mais uma "Negra" operação da França no continente africano, contando com o apoio do Conselho de Segurança da ONU, cada vez mais instrumentalizado ao serviço das grandes potências capitalistas. Os EUA apoiaram. A Alemanha apoiou. Os grandes apoiaram. Até Ieltsin. Querem, cada um à sua maneira, estabelecer linhas de domínio até outras novas linhas eventualmente se estabelecerem. Claro que a tão europeia UEO declarou-se solitária, incluindo pela voz de Durão Barroso.

Não existe humanitarismo nesta operação "Negra". A intervenção começou no Zaire, onde o ditador deve ser campeão da corrupção e inimigo jurado da democracia. Ela visa evitar que a FPR tome o poder e manter no poder (ou em parte) os militares que a França treinou para levarem a cabo uma guerra de extermínio tutsi e dos opositores do regime.

A ONU nada fez no passado para deter a política de terror de Juvenal Habyarimana, nem para aplicar os Acordos de Arusha, a base para instalação de um regime democrático no Ruanda.

As missões humanitárias não chegaram em tempo útil ao Ruanda para proteger as populações da loucura xenófoba do regime amigo e aliado da França e do Zaire.

Trata-se na verdade de uma operação do tipo dos EUA na Somália, dentro do espírito que as grandes potências capitalistas reivindicam de se auto-atribuírem o direito de ingerência nos assuntos dos outros países, sempre que os seus interesses e os seus protegidos estão em causa. Só se espera que o resultado no Ruanda seja igual ao dos EUA na Somália...

Esta é uma opção que subverte o espírito da carta das Nações Unidas, e antes a

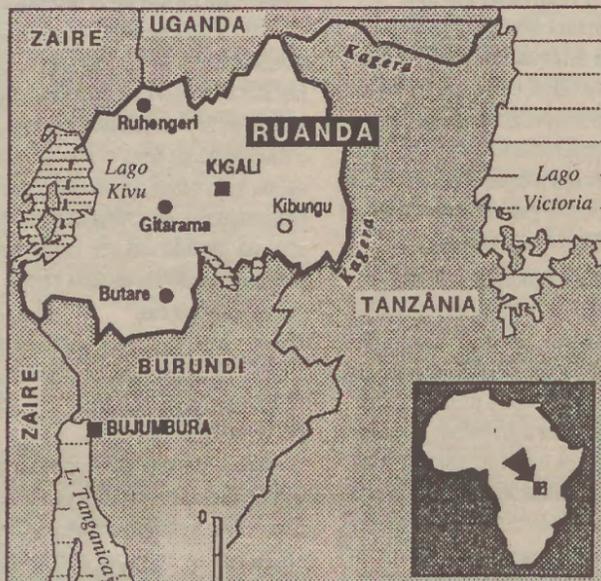
coloca ao serviço das principais responsáveis pelo estado actual de África e do Terceiro Mundo.

Sempre que os grandes pressionam, há sanções e há intervenções. Sempre que os grandes não querem, não se passa nada. O arrastamento do conflito angolano é uma vergonha para a credibilidade das Nações Unidas. Os EUA, a França querem que o MPLA seja obrigado a aceitar as suas condições, independentemente dos resultados eleitorais, e por isso deixam a Unita prosseguir a sua guerra contra o povo e contra o próprio processo eleitoral desencadeado pela ONU...

No Ruanda são os interesses franceses que estão em causa. O genocídio praticado pelo regime protegido pela França nunca preocupou as almas "doridas" dos socialistas e dos partidos centristas e direitistas franceses. As suas lágrimas tinham secado por amor dos homens hoje no poder no Afeganistão ou na Rússia...

Esta intervenção militar francesa no continente é também um ensaio para outras (caso venha a ser necessário) a fim de "disciplinar" o Terceiro Mundo. As palavras de ordem contra a FPR e o Presidente do Uganda gritadas pelos "populares" arregimentados por Mobutu para aclamarem as tropas francesas que estacionaram na fronteira do Zaire com o Ruanda mostram bem o objectivo da intervenção francesa.

A FPR tem declarado em inúmeras ocasiões que o seu objectivo é instaurar a democracia no Ruanda e um governo multiétnico. Parece que é isso que a França quer impedir, assim como ameaçar regimes democráticos da região.



■ Carlos Rabaçal

As paixões pelo Futebol

Notas sobre o Mundial

O desporto, e o futebol em particular, é uma actividade que gera paixões. Diferentes paixões com diferentes sentidos emocionais e até direccionadas para diferentes objectivos.

O Campeonato do Mundo de Futebol a decorrer nos Estados Unidos da América terminou a primeira ronda desta fase final. Com bom nível técnico e algumas surpresas nos resultados, dizem os entendidos, com uma boa organização, muito público nos estádios e, ao que parece, boas receitas de bilheteira.

A paixão das multidões

É espantoso como, nalguns países, os jogos das respectivas selecções nacionais são acompanhados com grande tensão emocional que depois explode em festa ou em "luto" e tristeza nacional conforme o resultado desportivo se expressa em vitória ou derrota. É a força do desporto, erigido em centro de realização de objectivos de afirmação de identidade nacional.

Apanhando de forma transversal diferentes sectores e classes sociais, diferentes profissões, homens e mulheres, jovens e idosos. Paralisando actividades laborais, provocando alterações de horários de trabalho e de regresso a casa. Alterando hábitos de vida, provocando largas vigílias nocturnas, olheiras e cansaço, face à diferença de fusos horários em relação aos EUA. Alterando rotinas televisivas de muitos agregados familiares que "torcem" pela selecção do seu país ou na ausência desta por outras(s) que, por esta ou aquela razão, colhe(m) as suas simpatias. É o desporto enquanto fenómeno social de grande impacto a entrar pela porta dentro de milhões de pessoas.

Não é por acaso que é em países menos desenvolvidos que mais se faz sentir o impacto emocional do Campeonato do Mundo. E que o desporto, a competição desportiva permite dar às pessoas a sensação de estarem juntas, unidas e solidárias na luta por um objectivo comum, na vitória que se sente como de todos e de cada um, unindo quem está a acompanhar o jogo no estádio a milhões de outros cidadãos espalhados pelos mais díspares recantos do mundo. É uma sensação tão natural e tão necessária ao ser humano como é o respirar. Que pode arrastar a luta por objectivos nobres ou não, que pode traduzir-se em comportamentos de massas com sentido positivo ou negativo. Mas que detém sempre um enorme potencial positivo que a muitos interessa manipular, alienar, desumanizar, procurando, através do espectáculo desportivo e das suas emoções, camuflar as preocupações do dia-a-dia, do desemprego, da falta de habitação, do custo de vida, dos problemas sociais. É que, para além da óptica desportiva, no desporto de alta competição, no espectáculo desportivo profissional, há que ter em conta também, pelo menos, as vertentes económicas e políticas que acabam por estar presentes e desempenham um papel decisivo.

A paixão das multinacionais

Segundo o comité organizador, o Mundial irá ser acompanhado por cerca de 31 mil milhões de espectadores e os custos desta fase final irão montar a cerca de 37,4 milhões de contos, isto é, mais 38 por cento que os custos do último Mundial realizado em Itália em 1990.

Quem suporta estes custos e porquê? As multinacionais cuja paixão pelo futebol se confunde com a paixão pelos lucros fabulosos que este investimento no marketing, através do desporto, poderá trazer. É assim que aparecem como patrocinadores principais do Mundial grandes empresas como a Master Card, a MacDonalds, a General Motors, a Gillette, a Fuji, a Philips, a Snikers, a Energizer, a Cannon e a inevitável Coca-Cola. E ainda muitos outros patrocinadores secundários para actividades não exclusivas.

As selecções nacionais, também essas, não escapam à lógica dos patrocínios, cabendo a maior fatia à Adidas que patrocina dez selecções, surgindo de seguida marcas como a Umbro (quatro selecções), a Diadora e a Lotto (três selecções cada), a Mitre, a Rapid e a Reebok (uma selecção cada), ficando de fora, sem qualquer patrocínio deste tipo, apenas a Arábia Saudita.

A realização do Campeonato do Mundo nos Estados Unidos (pela primeira vez o Campeonato é realizado num país sem tradições de organização desportiva na área do futebol) deve-se, no essencial, à conjugação de três interesses:

1. O interesse da Federação de Futebol dos EUA, que pretende conquistar espaço no panorama desportivo profissional norte-americano, dominado pelo chamado "Futebol Americano", pelo Basquetebol, pelo Basebol e pelo Hóquei no Gelo. Objectivo que só será atingido na

medida em que consiga conquistar a comunicação social e a opinião pública, furar a hegemonia das outras modalidades e captar permanentemente o interesse e os investimentos das grandes multinacionais (sem as quais, no contexto desportivo dos EUA, não há hipótese de afirmação para o desporto profissional), além do esforço próprio de atracção de cada vez mais praticantes.

Contando com 3 189 000 filiados, para 5375 clubes os responsáveis da Federação estão esperançados numa adesão muito ampla e no crescimento de praticantes na sequência do Mundial. É interessante verificar que dos países participantes os Estados Unidos é o 3º em número de filiados, logo a seguir à Alemanha (5 305 700) e à Rússia (3 500 000 filiados) e muito à frente de outros países como o México (1 402 000 filiados), a Itália (1 390 000 filiados) ou o Brasil (551 000 filiados) e a Espanha (345 600 filiados), países com grande tradição do futebol, embora se deva ter em conta a dimensão relativa dos países e as respectivas populações.

2. O interesse da FIFA para quem o continente norte-americano (e particularmente os EUA) sempre foi encarado como um enorme potencial de praticantes, mas sobretudo de apoio económico, constituindo o grande "calcanhar de Aquiles" da organização do futebol mundial, que tem visto crescer o seu poderio em todo o mundo, sem conseguir entrar no mercado desportivo americano.

Noutros continentes as coisas parecem correr melhor tendo em conta que a África parece ter despertado para o futebol, revelando potencialidades enormes e uma evolução apenas limitada pelas gritantes dificuldades económicas, sociais e políticas que vive a maioria dos seus países.

E a oriente, o Japão parece apostado na criação de sólidas estruturas, na dinamização de um forte Campeonato, na promoção intensa da modalidade e na hipótese de organizar o mundial no ano 2002.

Também aqui aparecem envolvidos os grandes gigantes económicos como a Nissan, a Mitsubishi e a Toyota (que organiza aliás a Taça Toyota, que põe frente a frente os campeões europeu e da América Latina, constituindo uma officiosa "Taça do Mundo" de clubes).

3. O interesse determinante das grandes Multinacionais, anteriormente referidas, que encaram o Mundial como um acontecimento global que lhes permite chegar a um mercado potencial de milhares de milhões de consumidores.

E o seu poder sobre os destinos do Campeonato é tão grande, que só se entende por razões de eficácia da chegada da imagem televisiva ao grande público, nas horas mais rentáveis em termos de marketing, as horas a que se realizam os jogos. Não são critérios desportivos que determinam a realização dos jogos nas horas de maior calor. Razões desportivas aconselhariam outros horários, a temperaturas mais amenas, para defesa da integridade física dos atletas e da beleza do espectáculo desportivo.

Resta saber se esta gigantesca, espectacular e dispendiosa encenação desportiva irá corresponder aos ambiciosos objectivos dos seus promotores e dos interesses envolvidos. Mas isso é matéria para uma reflexão de balanço final.

A paixão dos governantes

A sessão de abertura do Mundial foi presidida pelo presidente norte-americano Bill Clinton e tem contado, nesta como noutras edições, com uma panóplia de governantes (presidentes, chefes de governo, ministros e outras figuras da governação e da política) que de uma forma ou outra se têm associado a esta grande manifestação desportiva.

Muitos deles sem qualquer relação com o desporto ou estando envolvidos em políticas contrárias ao desenvolvimento desportivo nos respectivos países. Mas há que posar ao lado das equipas e atletas, capitalizar a imagem ou as vitórias. Para desaparecer imediatamente a seguir ao primeiro desaire, alijando responsabilidades e culpando os atletas, os dirigentes, os técnicos e o sistema desportivo pelos resultados negativos.

Temos entre nós muitos e maus exemplos deste tipo de comportamento. De uma forma mais gritante quando a propósito da conquista do Campeonato do Mundo de Futebol pela nossa selecção de sub-20, nas últimas eleições legislativas, apareceram de braço dado o treinador da "selecção de sucesso" (Carlos Queiroz) e o treinador do "país de

sucesso" (obviamente Cavaco Silva), para logo desaparecerem da cena deixando de se associar aos insucessos desportivos

seguintes ou à evidência da demagogia em torno do "sucesso" de um país em retrocesso.

São paixões pelo desporto que têm tanto de súbitas e interesseiras, quanto de passageiras aquelas de que alguns governantes são acometidos.

É a pior associação possível da política ao desporto. Para mal e contra o desporto. Que no entanto é matéria de clara e natural abordagem política, na óptica do desenvolvimento desportivo de um país, a todos os níveis.

A paixão pelo espectáculo desportivo não é necessariamente factor de confusão, de alienação, de perda da noção das realidades.

Assim como o desporto de alta competição e o desporto profissional, em particular, não é necessariamente contraditório com a prática desportiva generalizada dos cidadãos.

Trata-se de diferentes expressões, com diferentes objectivos específicos, com regras próprias, que se complementam no quadro de uma realidade mais vasta que é o conjunto do sistema desportivo nacional e internacional.

As dificuldades surgem quando por razões alheias às regras desportivas, a verdade desportiva é deturpada e surgem associados ao desporto fenómenos negativos como a corrupção, a violência e o doping.

Fenómenos que com diferente intensidade podem surgir a todos os níveis da prática desportiva mas que surgem profundamente ligados a interesses que têm mais que ver com a alta competição e o espectáculo desportivo.

O desporto não é neutro. Traduz a realidade social em que se insere e pode intervir sobre ela do ponto de vista negativo ou positivo, com um contributo próprio.

O desporto é uma poderosa, rica e bela realização humana cujos valores mais positivos interessa preservar. Valorizando o prazer pela participação, a sã competição e a verdade desportiva, o respeito pelo outro, o seu contributo para a convivência colectiva e a participação democrática, o seu papel na integração social e na socialização do indivíduo, no convívio, na elevação da condição física, da saúde e da cultura da população, o seu contributo para o estreitamento de relações de amizade e a promoção da compreensão e da paz entre os povos. Este é um objectivo cada vez mais difícil de alcançar face à pressão dos grandes interesses económicos.

No entanto, vale a pena resistir e lutar por um desporto ao serviço do cidadão, ao serviço da humanização da sociedade. Com paixão.



Drama

no Kremlin

■ Manoel de Lencastre

Na noite assombrosa que foi a de 21 para 22 de Junho de 1941, parecia que o mundo, se acordasse, entraria

numa forma apocalíptica de existência — e nada, de tudo o que se conheceu até então, subsistiria. A mais gigantesca e poderosa máquina de guerra desde sempre organizada, ao longo da História, iniciava a marcha suprema em direcção ao desconhecido. Mas fazia-o determinada a esmagar as experiências socialista e humanista que a URSS simbolizava e a fazer triunfar os mais bárbaros, sanguinários e desumanos fundamentos da vida entre os homens.

Assim, o 1º Grupo de exércitos, sob o comando do marechal de campo General von Roch, atirou-se na direcção de Petrogrado; o 2º, dirigido pelo marechal de campo General Karl Rudolph Gerd von Rundstedt, marchava para Moscovo; o 3º, comandado pelo marechal de campo General von Leeb, avançava para Kiev e para o sul. Nas condições de há cinquenta e três anos, a URSS não parecia presa difícil. Conseguira a França resistir à invasão dos bandos de exércitos hitlerianos? Entregara-se praticamente sem luta. Tinha a Inglaterra sido capaz de fazer frente às forças nazis assassinas que, às gargalhadas, se propunham esmagar o mundo? O exército britânico fugira apressadamente e no meio de considerável confusão, em Dunquerque, e agora era a RAF que protegia, com inacreditável coragem e no delírio dos combates aéreos, o céu das cidades britânicas. A invasão da URSS surpreendeu o mundo. Como se tornara possível? «Certa pessoa continua a enviar-nos extraordinárias informações sobre as intenções do governo alemão. Mas temos as nossas dúvidas», dissera Stalin a Jukov. Essa pessoa era Richard Sorge, um diplomata estacionado em Tóquio.

Dúvidas fatais

As dúvidas do governo soviético eram profundas. Em primeiro lugar, o desejo de evitar a guerra e a esperança de que seria possível continuar a trabalhar pelo socialismo, apesar das explosivas situações de 1941, constituíam premissas do pensamento dos responsáveis do Kremlin. Em segundo, era de quase total desconfiança, quanto à política dos países ocidentais, a estratégia do governo soviético. «Não estais a ver? Procuram intimidar-nos, com os alemães, enquanto aterrorizam o povo germânico insistindo no chamado perigo soviético», observava Stalin. Era verdade que o governo de Londres, como os de outras potências ocidentais, tentava a todo o custo empurrar Hitler para uma confrontação fatal com a URSS. Procurando salvar-se da catástrofe, a única saída para os chamados países democráticos, que haviam abandonado a Espanha republicana à sua sorte, consistia em provocar o histórico ataque que arrasaria os povos alemão e soviético. E o mundo ficaria, então, à sua mercê.

As decisões do 18º Congresso do Partido Comunista, assim como diversas directivas do Comité Central quanto à selecção, educação e treino de quadros dirigentes para o Partido e para as Forças Armadas, já tinham produzido nesse ano calamitoso de 1941 alguns frutos no seio do Exército Vermelho. Chegavam às unidades muitos jovens comandantes educados no trabalho partidário que lhes elevava a bom nível o conhecimento teórico e a capacidade militar. Infelizmente, esse trabalho tinha sido lento e reduzido. Estavam à vista as muitas insuficiências que tornariam difícil e dramática a defesa da URSS. Quando o perigo se mostrou evidente, e logo que se tornou necessário pôr em prática medidas organizacionais de fundo, surgiram dolorosas deficiências: era gritante a falta de comandantes experimentados, tal como a exiguidade de especialistas em todas as esferas, de gente treinada para preencher os quadros das unidades mecanizadas e de tanques, de artilheiros, de aviadores, de pessoal para os serviços.

Palavras de Stalin: «Para nos prepararmos para a guerra, não basta construir um exército moderno; é necessário treiná-lo politicamente». Mas as hordas nazis estavam às portas da URSS, cujo trabalho pela paz e pela consolidação interna deixara para plano inferior as necessidades da defesa do país e confiara, exageradamente, nas capacidades da diplomacia. Pelo contrário, os nazis agiam com total objectividade. «Vamos para leste, contra a URSS. O trigo, o carvão, o petróleo, serão nossos. De posse destes recursos, tornar-nos-emos invencíveis e dirigiremos a guerra contra a Inglaterra e a América», proclamava-se quando a operação «Barbarossa» (*) ganhava momento. Milhões de homens fanatizados, centenas de milhares de carros de combate e de aviões partiam para o feroz ataque à URSS. Iam esmagar e pôr fim a tudo o que os comunistas se haviam proposto construir.

Noite fantasmagórica

Junho, 21. Cai a noite. Há um major alemão que deserta e, conduzido ao comando do Distrito Militar de Kiev, informa que o gigantesco ataque começaria de madrugada. O tenente-general Purkaiev alerta Jukov, prontamente. Este informa Stalin, que o convoca, assim como a Vatutin, para uma reunião de emergência no Kremlin. Os dois generais soviéticos não têm quaisquer ilusões quanto ao que está para acontecer e decidem que se torna essencial proclamar o alerta geral a todo o aparelho militar do país. Stalin mostra-se excepcionalmente inquieto. Pergunta: «Quais são as vossas sugestões?» Timochenko, Comissário para

a Defesa, também presente, confirmou e subscreve as opiniões de Vatutin e Jukov. Stalin responde: «Parece-me cedo para uma tal proclamação. Devemos, sim, distribuir uma directiva salientando que se verificaram actos provocatórios por parte de algumas unidades alemãs. As tropas das regiões fronteiras não devem aceitar tais provocações. O seu dever reside em evitar reacções que possam complicar a situação».

Angustiosamente e a poucas horas do acontecimento fatal, Purkaiev fornecia mais informações: outro desertor alemão, pertencente ao 222º regimento de infantaria da 74ª divisão, chegara a nada junto de guardas de fronteira soviéticos e avisara que o ataque geral arrancaria às 4 da manhã. Antes de uma hora da madrugada, Stalin foi posto ao corrente da situação. Pouco depois, o almirante da esquadra soviética do mar Negro avisava da aproximação de consideráveis formações de aviões não identificados. Às 03.30, o Chefe do Estado-Maior do Distrito Militar Ocidental, General Klimovskik, anunciava o início de ataques aéreos contra cidades bielorrussas. Purkaiev confirmava idênticas operações sobre a Ucrânia.

Tocam telefones...

E enquanto o aterrorizador rugir da aviação nazi rasga e vomita fogo nos céus ucranianos e bielorrussos, Moscovo dorme. O telefone toca, no Kremlin. Ninguém atende. Jukov insiste e ao fim de algum tempo a voz do general de serviço responde: «O que temos agora? O camarada Stalin está a descansar». «Então acorde-o. Os alemães estão a bombardear as nossas cidades», respondeu Jukov. Minutos mais tarde, Stalin está ao telefone. O comandante do Distrito Militar de Kiev ouve-lhe a ofegante respiração e pergunta: «Está a ouvir-me?». Stalin pergunta: «Onde se encontra o Comissário da Defesa?». Resposta: «Está aqui comigo». «Então venham já para o Kremlin e peçam a Poskrebichev que chame todos os camaradas membros do Politburo».

Na reunião do Kremlin, às cinco da manhã, a atmosfera é pesadíssima. Molotov anuncia que a Alemanha acaba de declarar a guerra à URSS. Um silêncio mortal envolve as personalidades presentes e Stalin, enquanto escuta as intervenções dos camaradas, bate com o cachimbo, monotonamente, na palma de uma das mãos. As comunicações com a totalidade dos distritos da fronteira ocidental já estão cortadas. Os quartéis-generais dos diversos exércitos soviéticos não dispõem de meios que lhes permitam transmitir instruções. As unidades de fronteira não possuem facilidades para comunicações por rádio. Mas, que importa isso? Essas unidades já não existem.

Às oito da manhã, quando Moscovo, finalmente, começa a tomar conhecimento de que algo extremamente grave está acontecendo, a situação podia resumir-se assim: em toda a região militar ocidental, em Kiev e no Báltico, os aeroportos haviam sustentado poderosos ataques aéreos e a aviação soviética tinha sido destruída antes que pudesse levantar voo e dispersar-se; muitas cidades e entroncamentos ferroviários na zona do Báltico, na Ucrânia e na Bielorrússia, tinham sofrido violentíssimos bombardeamentos por parte da «Luftwaffe»; o mesmo sucedera em diversas bases navais e, particularmente, em Sebastopol.

É já uma hora da tarde desse catastrófico dia 22 de Junho. O que se passa nas regiões fronteiriças ocidentais? Os dirigentes soviéticos ignoram que as forças nazis em gigantescas formações, utilizando equipamento e material de poderio e de qualidade sem rival, já penetravam 40 quilómetros no interior da URSS e que o tumulto das matanças raivosas começara. Decreta-se a mobilização geral no país. Stalin, em fúria, grita: «Os nossos comandantes estão a mostrar falta de experiência de combate». Toda a URSS está em fúria. O Politburo confirma Jukov para o comando da frente sudoeste. Shaposhnikov e Kulik vão para a zona ocidental.

Vatutin fica no comando do Distrito Militar de Kiev (agora frente sudoeste) enquanto Jukov se desloca para uma reunião com Nikita Krushchev na sede do CC do PC ucraniano, em Kiev. «Você não pode vir de avião», disse Krushchev, pela rádio. «Venha de carro porque os alemães estão a abater tudo o que apanham no ar». Vatutin sente-se invadido por oceanos de funestas notícias: «Lukin!» — grita — «Onde está Lukin?». Ninguém sabe de ninguém. Os Estados-Maiores simplesmente ignoram o paradeiro das respectivas tropas. Entretanto, Shaposhnikov diz que está doente. Kulik não tem disposição para combater. Tocam alguns telefones, ainda, nas zonas invadidas. Mas nota-se que um estranho silêncio se estabelece porque ninguém responde. Os mortos, como é evidente, não atendem chamadas telefónicas.

(*) Frederico I, (1123-1190) da família dos Hohenstaufen. Imperador de Roma. Comandante da terceira cruzada, contra Saladino, em 1189.



COMPRAR
JÁ A EP

(Entrada Permanente)

é a solidariedade necessária
para garantir a realização
da Festa do «Avante!»

Festa Avante!

2.3.4

SETEMBRO

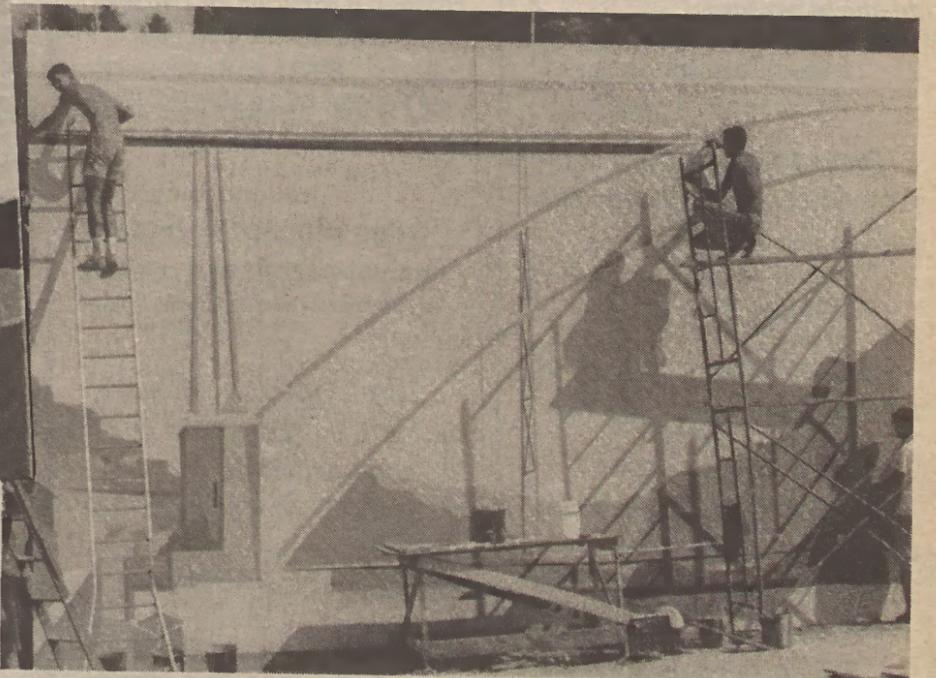
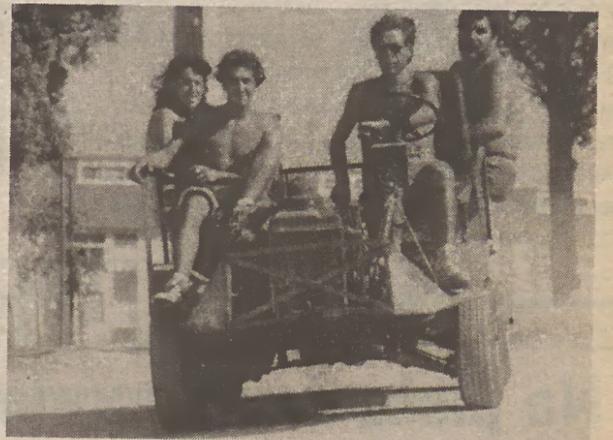
ATALAIA • AMORA • SEIXAL



A FESTA

VAMOS AO TRABALHO!

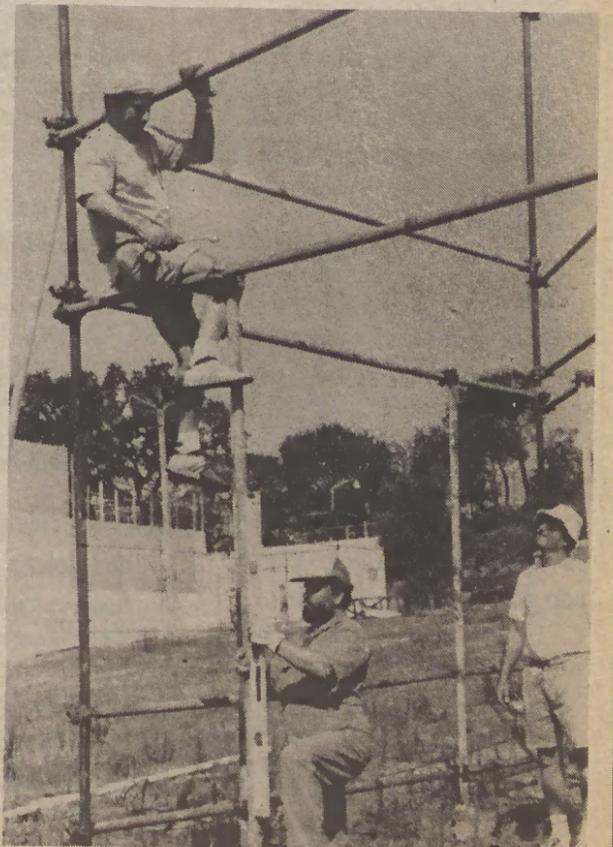
Muito do trabalho de edificação da Festa do «Avante!» está dependente daquilo a que chamamos «Jornadas de Trabalho». As Jornadas de Trabalho, que já se realizam todos os fins-de-semana na Atalaia, constituem por si só uma outra forma de festa. São momentos em que milhares de amigos da Festa do «Avante!» se reúnem para construir aquela que será a cidade dos três dias, em momentos de



realização e convívio únicos e, para muitos, inesquecíveis. Pedreiros, pintores, costureiras, desenhadores, carpinteiros, electricistas, serralheiros, ou mesmo gente sem formação específica - todos podem ajudar a construir a «festa!».

Todos os voluntários devem, de preferência, contactar desde já as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia, para tornar possível a organização proveitosa dessa generosa participação. Mas, se não o fizerem, nada os impedirá de aparecer sábado ou domingo na Atalaia, pois certamente não faltará ocasião para dar uma ajudinha à construção desta bela Festa.

Ao trabalho, camaradas!



PONTOS CARDEAIS

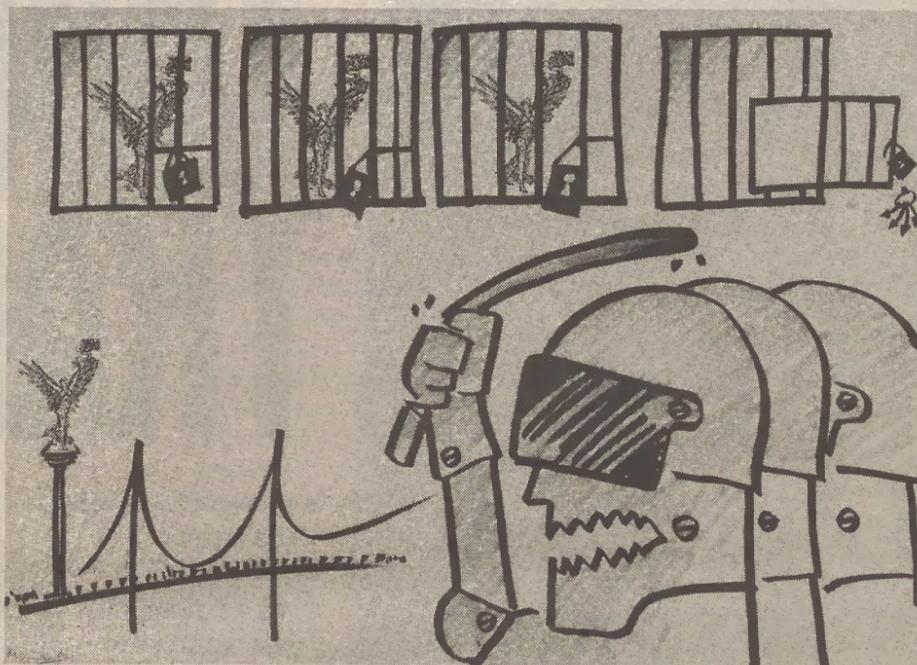
Faltam trabalhadores?!...

No final de uma reunião com empresários do Norte do País, no Europarque, em Santa Maria da Feira, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva fez uma confidência extraordinária. "Fiquei surpreendido - confessou ele - com a revelação de que alguns empresários colocam anúncios nos jornais a pedir mão-de-obra e ninguém responde." Mais: segundo o nosso Primeiro, alguns desses empresários chegaram a confidenciar-lhe "ter de ir aos cafés recrutar operários". Que Cavaco Silva não se espante tão rapidamente. Provavelmente as centenas de milhares de desempregados que sofrem

por esse País fora, nem dinheiro têm para comprar jornais a consultar anúncios. Quanto aos empresários que têm de "ir aos cafés" recrutar operários, realmente fazem pena. Vejam lá os problemas com que os desgraçados se debatem! Esperemos que a angústia não lhes dê para se enfrascarem. Um empresário bêbado num café é muito pior que um operário com os copos numa tasca.

O fino...

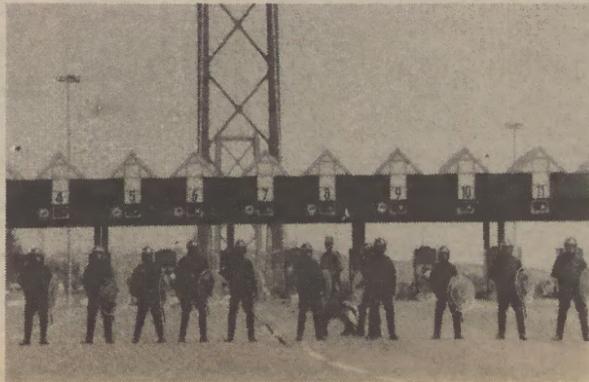
Vicente Jorge Silva (VJS), director do "PÚBLICO", lamentava um dia destes em editorial este facto espantoso: "O Partido Comunista conquistou um súbito e inesperado aliado: Cavaco Silva, ele mesmo em



melhor aliado objectivo do PCP - acabou, também, por dar razão ao PCP." Foi, não foi?

... e o grosso

Em artigo no "Diário de Notícias", o multifacetado Vasco Graça Moura escrevia o seguinte: "A situação vergonhosa vivida na ponte sobre o Tejo põe à vista algumas mazelas preocupantes. Em primeiro lugar, que bastam seis motoristas para paralisarem o funcionamento de metade do País. Em segundo lugar, que não há seis, doze, vinte e quatro ou trinta e seis agentes da autoridade que sejam capazes de lhes tirar as chaves dos camiões para desbloquearem o local. Em terceiro lugar, que a chamada sociedade civil se encolhe, atarantada, e não sabe reagir contra uns parceiros telecomandados que lhe impedem a passagem, em obediência a instruções inconfessáveis e coordenadas." Só nos faltava esta! Um Vasco Graça Moura que, além de analista, politólogo, pitonisa do regime, cavaquista encartado e presidente multidimensional, se revela agora com vocação para polícia de choque! Com um trajecto destes, o Vasco ainda perde o Graça e fica apenas... Grosso.



PONTOS NATURAIS

Na pista da memória

Este osso é mais duro de roer do que se pensava.

(Virgílio de Carvalho, *Jornal de Sábado*, sobre a ex-União Soviética)

Quanto à corrupção, o deputado, do PS, Jorge Coelho não pode acusar só o governo...

(António Vairinhos, *Parlamento*, Canal 1)

O desemprego é, muitas vezes, uma questão psicológica.

(Silva Peneda, antes de ser ex)

Zita Seabra já está habituada a fazer plásticas.

(Carlos Paulo, em *Dr. Benvindo Ben-saúde*, *O resto é conversa*)

A teoria das forças de bloqueio é um golpe de Estado mental.

(Manuel Alegre, *Terça à Noite*)

Os regimes ex-comunistas já começam a entregar os bens às famílias reais.

(D. Duarte Pio, na SIC)

Uma das vantagens do Tratado de Maastricht é podermos ser defendidos se formos atacados.

(Lucas Pires, Canal 1)

Não há liberdade de expressão quando sabemos que nos vão dar um tiro pelas costas.

(Ice-T, cantor rap, sobre a violência em Los Angeles, TV2)

Sinto mais os problemas de Vieira do Minho do que os problemas de Lisboa.

(Manuel Monteiro, Canal 1)

Acima da camisola laranja, vestimos a camisola do Trofense.

(Responsável do PSD em Trofa)

Portugal está a transformar-se num grande muceque.

(Frota, Bom dia)

Como só trabalhas em part-time, posso ser flexível contigo.

(Patrão para um empregado, Beverly Hill)

Álvaro Guerra - No pós-25 de Abril, a organização do PS era muito deficiente.

Carlos Cruz - Mais do que agora?

(Carlos Cruz, Quarta-feira, TV2)

Vocês têm um problema social, por causa da falta de sonhos. Nós temos um problema social mas temos sonhos. Por isso, a vantagem é nossa.

(Jovem da América do Sul, de passagem por Portugal, depois de visitar um bairro degradado)

Enquanto Cavaco lá estiver, estamos todos...

(Trabalhador, numa reportagem do *Jornal da SIC*, com a última palavra apagada... por pudor)

Um político tem de ser optimista, para além das dificuldades.

(Alberto João Jardim, *Fogo Cruzado*)

Depois da visita do Presidente da Câmara, os habitantes das ilhas ficam a sonhar com a casa nova.

(Repórter, Regiões)

Mira Amaral veio cá e disse que era um projecto viável. Um ano depois, é isto...

(Mineiro de Aljustrel, com as minas encerradas)

Mário Castrinho

FRASES da SEMANA

"Vivemos em democracia e tudo o que for proibido de ver é o que mais salta à vista"

(Editorial - «Diário de Notícias», 25.06.94)

"Este homem foi responsável, entre aspas, por grande parte do que aqui se passou, obrigando as forças da ordem a ter esta reacção"

(Carlos Rodrigues - «TVI», 24.06.94)

"Gostávamos de ver como se vão desenvolver agora as próximas actividades, digamos assim"

(Carneiro Jacinto - «SIC», 24.06.94)

"Desnecessário foi ouvir Carneiro Jacinto sublinhar imagens bem mais reais do que a sua frase "Estamos em pleno campo de batalha campal". (...) Como antideontológico foi vê-lo apontar o "responsável" pelos acontecimentos"

(Síntese - «Diário de Notícias», 25.06.94)

"(Carneiro Jacinto) cometeu, perante as câmaras, o "pecado" maior da classe: tomou partido, pelo pessoal do bastão, claro, não fosse o diabo tecê-las..."

(Cadi Fernandes - «Diário de Notícias», 26.06.94)

"Esta manobra tem contornos políticos subversivos. É inquestionável que há violação da lei. Não estamos numa república das bananas"

(Pedro Cid - «Antena 1», 24.06.94)

"Não se pode ser demasiado dialogante e muito menos esquecer uma velha máxima que dizia: "Quem dialoga com a canalha acaba vítima dela." Há circunstâncias em que as autoridades são culpadas de se terem absterido de aplicar a força"

(Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 26.06.94)

"O sr. primeiro-ministro desligou-se há muito dos portugueses que votaram nele"

(Pinto da Costa - «TSF», 27.06.94)

"Só há uma solução para este caso: a demissão imediata dos ministros Ferreira do Amaral e Dias Loureiro"

(idem)

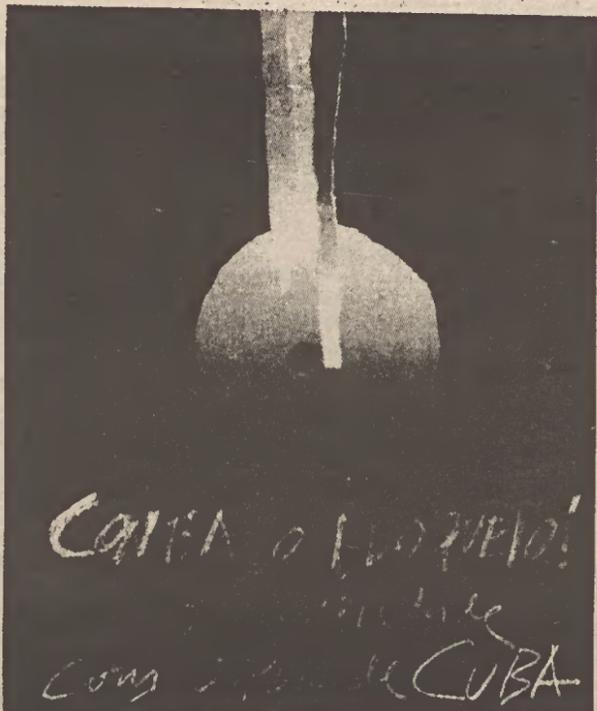
"Dias Loureiro - 15 / Cavaco Silva - 14 / Ferreira do Amaral - 12"

(Pontuação de Marcelo Rebelo de Sousa - «Exame», «DN/TSF», 26.06.94)

"O meu maior erro foi ter ido na conversa dos trocos..."

(Ferreira do Amaral - TSF, 28.06.94)

Agenda



Teatro S. Luiz - 6 Julho'94 - 21 h

ESPECTÁCULO PROMOVIDO PELA COMISSÃO NACIONAL CONTRA O BLOQUEIO

com a participação de artistas
e outras personalidades da cultura portuguesa

André Gago	Luísa Basto
Fernanda Lapa	Manuel Freire
Helder Costa	Maria do Céu
Helena Vieira	Guerra
Janita Salomé	Mário Viegas
Joaquim Nicolau	Meninos da Avó
Jorge Palma	Morais e Castro
João Paulo Esteves	Norberto Barroca
José Salgueiro	A Quadrilha

e muitos mais...

Associação de Amizade Portugal - Cuba

**20 Anos a Viajar
para Cuba**

**Venha conhecer a
Revolução Cubana**

Os melhores programas
Culturais e Turísticos

Voos em Agosto e Dezembro
Havana-Holguín-Santiago



informações e marcações
pelo tel.: **65 73 05** ou na sede
R. Rodrigo da Fonseca, 107 r/c esq

Encontro de sindicalistas, membros de comissões de trabalhadores,
deputados do PCP na AR e PE, membros da DORL e da DORS do PCP sobre

Propostas do PCP para o combate ao desemprego e à grave situação social que afecta o País

Sábado, dia 2, às 12h
no Centro de Trabalho Vitória
com a participação do camarada

Carlos Carvalhas

Álvaro Cunhal

estará esta semana no programa

Sete à Sexta
de Margarida Marante

SIC
sexta-feira
após o jornal das 20h



Caldas da Rainha

**Mercado-Festa
na Mata do Hospital
promovido pela
Comissão Concelhia do PCP**

Manhã Infantil
Jogos Populares
Almoço e Bar
Quermesse
Música Popular
Venda de produtos agrícolas

Domingo, 3 de Julho, das 9 às 18h

Queluz

Quinta-feira, 30, 21.30, CT

Plenário:

- discussão da situação política
- resultados eleitorais
- Festa do Avante!

Com a participação de
Jorge Cordeiro

Vialonga

Sexta-feira, 1, 21.30, CT

Plenário para debater
os resultados eleitorais
e tarefas futuras



Célula da LISNAVE

Plenário

para análise da situação na empresa e discussão das acções
a emprender face ao despedimento colectivo
imposto pelo Governo e os Mellos

Quinta-feira, 30, às 17h, no CT concelhio de Almada

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 30

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Futebol: Resumos do Mundial
14.30 Viajante no Tempo
15.20 Ponto por Ponto
16.20 Os Melhores Anos
16.30 Vizinhos
17.00 Dempsey & Makepeace
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 Fera Ferida
21.30 Isto... Só Vídeo
22.05 Os Inocentes
23.35 Musical: «Des Res»
00.15 24 Horas
01.00 Mundial de Futebol: Argentina-Bulgária

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Os Caminhos da Arte
13.45 Peak Practice
14.30 Avioes Militares
15.05 Infantil
16.20 A Boneca do Diabo
17.45 Um, Dó, Lá, Tá
18.55 Ténis: Torneio de Wimbledon
19.55 Magazine «Ecologia/Ciência»
20.25 A Terra no Séc. XXI
21.15 Desenhos Animados

Sexta, 1

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 «The Worst Day of My Life»
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Futebol: Resumos do Mundial
14.30 Viajante no Tempo
15.20 Ponto por Ponto
16.20 Os Melhores Anos
16.30 Vizinhos
17.00 Dempsey & Makepeace
18.05 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 Fera Ferida
21.35 Jogos Sem Fronteiras
23.00 Cheers, Aquele Bar
23.40 24 Horas
00.20 Nas Teias da Mafia
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Expedições Num Mundo Mágico
13.45 O Retrato de Dorian Gray
15.35 Peak Practice
16.30 Segredos do Mundo
17.00 Ténis: Torneio de Wimbledon
18.00 Um, Dó, Lá, Tá
19.00 Sete Vidas
19.50 Médicos Escritores Portugueses
20.20 Hitler
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.10 Fórmula 1
22.25 Corrida de Touros

Sábado, 2

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.35 Dinossauros
15.00 Missão Impossível
15.45 Loucuras da Meia-Noite
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Os Simpsons
18.00 Eu Tenho Dois Amores
19.45 Joker
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
21.40 Parabéns
23.25 Contrato para Matar
(ver «Filmes na TV»)
01.05 K-9000 Agente Especial
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
11.55 Cantinflas, o Mata Sete
13.30 Tauromaquia

Domingo, 3

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.35 Dinossauros
15.00 Missão Impossível
15.45 Loucuras da Meia-Noite
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Os Simpsons
18.00 Eu Tenho Dois Amores
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.25 Sozinhos em Casa
22.00 Mundial de Futebol
00.30 Assassinato Sob Custódia
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.25 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.55 Forum Musical

Segunda, 4

CANAL 1

- 08.00 Os Caminhos da Arte
08.50 A Ilha do Tesouro
09.15 Rua Sésamo
09.45 Um Rapaz e o Mundo
10.10 Racons
10.35 Detectives em Férias
11.00 A Esquadra de Bakersfield
11.45 Culinária
12.00 Informação
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Resumos do Mundial de Futebol
14.40 O Viajante no Tempo
15.30 Leopardo Secreto
16.20 Os Melhores Anos
16.50 Dempsey & Makepeace
17.35 Caderno Diário
17.45 Ana Raio e Zé Trovão
18.35 Com a Verdade M' Enganas
19.30 Telejornal
20.05 Fera Ferida
21.00 Mundial de Futebol
00.10 24 Horas
00.50 Pecados do Pai
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.55 Hotéis
13.45 O Falso Profeta
16.05 Sobreviver
16.30 Infantil
17.30 Mundial de Futebol
20.00 Desaparecidos
20.30 28 Anos Depois
21.30 TV2 Jornal
22.10 Teatro: «Volpone»
00.15 Um Ano em Grande
01.10 Amazônia
01.45 Magazine «Cinema»

SIC

- 11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.20 O Diário do Mundial
13.30 Sassá Mutema
14.20 Os Donos da Bola
14.30 O Outro Lado do Crime
16.15 A Brincar, a Brincar
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública

Terça, 5

CANAL 1

- 08.00 Os Caminhos da Arte
08.50 A Ilha do Tesouro
09.15 Rua Sésamo
09.45 Um Rapaz e o Mundo
10.10 Racons
10.35 Detectives em Férias
11.00 A Esquadra de Bakersfield
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Resumos do Mundial
14.40 Viajante no Tempo
15.30 Anjos Perdidos
16.20 Os Melhores Anos
17.00 Dempsey & Makepeace
18.00 Ana Raio e Zé Trovão
18.50 Com a Verdade M' Enganas
19.45 Telejornal
20.20 Fera Ferida
21.25 Nico d' Obra
22.00 Mundial de Futebol
00.40 24 Horas
01.20 Clúme
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.45 A Grande Perseguição
15.05 Happy Holidays
16.00 Dossier Terra
16.30 Infantil
17.30 Rotações
18.30 Mundial de Futebol
21.00 Magazine «Viver com Saúde»
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.15 Barton Fink
23.00 Grandes Devoções
01.05 Amazônia

SIC

- 11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.15 O Diário do Mundial
13.30 Sassá Mutema
14.20 Os Donos da Bola
14.30 Jennifer - A História de Uma Mulher
16.15 A Brincar, a Brincar

Quarta, 6

CANAL 1

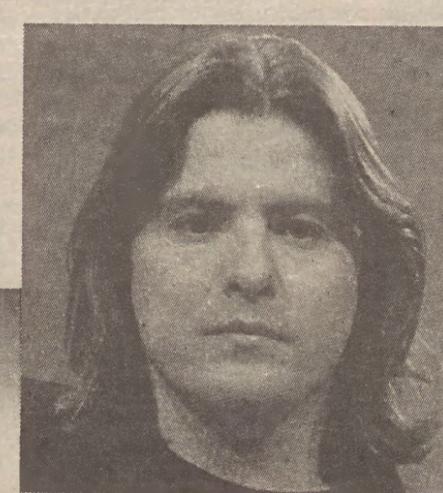
- 08.00 Os Caminhos da Arte
08.50 A Ilha do Tesouro
09.15 Rua Sésamo
09.45 Um Rapaz e o Mundo
10.10 Racons
10.35 Detectives em Férias
11.00 A Esquadra de Bakersfield
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 O Bando dos Quatro
14.55 O Deus da Chuva
15.45 Vizinhos
16.15 Arsène Lupin
16.30 Vizinhos
17.05 Dempsey & Makepeace
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 Fera Ferida
21.25 Vamos Jogar no Totobola
22.10 Só Riso
22.10 Blade Runner - Perigo Eminente
00.15 24 Horas
00.55 As Deusas do Amor
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Histórias de Operas
13.50 O Treinador
14.15 O Armário Voador
15.45 Happy Holidays
16.35 O Mar e a Terra
17.05 Infantil
18.00 Um, Dó, Lá, Tá
19.00 Sete Vidas
19.50 Realece
20.20 Um Pequeno Mundo
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Grande Noite
23.15 Remate
23.25 Quem Fala Assim...
00.20 Amazônia

SIC

- 11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.15 O Diário do Mundial



Luis Represas no espectáculo de promoção do seu primeiro disco a solo: sexta à noite na TV2



Tudo pelas Notícias: domingo à tarde na SIC



Lei e Ordem, mais uma série da "escola Bochko", sábado ao fim da tarde na SIC

Ficheiros Secretos: domingo à tarde na TV1

- 21.30 TV2 Jornal
22.10 Informação Especial
23.10 Remate
23.40 O Grande Irá
00.30 Faces Ocultas
01.35 Amazônia

SIC

- 11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.20 O Diário do Mundial
13.30 Sassá Mutema
14.20 Os Donos da Bola
14.30 Drácula
16.15 A Brincar, a Brincar
16.40 Ora Bolas, Marina
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
19.00 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Diário do Mundial
20.50 Mulheres de Areia
22.40 Minas e Armadilhas
23.50 Casos de Polícia
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Tostões e Milhões
00.55 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Caixa de Perguntas
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.10 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.35 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Farmácia de Serviço
21.30 Queridos Inimigos
23.30 Serenata a Amália
00.50 Informação
01.15 Fora de Jogo
01.35 Modelo e Detective

- 23.40 Remate
00.10 Luis Represas no Coliseu
01.15 Amazônia

SIC

- 11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.20 O Diário do Mundial
13.30 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 A Casa Assombrada
16.15 A Brincar, a Brincar
16.40 Ora Bolas, Marina
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sete à Sexta
21.15 O Diário do Mundial
21.30 Mulheres de Areia
22.30 Mini Chuva de Estrelas
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Playboy
00.50 Um Rapaz e o Seu Cão
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Coisas de Família
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.10 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.35 Topázio
18.00 Morena Clara
18.20 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 Diagnóstico: Crime (Telefilme)
23.30 Informação
23.55 Fora de Jogo
00.15 Emboscada na Sombra
(ver «Filmes na TV»)

- 14.00 Musical: «Ana Belen»
15.10 O Prodigioso Hickey
16.00 TV2 Desporto
21.00 De Lisboa, Com Amor
22.00 Mundial de Futebol
00.30 Sexualidades
01.05 Os Suicídios de Amor em Sonezaki
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.20 O Diário do Mundial
13.35 Portugal Radical
13.50 Gladiadores Americanos
14.40 Nunca Digas Banzai
15.15 Não Há Nada que Não me Aconteça
17.00 Paraíso
17.30 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
21.15 O Diário do Mundial
21.30 Mulheres de Areia
22.30 O Diário do Mundial
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Playboy
00.50 Especial Playboy
01.40 O Juiz do Terrorismo: Acção Vermelha
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 08.00 Animação
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Vamos ao Circo
12.00 Sam Saturday
13.00 Contra-Ataque
14.00 Top 25
14.35 Estrela
17.00 Cantinflas - O Bom Pastor
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.00 O Jogo do Ganho
00.30 Informação
00.45 Ao Encontro da Guerra do Amor
(ver «Filmes na TV»)

- 13.55 Regiões
13.45 TV2 Desporto
22.05 Artes e Letras: «As Tentações de Santo António»
23.05 Todos os Vermeers em Nova Iorque
00.35 Uma Questão de Consciência

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.20 O Diário do Mundial
13.35 Portugal Radical
13.50 Vida Selvagem
14.50 O Jogo das Audiências
16.35 Tudo pelas Notícias
17.45 Obras em Casa
18.00 Bom Domingo
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Diário do Mundial
21.00 Os Trapalhões
22.00 Labirinto
22.30 Força Delta
00.45 Último Jornal
01.05 Pavarotti em Modena
02.25 Boxe

QUATRO

- 08.00 Animação
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Informação Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.30 Coisas de Família
14.05 Lassie
14.30 Cêus de África
15.00 O Sonho do Oeste
16.00 Queridos Inimigos
18.00 Passaporte
18.30 Ficheiros Secretos
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Trocado em Miúdos
21.40 Q Turno da Noite
23.40 Últimas Notícias
23.55 Caixa de Perguntas

- 19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Diário do Mundial
20.50 Mulheres de Areia
22.10 Ora Bolas, Marina
22.40 Saltos Altos
00.45 Último Jornal
01.05 Os Donos da Bola
01.15 Sim, Sr. Ministro
01.45 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.15 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.40 Topázio
18.05 Morena Clara
18.20 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 O Céu Como Horizonte
23.50 Informação
00.15 Fora de Jogo
00.35 Estação do Oriente

- 16.40 Ora Bolas, Marina
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Diário do Mundial
20.50 Mulheres de Areia
22.10 Cenas de Um Casamento
23.10 20 Anos - 20 Nomes
00.15 Último Jornal
00.35 Os Donos da Bola
00.45 A Família do Senador
01.15 Os 40 Anos da Playboy

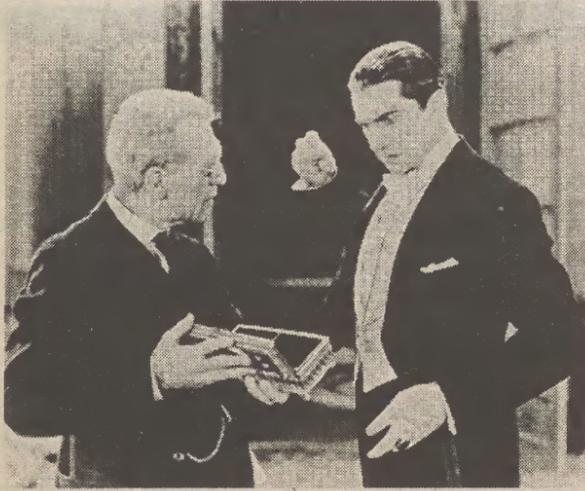
QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Animação
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.15 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.45 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 O Céu Como Horizonte
23.50 Informação
00.15 Fora de Jogo
00.35 Anúncio do Outro Mundo
01.05 Modelo e Detective

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Animação
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.15 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.45 Topázio
18.05 Morena Clara
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Farmácia de Serviço
22.00 O Céu Como Horizonte
23.50 Informação
00.15 Fora de Jogo
00.35 Telemotor
01.05 Modelo e Detective

Por isto e por aquilo...



Edward Van Sloan e Bela Lugosi, em «Drácula», de Tod Browning

Drácula

(Quinta, 14.15, SIC)

Baseada muito mais na peça teatral homónima do que propriamente no romance original de Bram Stoker, esta primeira versão americana do famoso clássico do *horror* talvez hoje se ressinta um pouco do efeito da teatralidade - ao contrário do que se passara, anos atrás, com o admirável *Nosferatu*, de Murnau, uma das obras-primas cinematográficas de todos os tempos. De qualquer modo, estamos sem dúvida em presença de um filme de culto fabulosamente interpretado por Bela Lugosi, numa das mais prodigiosas, impiedosas e frias criações da figura de qualquer *monstro* em todo o Cinema - admiravelmente apimentada pela sua especial pronúncia húngara - na personificação do terrível conde. Um papel que Lugosi desempenhara anos a fio, após a sua estreia teatral na Broadway, e que se diz ter contribuído para a sua própria loucura. Entre os fartos motivos de interesse que esta versão apresenta, conta-se, desde logo (para além de algumas poucas notas de *O Lago dos Cisnes*, de Tchaikowsky), a total ausência da música, substituída que é por uma poderosa e inquietante *banda sonora*, na qual o próprio Drácula sublinha *ouvir a «música»* do uivar dos lobos... Dizem as crónicas que, para não afugentar o público de então, a publicidade jamais se referiu a *filme de horror*, substituindo-lhe tão-só esta significativa referência: «A história da mais estranha paixão que o mundo jamais conheceu...». Não percam!

O Retrato de Dorian Gray

(Sexta, 13.45, TV 2)

Não contentes com as «golpadas» e «contragolpadas» com que as nossas televisões passam a vida a entreter-se, às noites, no chamado «horário nobre», também agora o mesmo sucede ao início da tarde. Desta vez, é a RTP que resolve antecipar para as 13.45 as *sessões da tarde* que, entretanto, já decidira transferir do Canal 1 para a TV 2 - para, assim, implacavelmente se sobrepor às *matinéas* da SIC. Esta miserável operação (que em nada respeita os interesses do espectador) coloca este na impossibilidade de poder ver (ou gravar) alguns dos excelentes filmes que uma e outra das estações arbitrariamente relegam, durante a semana, para aquele período de emissão. É o que acontece nesta sexta-feira em que tudo começa com um excelente filme de Albert Lewin, adaptando ao cinema o romance homónimo de Oscar Wilde - naquela que é, talvez, a melhor adaptação cinematográfica de sempre de qualquer obra do escritor, com uma fotografia esplendorosa de Harry Stradling (premiada com um Oscar) e interpretações memoráveis, sobretudo a de George Sanders na criação de uma crescente atmosfera de terror e inquietação.

A Casa Assombrada

(Sexta, 14.15, SIC)

O principal efeito de atracção deste filme é, sem dúvida, a presença (no mesmo filme) dos quatro maiores intérpretes do *filme de horror* - um luxo, se

considerarmos que foram absolutamente desperdiçados em papéis menores, numa história também ela irregular.

Nas Teias da Mafia

(Sexta, 00.20, Canal 1)

Big Easy é a «alcunha» por que é conhecida New Orleans, cidade intrigante onde a intriga deste filme policial se desenrola: um jovem polícia, no fundamental íntegro, sofre entretanto da irreprimível tendência para se meter frequentemente em sarilhos porque é incapaz de resistir, às vezes, a cometer algumas irregularidades e aceitar alguns pequenos favores... O mais interessante, porém, é vê-lo às voltas com um outro verdadeiro *sarilho* instalado na pessoa de uma espantosa assistente do Procurador Distrital, com quem se envolve profissional e amorosamente quando investiga os crimes que vão vitimando alguns *figurões* da Mafia. Com uma brilhante participação de Ellen Barkin (insuperável na cena do despertar, numa certa manhã...), o filme é realizado ao estilo dos *filmes negros* da série B, na lógica da admiração por Godard que o seu realizador Jim McBride amplamente demonstra possuir. Ou não fosse ele o (então desastrado, embora) realizador da versão americana de *O Acochado*.

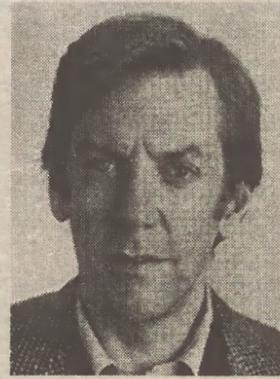
Mata Hari

(Domingo, 14.30, SIC)

Mais um filme com a «divina» nas nossas televisões. Agora vemos Greta Garbo na época da I Grande Guerra, talvez demasiado sueca para ser absolutamente credível na pele da célebre espia. Mas que dizer da sua famosa sequência da dança ou da forma como faz «a cabeça em água» a Ramon Navarro ou Lyonel Barrymore?



Janet Suzman e Donald Sutherland, intérpretes principais de «Assassinato sob Custódia», de Euzhan Palcy



intérpretes de primeira água (mas desempenhos algo falhados por falta de mão forte por parte do cineasta), apenas Marlon Brando é enorme no pequeno papel de um advogado encarregado do caso - participação pela qual o actor não recebeu um tostão. Um filme interessante, cujos resultados não estão à altura das intenções iniciais.

O Falso Profeta

(Segunda, 13.45, TV 2)

Elmer Gantry é um caixeiro-viajante que, de súbito, compreende a sua vocação para pregador evangelista, associando-se a uma jovem que dirige uma seita religiosa. Mas, na sua vida privada, Gantry é o oposto da *bondade* e *generosidade* que se desprende dos seus sermões inflamados, que chegam a converter centenas e centenas de pessoas. Tal é o argumento deste filme que impiedosamente denuncia o cinismo, a manipulação, o hipnotismo em massa, a retórica demagoga e a hipocrisia de todos os charlatães - como é este Elmer Gantry, poderosamente interpretado por Burt Lancaster. A transmissão deste filme barroco e admirável (realizado por um Richard Brooks em grande forma), às 13.45 de um dia de semana, é, também ela, um verdadeiro crime, mais uma vez impudicamente cometido pelo «serviço público» de televisão.

Barton Fink

(Terça, 22.15, TV 2)

Escrito pelos irmãos Ethan e Joel Cohen (e realizado por este último), o filme debruça-se sobre a trajectória de Barton Fink, um escritor e intelectual de esquerda que, atraído pelo dinheiro fácil, aceita o encargo de escrever um filme sobre um atleta da luta-livre e se deixa envolver e mergulhar no mundo da falsa glória e corrupção da Hollywood dos anos 30/40 - um período que vem «a matar» aos dois irmãos cineastas, se tivermos em conta o sentido de *design* e de *sofisticação* na reprodução de ambientes e cenários



Lowell Gilmore, Hard Hartfield e George Sanders, em «O Retrato de Dorian Gray», de Albert Lewin

va a História de Portugal. E o riso era, também, componente essencial de um tempo que dava uma reviravolta essencial e definitiva nessa mesma História.

Todos os Vermeers em Nova Iorque

(Domingo, 23.05, Canal 1)

Escrito e realizado por um dos mais importantes cineastas independentes da vanguarda norte-americana - Jon Jost - este filme é uma visão crítica e impiedosa do mundo dos circuitos da cultura de Nova Iorque, em particular dos meios financeiros e artísticos de Manhattan. Tudo parte de um encontro casual entre um corretor da Bolsa e uma actriz francesa, numa galeria de arte, em frente de um quadro de Vermeer. O que acontece depois será tanto melhor «recebido» quanto mais empenhado for o envolvimento do espectador. Um filme americano que soa a europeu, com ressonâncias a Woody Allen ou Erich Rommer, que a RTP tem a «coragem» de adequadamente transmitir no Canal 1, às 23.30 horas de um Domingo - depois da praia, do duche, das pantufas e de uma sanduiche. Nos tempos que correm (se porventura não for adiado ou substituído...), só é caso para palmas!

Assassinato sob Custódia

(Domingo, 00.30, TV 2)

Realizado por Euzhan Palcy, um cineasta originário da Martinica e radicado em Paris desde os anos 70, Assas-



Burt Lancaster, em «O Falso Profeta», de Richard Brooks

de época a que ambos nos habituaram. Algo irregular, o filme tem em John Torturro um intérprete à altura da personagem que cria - e caiu em absoluto no goto do júri do Festival de Cannes de 1991, em que arrecadou não apenas a Palma de Ouro como mais dois prémios, o que é absolutamente invulgar naquelas paragens.

Blade Runner - Perigo Eminente

(Quarta, 22.10, Canal 1)

Sem dúvida que Ridley Scott, um cineasta vindo da publicidade, sabe como poucos dominar o *design* de uma produção ou explorar com inegável mestria as capacidades técnicas que lhe colocam à disposição, embora em *Alien* (1979), *Telma e Louise* (1991), *Cristóvão Colombo* (1992) ou, sobretudo, na sua obra-prima *The Duellists* (1977) - nunca mostrada nas nossas televisões - sejam muito mais evidentes e decisivos a sua inteligência e talento de cineasta. *Blade Runner* pertence ao núcleo dos seus filmes mais «espectaculares», sofrendo, além disso, de um argumento desigual, com personagens sem grande chama. Mas é um regalo para os olhos!

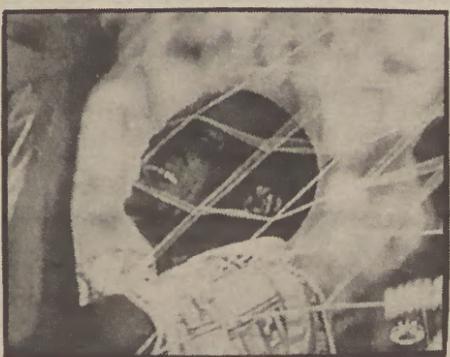
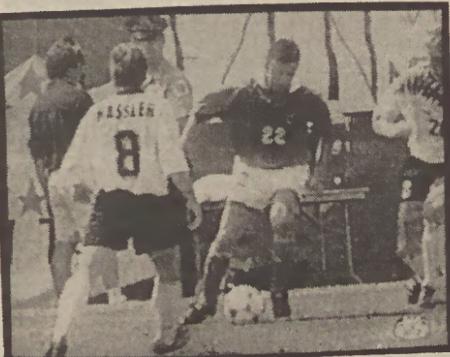


Dennis Quaid e Ellen Barkin, em «Nas Teias da Mafia», de Jim McBride

Em directo!

Francisco Costa

Futebóis e «hooligans»



Os reflexos que, à margem da realização do presente Campeonato do Mundo de Futebol, se têm feito sentir no comportamento de duas das nossas televisões nacionais não podem deixar de ser considerados verdadeiramente lamentáveis: mais uma vez, aos espectadores, é dado assistir às manobras e contra manobras de baixo quilate que os responsáveis da RTP e da SIC desenvolvem para, no fito prioritário de se gabarem de umas quantas vãs glórias em termos de «exclusivos» ou ilusórias e enganosas «co-produções» (!), na prática prejudicarem aquilo que sempre afirmaram considerar - o superior interesse do espectador.

O grave, neste caso, é que aqueles que legitimamente procuravam outras alternativas nas várias programações não eram desta vez os únicos a ver em regra frustradas as suas expectativas - quando tudo era (e continua a ser) em puro arbítrio substituído, adiado, atrasado ou, simplesmente, transferido para outro canal. Também aqueles muitos que, como é natural, se interessam por este acontecimento desportivo de dimensão e interesse incontornáveis, começaram por interrogar-se sobre qual o canal em que afinal poderiam ver o jogo da sua preferência. O que constitui mais uma demonstração da hipocrisia com que, de forma indecorosa, esta «ditadura» televisiva de novo tipo persiste em pôr e dispor da paciência do espectador.

Feito este necessário reparo, resta agora saber se o espectáculo televisivo tem correspondido às expectativas - já que, quanto à competição desportiva, sem dúvida os apaixonados do futebol têm dado o tempo por bem gasto.

O que, pelo menos até agora, parece poder avançar-se é que, no que toca exclusivamente à realização televisiva dos jogos (e excluindo a positiva excepção do recente e notável Suécia-Brasil), os dispositivos encontrados pelas várias equipas da televisão americana em nada se têm diferenciado dos que encontramos nas mais normais e correntes transmissões europeias a que estamos habituados - estando delas ausente qualquer centelha de inovação ou rasgo com que o reconhecido «sentido de espectáculo» dos americanos habitualmente sabe rodear tanto os eventos mais idiotas como as intervenções e agressões mais odiosas ou as manifestações mais profundamente interessantes.

Ao pé disto, o famoso Campeonato do Mundo da televisão italiana ou qualquer transmissão de uma final da Taça de Inglaterra, pela BBC, funcionam ainda como exemplares em matéria de telefutebol. E quem não se lembra dos fabulosos acontecimentos, também televisivos, que constituíram as inaugurações, nos estádios, dos Jogos Olímpicos de Moscovo, de Barcelona ou, precisamente, de Los Angeles?

Uma primeira explicação para a conservadora «normalidade» do trabalho da TV americana pode ser a de que, afinal, seriam as próprias características de um desporto-em-concreto que automaticamente definiriam ou delimitariam os modos relativamente imutáveis da sua retransmissão. Mas isso é semanalmente desmentido pela inovadora revolução televisiva em que, por exemplo, se transformaram (configurando um almejado «modelo») as transmissões de basquetebol da NBA e os sempre inventivos objectos audiovisuais, nelas harmoniosamente inseridos como encenação e montagem das reacções dos bastidores humanos à sua volta. E também não nos parece que tal se deva, apenas, à especialmente favorável proximidade física das câmaras em relação ao recântulo do jogo ou aos vários «actores» envolvidos. Veja-se o que os americanos costumam fazer com o futebol americano, o baseball ou o hóquei sobre o gelo.

O facto é que, ao presenciarmos a pobreza conflagrada do espectáculo de inauguração do presente Campeonato do Mundo - e a correspondente incapacidade para o recriar e traduzir nas emoções e virtualidades de um outro espectáculo televisivo - nos damos conta afinal de que, ao contrário da adesão do público que surpreendentemente enche os estádios, talvez os profissionais da televisão americana ainda não tenham compreendido ou acreditado nas potencialidades daquilo que estão a transmitir.



Mas se a ausência de violência que se tem verificado nos estádios que este Campeonato do Mundo visitou constitui, por outro lado, uma das positivas imagens de marca deste acontecimento desportivo, mal suporiam os telespectadores portugueses que seria também a televisão a fazer-lhes chegar a casa, na semana passada, igualmente em directo, um outro «espectáculo» - este lamentável - em que desta vez os hooligans se apresentavam travestidos de forças da ordem!

A situação vivida na Ponte 25 de Abril na sexta-feira 24 - inadmissível num regime democrático - foi indignadamente partilhada por milhares e milhares de portugueses e as imagens e os sons do protesto e da repressão, vistas por todo o país e em todo o Mundo, feriram de morte a credibilidade interna e externa do Governo de Cavaco Silva. Do ponto de vista da análise política, este número do «Avante!» debruça-se amplamente sobre aqueles dramáticos acontecimentos. Mas, em termos de análise televisiva, alguns aspectos são aqui brevemente realçados, já que esta foi talvez a primeira vez em que, de forma mais clara, se revelaram algumas das virtualidades e contradições do novo «panorama audiovisual» português.

Desde logo se revelou impossível, à RTP governamentalizada, colocar-se declaradamente ao serviço do Poder para tentar eludir uma das maiores acções de protesto e indignação espontaneamente desencadeadas em 20 anos de Democracia - porque, desta vez, não estava sozinha no terreno. E sem dúvida que foram os profissionais de reportagem da TVI e da SIC - em particular os excelentes operadores de imagem e de som desta última - que mais agilmente se colocaram no centro dos acontecimentos e nos deram, com elevada capacidade profissional, as mais impressionantes imagens da desmesurada brutalidade e repressão, que tão cedo não sairão da nossa memória.

Mas se esta foi a «pedra de toque» que, em maior ou menor grau, em geral caracterizou o trabalho das televisões, já o mesmo não pode dizer-se da actuação de alguns «jornalistas» ao cáirem na insustentável contradição de falsearem, com total despudor, o que as próprias imagens mostravam. E se não é de estranhar que Judite de Sousa tenha deixado usar a sua «postura institucional» para acolher as brandas «justificações» da GNR, acontece que outros verdadeiramente se excederam - como Carneiro Jacinto, Editor de Política Nacional da SIC, como que pedindo meças a Paulo Lavadinho, um dos principais responsáveis da Informação da RTP (mas onde é que está a tão decantada alternativa?), e demonstrando ainda não ter percebido que é melhor ficar sentado atrás de uma secretária em vez de vir para a rua armado em repórter de reality shows. Mas profissionais houve que se destacaram deste lamentável dueto de comparsas: é o caso de Olga Almeida (RTP) ou Raquel Alexandra e Júlia Pinheiro (SIC) que, abstraindo-se de comentários e interpretações pessoais totalmente deslocadas, adequadamente procuraram ouvir as razões de quem tão vigorosa e indignadamente protestava.

Enfim - por entre a azelhice e a incompetência política de um ministro das Obras Públicas, a desfaçatez e a prepotência de um ministro da Administração Interna e as insustentáveis tiradas de um profissional da provocação, disfarçado de deputado do PSD - estas dramáticas e exaltantes horas televisivas (em que também se registaram inúmeras rasteiras e foras de jogo, agressões à margem das leis, golos na própria baliza e frangos monumentais) começavam a mostrar aos portugueses que o Governo iria ser forçado a jogar em terrenos recuados, perante a imparável conjugação da imaginação e da espontaneidade com a eficácia do jogo colectivo...

Talvez seja agora que Cavaco Silva comece, enfim, a ler jornais ou, quiçá, a ver televisão. E a perceber que a sua Ponte Salazar se chama agora Ponte 25 de Abril. Para não ter que descer de Divisão, antes de 95...

Registos Magnéticos

«Não há, propriamente, um aumento: ele deve-se, exclusivamente, à necessidade de ter recursos para fazer uma nova ponte e para pôr o comboio na ponte. Porque, se não for assim, não há possibilidades de arranjar recursos. Ou antes, haveria: mas isso significaria que paravam as obras todas no país, durante dois anos, para se poder fazer este investimento.»

(Ferreira do Amaral, Ministro das O.P.T.C. - SIC, «Jornal da Noite», 24.06.94)

«É legítimo que se conclua - nós, juristas, qualquer cidadão - que, efectivamente, deste aumento, uma parte substancial é para satisfazer as necessidades financeiras do Estado. (...) Na realidade, o que o ministro nos veio confessar é que ele estava a preparar-se para cobrar um imposto, disfarçado de taxa. (...) A Constituição diz claramente: «Ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não tenham sido criados nos termos da Constituição». (...) Se havia uma ilegalidade (neste caso uma inconstitucionalidade), passou a haver duas. Ou seja: o Governo legisla de forma inconstitucional e, depois, usa da força para fazer aplicar legislação inconstitucional.»

(Loff Barreto, advogado - SIC, «Último Jornal», 25.06.94)

de FOICE

Agente Pi-Pi

O caso deu-se na secção da fruta, quando me debatia, como de costume, com a dificuldade da escolha entre as maçãs sul-africanas, os melões espanhóis e as chiquitas bananas. Entre uma hesitação e outra, o agente no hiper atacou e colou-me no fundo da mala um autocolante contestatário, ao mesmo tempo que me sussurrava ao ouvido uma longa frase de que só percebi, com mágoa, confesso, 'não te esqueças, passa a palavra', dito de forma peremptória.

Quando olhei à volta a pedir esclarecimentos, o agente tinha-se dissolvido na multidão de clientes. Ainda desconfeitei de um sujeito com cara de repolho, mas quando o olhei insistentemente avançou para mim disposto a vender-me uma colecção completa de ultracongelados de uma marca em promoção, pelo que concluí ter-me enganado.

É fácil imaginar o dilema em que fiquei. Não me esquecer de quê? Passar que palavra? E a quem? Seria mesmo para mim tal recado? Quem o teria dado? Andaria o SIS a actuar nos hiper?

Quem nunca passou por uma experiência destas nem pode calcular a aflição. Às tantas, de tanto olhar à volta, só via caras tão perplexas como a minha devia estar, pelo que não tardei a considerar a hipótese de que o agente no hiper andaria a abordar toda a gente. Para grandes males, grandes remédios. Depois de pesar os prós e os contras, fui direita ao gabinete das senhoras, vulgo WC, descalcei o sapato direito, desatarrachei o salto e marquei o número de código: 3,1416. O agente PI não demorou dois segundos a responder e logo ali esclareci a situação, não sem antes ter pregado um susto de morte a uma velhinha entretanto chegada numa aflição e que me tomou por uma foragida do hospício. Enquanto ela escorregava pela parede de azulejos e aterrava desmaiada no chão da casa de banho, o nosso agente no Pragal fez-me saber que estava em marcha uma grande conspiração para derrubar o governo através de um novo método infalível em dez pontos: primeiro - aumentar as portagens na Ponte 25 de Abril; segundo - pôr milhares de utentes a buzinar todos os dias na altura do pagamento; terceiro - arranjar uns camiões para bloquear os acessos; quarto - juntar largas centenas de carros, motos e uns milhares de utentes aos camiões; quinto - decretar feriado em Almada; sexto - convocar a comunicação social; sétimo - fazer reunir a Assembleia da República; oitavo - pôr no ar uma declaração inflamada da Silva Marques contra a oposição em geral e os comunistas em particular; nono - assegurar que Ferreira do Amaral não recuará nem um tostão na portagem e dará pelo menos três explicações diferentes para os aumentos; décimo - garantir a intervenção violenta das forças da ordem. Com um plano assim, garantia PI, não pode falhar. O espanto mal me deixou voz para perguntar: "E eu, o que é que faço?"

A tarefa não podia ser mais simples - arranjar uns queques, uns pastinhos de nata, se possível uns salgadinhos, umas caixas de sardinha, umas garrafas de água e umas latinhas de cerveja e ir com outros agentes à civil para a praça da portagem e adjacências, aí a partir das nove horas da manhã, hora a que a fome havia de começar a apertar. Dúvidas, se as tive, não as manifestei. Os acontecimentos do fim-de-semana vieram provar que não tinha motivos para tal. A minha confiança na organização está mais reforçada do que nunca. Como disse uma vez Miguel Esteves Cardoso, "eles (nós) são pequeninos mas são muito maus".

■ AF

Ponte 25 de Abril PCP apresenta no Parlamento voto de apoio a utentes

Vai ser hoje discutido um voto apresentado pelo PCP onde se propõe que a Assembleia da República expresse «aos cidadãos utentes da Ponte 25 de Abril compreensão e solidariedade pelas razões que justificam o seu descontentamento e protesto» e que os deputados defendam a «anulação de quaisquer multas e outras medidas punitivas contra os cidadãos que se manifestaram contra o aumento das portagens».

Caso este voto apresentado

pelos deputados comunistas seja aprovado, a Assembleia da República condenaria «as acções de violência repressiva praticadas pelas forças policiais» e exigiria «o rápido apuramento de responsabilidades por essas acções inaceitáveis».

Finalmente exige-se ao Governo «a anulação do aumento das portagens e a reconsideração do regime de utilização das pontes e auto-estradas dentro dos limites das Áreas Metropolitanas».

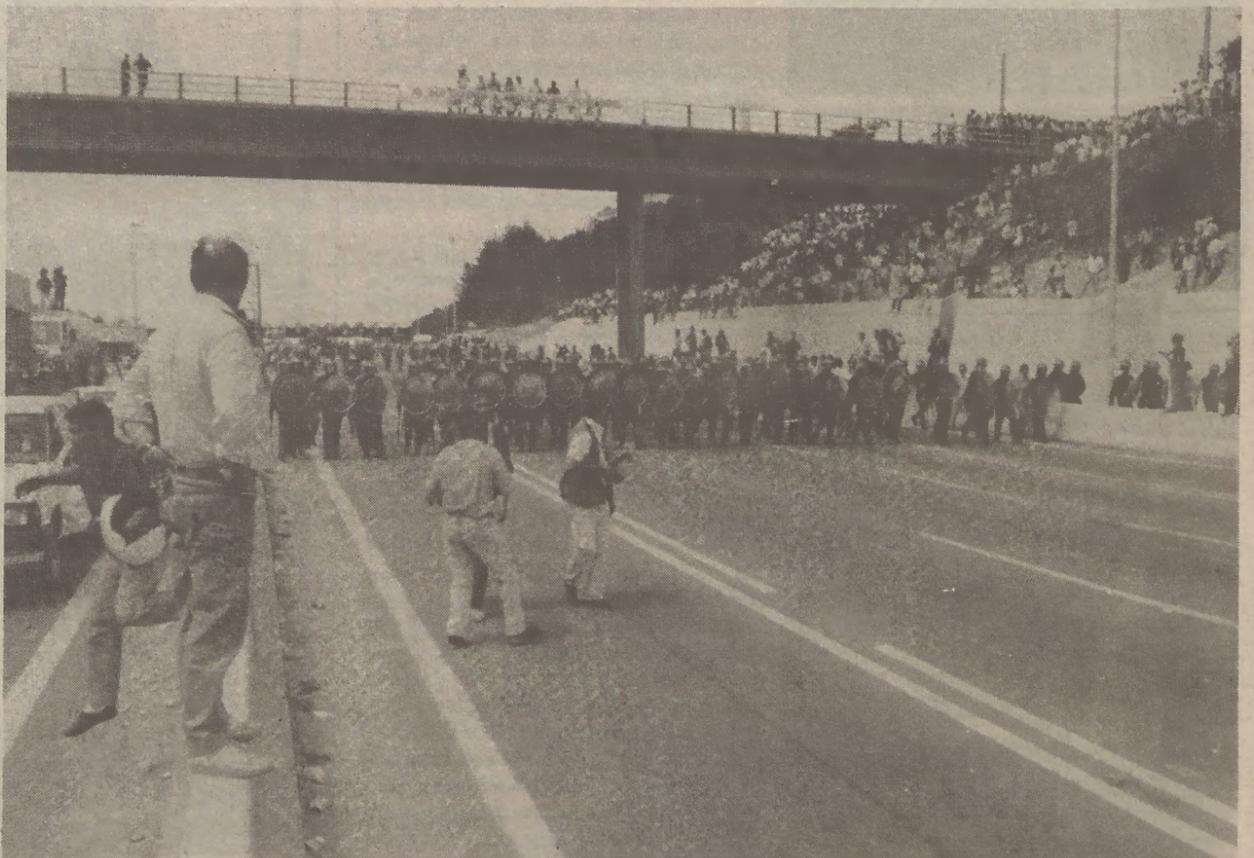
Jovem baleado em estado estacionário

Entretanto o estado do jovem baleado durante os incidentes na Ponte 25 de Abril é "estacionário", segundo indicou o director do Hospital de Santa Maria, Carneiro de Moura.

"Não houve complicações, mas também não houve recuperação", disse Carneiro de Moura à agência Lusa, acrescentando que "é preciso aguardar".

O mesmo responsável revelou segunda-feira que o jovem, atingido no tórax por um projectil, estava paralisado da cintura para baixo, mas que a paraplegia podia regredir.

Luís Miguel Figueiredo, de 18 anos, deu entrada em Santa Maria no sábado de manhã com uma ferida na zona do tórax provocada por uma bala. Apresentava "sinais de eventual lesão medular" e foi operado à tarde.



O voto para despenalizar os que protestaram na ponte vai ser hoje discutido.

Despedimentos políticos na EFACEC

A audiência relativa à tentativa de conciliação de onze trabalhadores despedidos pela Efacec, marcada para terça-feira no Tribunal de Trabalho da Feira, foi suspensa, disse à Agência Lusa fonte do tribunal. Segundo a fonte, "trata-se de mais um esforço para que trabalhadores e empresa cheguem a acordo, uma vez que a administração da Efacec se mostrou disponível para aumentar o valor das indemnizações".

Fernando Pereira, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte (SITIEN), disse à Agência Lusa que a proposta vai ser analisada mas - acrescentou - "os trabalhadores insistem na sua reintegração na empresa".

"Vamos estudar caso a caso e dia 7 Julho daremos a conhecer a nossa posição aos advogados da Efacec", referiu a fonte sindical.

Adiantou que "se não houver acordo, o assunto voltará ao Tribunal de Trabalho da Vila da Feira no dia 12 Julho para mais uma tentativa de conciliação".

Os onze trabalhadores foram despedidos pela Efacec-Motores Eléctricos de Ovar e da Maia em 18 de Dezembro de 1992.

O dirigente do SITIEN considerou que o argumento dado pela empresa de "extinção de postos de trabalho" não é convincente, uma vez que esta "tem recorrido, nos últimos tempos, a dezenas de empresas alugadoras de mão-de-obra".

"O despedimento foi eminentemente político uma vez que entre o grupo encontram-se sete representantes das estruturas representativas dos trabalhadores", salientou o dirigente sindical.

Contactada pela Agência Lusa, a Administração da Efacec-Motores não se quis "pronunciar sobre este assunto".

CNA reúne-se com Ministério da Agricultura

A Confederação Nacional da Agricultura vai ser recebida em audiência pelo Secretário de Estado da Agricultura na próxima terça-feira, 5 de Julho. Este encontro, a pedido da CNA, tem como objectivos a exposição dos pontos de vista e propostas desta confederação sobre a agricultura portuguesa, as suas pres-

pectivas e as respostas do Ministério da Agricultura para os seus principais problemas. Esta audiência, a primeira concedida à CNA nos últimos seis anos, deverá preparar ainda uma audiência a curto prazo com o Ministro da Agricultura, como a direcção desta confederação anuncia num comunicado.

Publicados "Os Segredos da Censura"

O livro "Os Segredos da Censura", de César Príncipe, publicado pela Editorial Caminho, foi apresentado no dia 22 de Junho, na presença de algumas individualidades da vida cultural nacional. O autor fez uma pequena intervenção sobre o conteúdo da sua obra, falando da história da Censura em Portugal e do seu papel no panorama informativo português.

